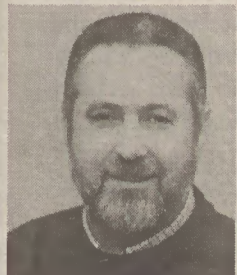


Nas margens da regionalização



■ Agostinho Lopes

Pág. 18



CONGRESSO DO MDM

Participação e debate

O V Congresso do MDM aprovou programa de acção e lançou um Apelo para a realização de uma jornada de luta no próximo 8 de Março.

Pág. 9

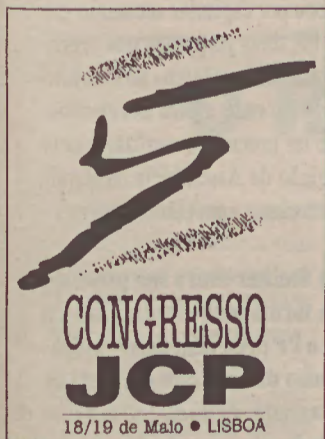
POLÍTICA CULTURAL

Balanço de seis meses de governação PS

Acertos, expectativas, apreensões e críticas.

■ Vítor Serrão

Pág. 21



V Congresso da JCP em Lisboa no próximo fim-de-semana

Pág. 8

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 16 de Maio de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1172 • Director: Carlos Brito

CGTP protesta hoje frente à Assembleia da República contra a «flexibilidade» e a «polivalência»

Os perigos da proposta de lei do Governo

O coordenador da CGTP, em entrevista concedida ao «Avante!», alerta para os perigos contidos na proposta de lei sobre a «polivalência» e a «flexibilidade», dando nota da grande apreensão gerada na sociedade portuguesa por esta iniciativa do Governo PS. Carvalho da Silva acusa Guterres de dar seguimento a prováveis compromissos que assumiu perante os representantes do capital antes das eleições e que não foram revelados aos eleitores.

Págs. 5 e 6

A proposta não pode ser lei!

As bandeiras vermelhas da Europa



Carvalhas no grande comício de Paris:

«Há também outra Europa, a das luzes, da revolução francesa e da revolução de Outubro, das lutas operárias, dos Sindicatos e das forças progressistas nas quais nos inserimos.»

Centrais

EDITORIAL

Combates da esquerda



Comunistas esclarecem sobre proposta de lei da flexibilidade e polivalência.

RESUMO

8
Quarta-feira

Nas comemorações dos 25 anos do Parque Nacional da Peneda-Gerês, ministra do Ambiente promete tratamento privilegiado para a população e pagamento de subsídios em atraso ■ Termina Seminário Internacional Europa 1996 ■ Álvaro Cunhal faz colóquio na Universidade Lusófona ■ Comissão Europeia adia decisão sobre a sua participação na Expo'98 ■ Câmara dos Representantes norte-americana aprova criação de uma comissão especial para investigar apoio da administração Clinton ao envio de armas iranianas para as forças muçulmanas da Bósnia ■ Marcolino Moco, primeiro-ministro angolano, considera uma concessão à UNITA a Lei da amnistia aprovada pelo Parlamento angolano ■ África do Sul vota uma nova Constituição.

9
Quinta-feira

João Cravinho, ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, anuncia criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional ■ Assembleia Municipal de Lisboa debate regionalização ■ Marcelo Rebelo de Sousa reúne-se com CGTP-IN e UGT para falar sobre o desemprego e a situação social e económica ■ PSD, PP e PCP votam contra revisão da Lei das privatizações ■ Augusto Mateus, na Euronorte, desafia empresários nacionais a investir no exterior ■ O presidente da CAP afirma-se em sintonia com o Governo quanto ao abate de gado ■ Frederick de Klerk abandona em Junho coligação governamental ■ O Presidente da Autoridade Nacional Palestiniana, Yasser Arafat, anuncia a formação de um novo Governo.

10
Sexta-feira

Teresa Ambrósio toma posse como presidente do Conselho Nacional de Educação ■ João Cravinho assina um Convénio entre o Executivo português e o Governo Autônomico da Galiza ■ Luís Martí, presidente do Banco Europeu de Investimento, afirma na Euronorte que os países que ficarem fora da moeda única vão sofrer «uma perda de competitividade difícil de recuperar posteriormente» ■ Conferência dos sete países de língua portuguesa sobre Justiça termina em Maputo ■ O Governo de José Maria Aznar anuncia corte orçamental de 250 milhões de contos ■ O primeiro-ministro indiano, Narasimha Rao, apresenta a sua demissão ■ Mais de três mil operários de Gdansk saem à rua para protestar contra salários em atraso e pedir ao Executivo que evite a falência da empresa.

11
Sábado

O ministro adjunto Jorge Coelho, em Setúbal, garante que a regionalização vai implicar um aumento de apenas 0,6 por cento no quadro dos

mandatos autárquicos ■ O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, no grande comício que em Paris reúne os principais dirigentes dos partidos comunistas europeus, acusa o Governo português de pretender impor a flexibilidade e a polivalência ■ Marcelo Rebelo de Sousa admite revisão constitucional até ao fim da legislatura, em 1999 ■ Começa, no ISCTE, o V Congresso do Movimento Democrático de Mulheres.

12
Domingo

O Presidente da República, Jorge Sampaio, na sua primeira saída ao estrangeiro, visita Cabo Verde ■ José Lello, secretário de Estado das Comunidades, critica intolerância do Governo açoriano ■ António José Seguro anuncia, no encerramento da I Conferência Nacional de Políticas de Juventudes, a apresentação até finais de Junho dos estatutos do dirigente associativo e do animador cultural ■ V Congresso do MDM encerra com a aprovação de uma «Declaração dos Direitos das Mulheres» ■ Termina abate das vacas portuguesas suspeitas de contaminação com a BSE ■ Cimeira do Cairo condena expansionismo de Israel e exige devolução de todos os territórios árabes ocupados.

13
Segunda-feira

O deputado comunista Luis Sá abandona a reunião da comissão de revisão constitucional, devido à introdução de matérias para discussão que não são do foro da comissão ■ Sem o acordo da Fenprof é assinado o acordo para reposição da paridade entre carreira docente e técnica ■ Começam XI Jornadas da Comunicação social organizadas pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas ■ Jaime Gama esclarece Comissão Europeia quanto à nova ponte sobre o Tejo e as medidas de salvaguarda do ambiente.

14
Terça-feira

Jorge Sampaio termina visita a Cabo Verde ■ O Ministro das Finanças, Sousa Franco, afirma vantagens da adesão à moeda única mesmo sem a participação de Espanha ■ O Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, encontra-se com o primeiro-ministro António Guterres para abordar questões da política governativa e manifestar repúdio pelas alterações às leis laborais ■ Iniciam-se jornadas de esclarecimento do PCP contra a proposta de lei do Governo da flexibilidade e polivalência ■ Fenprof assina protocolo de equiparação de carreira docente ■ Arcebispo de Braga considera que as mulheres poderão alcançar o diaconado na Igreja ■ H.D. Deve Gowda é escolhido para liderar governo da aliança de centro-esquerda indiana (NF-LF) ■ UNITA rejeita prazo de dez dias para integração dos seus oficiais no exército único ■ Tornado no Bangladesh causa 400 mortos e 32 mil feridos.

O comício internacional de Paris, «Contra o desemprego, por uma Europa dos povos, do emprego e do progresso social», efectuado no passado dia 11 de Maio, atingiu plenamente os seus objectivos em termos de afirmação e participação e abre novas perspectivas de cooperação e de acção solidária entre as forças progressistas que nele tomaram parte.

Com efeito, constitui um acontecimento de grande significado e novidade, que dirigentes de quinze formações de esquerda, idos de onze países, se tenham juntado, para denunciar o desemprego e as políticas neoliberais de Maas-tricht e afirmar, na sua diversidade, a vontade de agir em conjunto por uma outra Europa, por uma efectiva cooperação europeia.

Tem especial importância que esta vontade tenha sido afirmada num comício de massas, internacionalmente participado (de Portugal contavam-se várias centenas de participantes idos em excursões do país e emigrantes) e acompanhado de uma manifestação de mais de dez mil jovens organizada pela juventude comunista francesa.

Salvo honrosas excepções, a comunicação social do nosso país levada pela sua habitual miopia sectária não se deu conta do alcance do acontecimento e primou pela ausência, verdadeiramente escandalosa no caso da RTP. Ao contrário, os grandes órgãos da imprensa europeia e as televisões públicas dos países das organizações participantes estiveram presentes e prestaram ao acontecimento cobertura condigna. Este confronto põe mais uma vez em realce o grave défice de pluralismo da informação que se pratica entre nós e que longe de melhorar parece acentuar-se.

Entretanto, o que se passou no comício de Paris tem uma evidente importância para o nosso país e a situação das grandes massas do nosso povo, em especial a afirmada vontade comum de combater o flagelo do desemprego e a ofensiva do grande capital contra os salários e os direitos dos trabalhadores.

Como muito bem salientou Carlos Carvalhas, ao intervir no comício em nome do PCP: «Em Portugal e na Europa, os povos não estão condenados ao primado do capital financeiro e das actividades especulativas contra o ser humano, não estão condenados ao desemprego, ao trabalho sem direitos, à intensificação da exploração e à regressão social.»

Inscreve-se neste mesmo combate a luta em curso, entre nós, contra a aprovação da proposta de lei governamental sobre a flexibilidade dos horários de trabalho e a polivalência das funções exercidas pelos trabalhadores que sobe amanhã ao plenário da Assembleia da República para apreciação e votação.

As acções de esclarecimento e agitação e as demonstrações de protesto e de oposição previstas para hoje, nomeadamente a grande manifestação de Lisboa, que arranca do Marquês de Pombal às 16 horas, revestem a maior importância para sensibilizar os deputados e o Governo sobre a dimensão da indignação que se levanta no mundo do trabalho.

Este é um daqueles momentos em que o concurso de todos é indispensável para travar um diploma legislativo que, se for aprovado, atingirá não apenas direitos laborais dos mais importantes, como repercutirá em todos os aspectos da vida dos trabalhadores, incluindo na sua vida familiar.

O que se passou no comício de Paris tem uma evidente importância para o nosso país e a situação das grandes massas do nosso povo, em especial a afirmada vontade comum de combater o flagelo do desemprego e a ofensiva do grande capital contra os salários e os direitos dos trabalhadores.

O que esta flexibilidade dos horários de trabalho quer dizer é que, de ora avante, se a lei for aprovada, é o patronato que fixa e altera os horários de trabalho segundo a sua conveniência, mediante mera informação prévia aos trabalhadores. O que esta polivalência de funções quer dizer é que a partir de agora, se a lei for aprovada, o trabalhador pode ser deslocado da sua profissão para exercer qualquer outra função, desde que seja essa a vontade do patrão.

É, como se vê, uma regressão inadmissível, não só em termos laborais e sociais, mas até em termos civilizacionais.

O Coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, esclarece, muito oportunamente, na entrevista que incluímos na presente edição do «Avante!», que «o direito à organização da vida dos trabalhadores, o direito a definir uma profissão e um horário de trabalho incluem-se naqueles direitos em que não pode haver apenas informação e consulta por parte do patronato, tem que haver negociação e acordo com os trabalhadores. É isso o que se passa em qualquer país da Europa».

Por sua vez, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas que fez, na passada terça-feira, numa entrevista com o Primeiro-Ministro, António Guterres, uma última tentativa para levar o Governo a retirar a proposta de lei, declarou à saída: «Se o PS impuser a flexibilidade e a polivalência vai ficar com um ferrete tão grave como o dos contratos a prazo».

As políticas socioeconómica e laboral do Governo estão a isolá-lo do mundo do trabalho. Os efeitos de uma

proposta de lei como esta da flexibilidade e da polivalência não são sequer, neste aspecto, os que já se evidenciam nas lutas em curso contra a proposta, mas os que vão continuar, se tiver aprovação, à medida que for aplicada.

A direita bate as mãos de contente, é claro. O Governo do PS tira-lhes do lume algumas castanhas particularmente quentes e ao mesmo tempo fragiliza-se enormemente nestes embates com o mundo do trabalho, o que facilita muito a sua posterior remoção e substituição.

Os últimos episódios do chamado «braço de ferro» entre o PS e o PSD, a propósito do referendo sobre a regionalização, colocaram o partido do Governo e também este numa situação especialmente caricata.

Pelas suas permanentes hesitações, temores e cedências à direita, o PS tem contribuído para degradar o debate em torno da regionalização, aumentando a confusão no país e encorajando os seus opositores.

Depois de jurar e rejeitar que não aceitaria um referendo nacional sobre a regionalização, acabou por capitular aceitando-o e produzindo, em conúbio com o PP, duas perguntas que representariam, se vingassem, um verdadeiro aleijão ao estatuto constitucional da regionalização e atirando-a para as calendas. Fê-lo, ainda, com a agravante de ter procurado avalizá-lo pela comissão de revisão da Constituição da Assembleia da República, à margem das suas competências e com clara instrumentalização da mesma.

É claro que o PCP não podia acolitar com a sua presença nem o aleijão e menos ainda a forma instrumentalizadora das instituições com que o PS e o PP pretenderam dignificá-lo e por isso se retirou na reunião da comissão eventual de revisão da Constituição, da passada segunda-feira. Fê-lo por respeito da Constituição, do funcionamento democrático das instituições e para prosseguir a luta pela verdadeira causa da regionalização.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socim Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socim Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Hélio Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50	50 números: 24 750\$00
ESPAÑA	EXTRA-EUROPA
50 números: 13 300\$00	50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00	

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Outras perguntas

Esteja o leitor descansado que não vimos deitar mais lenha para a fogueira das perguntas referendárias sobre a regionalização, embora fosse grande a tentação de, no intuito de garantir a suprema clareza, seriedade e simplicidade do processo, propor que talvez o PS, o PP e o PSD ainda pudessem optar por perguntar aos cidadãos se «concordam, concretamente, com a instituição em concreto do concreto da instituição criada pela criação das regiões administrativas».

Acontece apenas que, como está na moda perguntar, propomo-nos aproveitar a onda e fazer algumas outras perguntas que permitam atravessar o sufocante e anestésico nevoeiro político que ensopa a vida política nacional e nos façam aterrar em assuntos de que tantos nem querem ouvir falar.

Então, se perguntar não ofende, perguntamos:

- Passadas várias semanas sobre as primeiras notícias sobre o assunto, o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças continuam a não ter nada a dizer ao país sobre o desaparecimento do suspeitíssimo acordo do anterior governo com António Champalimaud que lhe

permitiu abichar alegremente dez milhões de contos do erário público?

- Os mesmos governantes também não têm nada a dizer sobre a estranhíssima situação de os bancos do mesmo Champalimaud, ao que se diz, não estarem sujeitos à supervisão do Banco de Portugal mas sim do Instituto de Seguros de Portugal (que não tem nenhuma condições para desempenhar tal função) só porque aquele grande capitalista inventou o estratagem de colocar uma seguradora no topo da sua estrutura empresarial?

- Com tanta «pedagogia da renúncia», com tanta conversa viciosa sobre os (mal) chamados «custos do trabalho», com tantas pressões ideológicas no sentido da exclusiva partilha das desgraças e sacrifícios entre os explorados, não haverá por acaso, entre a legião de propagandistas das ideias dominantes, alguém que queira tirar as devidas conclusões do facto de, segundo um instituto alemão, no conjunto de 21 «economias ocidentais» (os 15 da UE mais Austrália, Canadá, EUA, Japão, Noruega e Suíça), Portugal ser o país que «lidera a mão-de-obra barata» uma vez que é o que apresenta um menor peso dos «custos salariais»?

- Alguém pode explicar qual é a deslumbrante transparência de o Banco Espírito Santo ser simultaneamente, promotor da privatização da Portugal Telecom e interessado na sua compra e juntar a estas duas qualidades a prévia e primeira qualidade de avaliador daquela empresa pública?

É já agora, mudando de azimute mas como isto anda tudo mais ligado do que às vezes parece, apetece ainda perguntar: será que é pluralista, correcto, decente e prestigiante que uma instituição com as responsabilidades da Fundação Calouste Gulbenkian promova um pomposo Seminário sobre a Europa para o qual só convidou nacionais e estrangeiros adeptos da actual «construção europeia», donde inevitavelmente resultou uma espécie de «missa para fiéis» com deliberada discriminação das posições de crítica ou oposição frontal aos rumos e objectivos dessa «construção»?

Pois é: perguntar, perguntamos. Mas é quase certo que os que mais deviam responder vão ficar calados.

■ Vítor Dias

Um Ministério em estereofonia

Nas abundantes declarações que os responsáveis da Segurança Social - Ministro e Secretário de Estado respectivo - têm feito passar através da comunicação social, duas contradições chamam particularmente a atenção.

A primeira diz respeito ao facto do Governo ter nomeado uma Comissão do Livro Branco da Segurança Social para apresentar ao país um diagnóstico da situação do sistema acompanhado de propostas fundamentadas, ao mesmo tempo que os responsáveis governativos estão a vir a público quase todos os dias com os mais diversos e definitivos juízos sobre a matéria que caberia à comissão, de forma «independente», apurar.

Assim, das duas uma: ou o Ministro e o Secretário de Estado da Segurança Social estão a pretender condicionar os trabalhos da Comissão e os seus resultados. Ou então, o que constitui a hipótese mais plausível, eles conhecem bem as orientações neoliberais e o enfeudamento ao lobby das seguradoras e das sociedades gestoras de fundos de pensões da maioria dos elementos que escolheram para a Comissão. E neste caso o «Livro Branco» já está antecipadamente escrito, não representando mais que um mero expediente (com alguns inocentes à mistura) para facilitar a aplicação «gradualista» e «segmentada» de uma política privatizadora traçada.

A segunda contradição diz respeito às diferenças de discurso entre o Ministro responsável da Segurança Social e o seu Secretário de Estado.

Tome-se, por exemplo, a questão do *plafonamento* (estabelecimento de um tecto das contribuições e das pensões), que constitui a linha fun-

damental das seguradoras e das sociedades gestoras de fundos de pensões para reduzir significativamente a dimensão do sistema público de segurança social e substituí-lo por modalidades privadas no fundamental de «adesão» obrigatória.

Afirma em registo «baixo» o Ministro Ferró Rodrigues: «Não tenho objecções de princípio ao *plafonamento* a não ser um problema de equilíbrio financeiro de gestão, porque (...) admito que havendo *plafonamento* haja uma quebra de receitas (para a Segurança Social) durante uns anos.»

Afirma em «tom forte» o Secretário de Estado Ribeiro Mendes: «Em princípio, o *plafonamento* avançará a curto prazo», «ainda que o limite não seja muito elevado pelo menos funcionará como sinal para a criação de um novo mercado, um facto importante para a introdução das formas privadas de capitalização para a reforma». E acrescenta: «A grande questão a resolver é como desenvolver verdadeiramente o segundo pilar (fundos de pensões) (...), para já, há a proposta da Associação das Empresas Gestoras de Fundos de Pensões para a criação de dois *plafonds*, que, julgo, só precisa de ser trabalhada, (...) a grande vantagem que esta proposta teria seria a de criar uma zona intermédia de capitalização que poderia ser adoptada numa base já mais centralizada.»

Não é caso para afirmar que no Ministério da Solidariedade e Segurança Social a música é a mesma mas que o programa está a ser transmitido em... estereofonia?

■ Edgar Correia

O Riso, o Medo e a Fé

Nas últimas semanas, várias figuras da Igreja Católica têm vindo a público pronunciar-se sobre aspectos diversos da vida nacional, nalguns casos produzindo severas críticas em relação a medidas e decisões tomadas, noutros casos exibindo um visível enfado, um ostensivo desagrado face a críticas que lhes são feitas.

Longe de mim a ideia de contestar, minimamente que seja, o direito que lhes assiste — como a quaisquer outros cidadãos — de terem e darem opiniões sobre tudo o que entenderem. Longe de mim, igualmente, a ideia de lhes serem concedidos mais direitos, nessa e em qualquer outra matéria, do que os que são concedidos a quaisquer outros cidadãos. Longe de mim, ainda, a ideia de considerar as opiniões dessas personalidades como imunes à crítica.

Aliás, a liberdade de expressão de opinião só existe, de facto, se for direito de todos. E ninguém neste país tem maior autoridade moral para falar destas questões

do que os comunistas — únicos que, enquanto força organizada, enquanto instituição, sempre lutaram por esse objectivo, nomeadamente quando, como aconteceu no tempo do fascismo, tal luta tinha como consequências previsíveis a prisão, a tortura, às vezes a morte.

Há dias, o arcebispo de Braga decidiu pronunciar-se sobre a regionalização. Fê-lo na sequência da sessão na AR em que os partidos da direita abandonaram a sala. Considera o arcebispo que «após o nervoso debate, pouco edificante e nada esclarecedor, aparece a votar uma sala quase meio vazia, talvez a imagem de um país que, em vez de unido num tema essencial, se teme enveredar pelo atalho da desagregação».

Afigura-se-me profundamente errada e perigosa a desvalorização da AR feita pelo arcebispo, bem como a sua concepção de que o facto de uma minoria de deputa-

dos ter abandonado a sala (deixando-a «quase meio vazia») retiraria representatividade à... maioria que ficou e votou. Igualmente errada e perigosa é, a meu ver, a ideia implícita na declaração do arcebispo de que se corre o risco de «desagregação do país», não pelo facto de a direita estar a proceder a uma monumental operação de chantagem e de desrespeito pelos portugueses, mas porque... a maioria dos deputados da AR, eleitos pelo povo, ficou na sala, discutiu e votou.

Na sua homilia, o arcebispo criticou ainda, duramente, «o infeliz programa televisivo de Herman José e a sua paródia conhecida como a «Última Ceia de Cristo» — programa que curiosamente confessa não ter visto, que, segundo ele, pode vir a ter «profundas consequências». Com estas declarações, o arcebispo junta-se aos que, com as mais diversas chaves, procuram abrir portas a novas formas de censura.

É justo reconhecer, no entanto, que neste aspecto o arcebispo mantém-se fiel a uma linha de pensamento que, através dos séculos, tem tido relevante expressão em amplos sectores da Igreja: O humor é perigoso: Porque faz rir. E porque rir é pecado.

Revi, há dias, na televisão, «O Nome da Rosa». A dado momento, aquela reaccionaríssima figura que se dedica a manter fechado a sete chaves o conhecimento contido na biblioteca existente no Mosteiro — e manter fechado a catorze chaves um livro que falava do riso e o valorizava —, explicava o seu retrógrado e anti-humano comportamento com uma justificação exemplar: «o riso aniquila o medo e sem medo não pode haver fé».

Assim demonstrando que os caminhos que conduzem à fé não são tão imperscrutáveis como por vezes se diz.

■ José Casanova

SANDINISTAS nova batalha

Daniel Ortega é o candidato da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) às eleições presidenciais de Outubro, na Nicarágua. Tal escolha, decidida em Congresso da FSLN no início deste mês, revela a enorme importância que os sandinistas dão a estas eleições que constituem uma oportunidade para travar a política antipopular e antinacional do governo de Violeta Chamorro.

Esta disputa eleitoral dá-se numa situação economicamente precária e socialmente dramática. Nenhum dos grandes problemas sociais foi resolvido nos 6 anos do governo Chamorro. Nem sequer a paz foi totalmente garantida - os «recontras» mantêm acções no norte do país, enquanto os 70 mil desmobilizados com o desmantelamento do Exército Popular Sandinista não viram resolvido o problema da propriedade e uso da terra, engrossando assim o exército de desempregados. Hoje a desocupação atinge 60% da população e 3/4 dos nicaraguenses vivem na miséria.

São dados indelmentáveis do drástico plano de ajuste económico implementado pelo governo que, indiferente aos enormes sacrifícios impostos ao povo, se manteve graças ao equilíbrio que foi construindo entre períodos de diálogo com os sandinistas e concessões à ultradireita. Fragilizado com a retirada do apoio da UNO (coligação de 14 micropartidos da esfera social-democrata e democrata cristã que garantiu o afastamento da FSLN nas eleições de 1990), sob ameaças dos EUA que exigiam a «dessandinização» do poder, o governo de Violeta Chamorro procurou ajudas externas diversificadas que lhe permitiram cumprir o mandato e as orientações do FMI e do BM.

Conseguiu baixar a inflação de mais de 13 mil % em 1990 para menos dum dígito percentual. Mas também conseguiu manter a Nicarágua na cauda dos países com menor rendimento *per capita* da América Latina (menor só o Haiti)!

No plano político, estas eleições significam o confronto entre dois projectos, corporizados por Arnoldo Alemán (P. Liberal, ultradireita) e Daniel Ortega (FSLN). O primeiro conta com o apoio da Fundação cubano-americana de Miami, ou seja, com a ultradireita dos EUA. Prosseguirá o processo contra-revolucionário que, entretanto, já conseguiu reconstituir os grupos económicos anteriores à revolução. A sua vitória constituiria uma séria ameaça à democracia, pois o P. Liberal reclama-se do seu passado somozista. Quanto a Daniel Ortega, defenderá a Plataforma Eleitoral da FSLN que, ultrapassando decepções e uma cisão, pretende inverter a actual orientação económica no sentido do desenvolvimento da produção, da criação de emprego, justiça social, paz e estabilidade duradouras, tendo por base um governo de unidade nacional que abra aos sectores hoje marginalizados a perspectiva de que é possível uma nova política.

As eleições serão uma dura e difícil batalha. As cen-trais de desinformação procurarão apagar o papel dos sandinistas para pôr fim à ditadura dos Somoza e o profundo significado que teve para o povo nicaraguense a conquista da liberdade. Procurarão desvalorizar as conquistas da revolução e apagar o heroísmo popular na resistência à contra-revolução, incentivada pelos EUA que apoiaram os «contra», minaram portos e impuseram um bloqueio económico total.

Preveremos, assim, uma gigantesca campanha contra a FSLN, pois o imperialismo norte-americano tudo fará para manter o seu inteiro domínio nesta importante parcela da América Central.

Mas cremos que a vitória eleitoral da FSLN, apesar de todas as dificuldades, está ao alcance da actual fase da luta do povo nicaraguense. Significaria hoje um poderoso alento à luta dos povos da região, tal como a revolução popular sandinista no passado recente constituiu um precioso apoio à luta de libertação nacional que então se desenvolvia nos vizinhos El Salvador e Guatemala e foi um importante estímulo à luta pela democracia em toda a América Latina, projectando-se também para outros continentes.

■ Manuela Bernardino

SEMANA

Fogos à porta e florestas por limpar

A época dos incêndios florestais começou oficialmente esta semana mas o programa de limpeza das florestas ainda nem sequer foi começado, quando já devia estar terminado. A denúncia foi feita em conferência de imprensa, em Lisboa, pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública que, além de discordar da centralização de todos os poderes nesta área no Ministério da Administração Interna (MAI), com secundarização do Ministério da Agricultura, considera que a limpeza das matas deve ser feita pelos trabalhadores do Instituto Florestal, que «incompreensivelmente foram dispensados há dois anos». A Federação sindical critica também a aposta do MAI na ocupação da floresta com as Forças

Armadas, que, ainda por cima, foram este ano reduzidas em 30%. «Não se acredita que esta prática seja viável, além de que a realização de exercícios militares é prejudicial ao ecossistema», afirma a Federação, acrescentando que não vale a pena reforçar os meios técnicos «se os humanos não são suficientes, já que, actualmente, existem apenas 700 guardas florestais, embora o Instituto Florestal tenha lugar para mil». Foi ainda recordado que «em 1995 foram adquiridos diversos jipes que ainda não foram distribuídos, estando a ser utilizados para transportes privados», enquanto a pretensa aposta na profissionalização dos trabalhadores florestais não teve, até agora, «qualquer acto de formação» que a concretizasse.



De novo as vacas

Enquanto o Governo português procede ao abate de 1.700 vacas contaminadas ou suspeitas de contaminação com a chamada «doença das vacas loucas», com o objectivo de reabilitar a confiança dos

consumidores neste produto nacional, as autoridades espanholas interceptam no porto de Santander, região da Cantábria, dois camiões provenientes da Grã-Bretanha com 39 toneladas de carne de vaca com

destino ao Norte de Portugal. A carne vinha «disfarçada» de argentina e uruguaia mas as autoridades espanholas não foram na conversa, procederam a averiguações e concluíram que a mercadoria provinha da

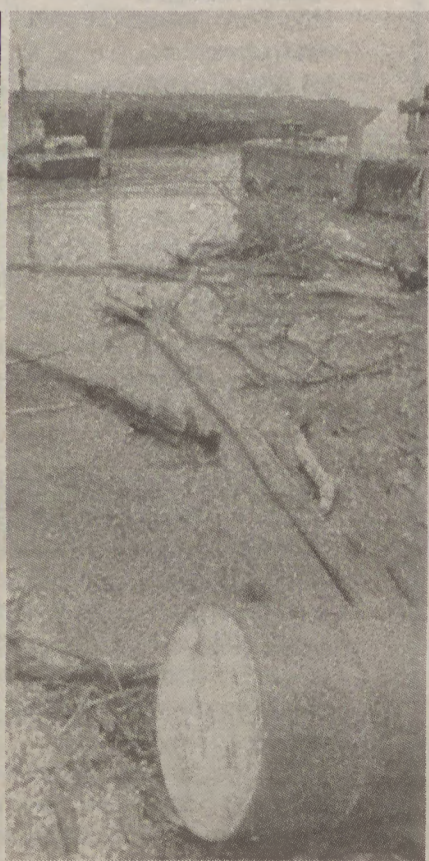
Grã-Bretanha. Resultado: os dois camiões-frigoríficos foram devolvidos à procedência no barco que faz as ligações habituais entre a Grã-Bretanha e o porto de Santander, em Espanha.



Mais palavreado «em defesa do ambiente»

Os ministros do Ambiente dos sete países mais industrializados (G-7) realizaram uma reunião de dois dias onde lançaram um «grito de alerta» para os problemas que se enfrentam no mundo nesta matéria, tendo considerado urgente lançar uma acção que se destine «à protecção do ambiente, do homem que vive hoje neste planeta e que viverá amanhã». Alguns destes governantes do G-7 manifestaram a necessidade de se «relançar rapidamente» o processo desendadeado no Rio.

Recorde-se que a Conferência mundial do Rio de Janeiro sobre Ambiente foi realizada em 1992 e, nestes quatro anos entretanto decorridos, pouco se adiantou, em termos concretos, nas medidas já então preconizadas para a defesa do ambiente e face aos graves alertas então lançados.



De Klerk de fora

Na sequência da aprovação da nova Constituição da República da África do Sul, que consagra uma democracia multirracial, o vice-presidente Frederik de Klerk anunciou que vai deixar a coligação governamental e passar à oposição, o que foi de imediato lamentado pelo presidente Nelson Mandela e pela quase generalidade das forças políticas sul-africanas, que esperavam que este dirigente e o seu partido, que representa a minoria branca que dominou a África do Sul durante décadas sob o indigno regime do «apartheid», se mantivesse na coligação

governamental pelo menos até ao final do mandato. Consta que por trás da decisão estará a «incapacidade» da minoria branca em se habituar à partilha do poder, o que vem, em certa medida, manchar a trajectória positiva de de Klerk e do seu partido no processo de democratização na África do Sul. A decisão foi agravada pelas notícias de que de Klerk e o seu partido estão a procurar o aliciamento do partido zulu Inkata - que o regime do «apartheid» sempre instrumentalizou para entrar o derrube do regime - para que os sigam no abandono da coligação.

Patronato dos transportes subitamente reivindicativo

A direcção da Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias (ANTRAM) reúne-se esta semana com o ministro João Cravinho para apresentar várias exigências, nomeadamente a redução nas portagens e nas inspecções periódicas aos veículos e mais facilidades em questões como os impostos, as restrições à circulação, o preço do gasóleo e os juros do crédito.

Este conjunto de reivindicações do patronato do transporte rodoviário foi decidido numa reunião em Pombal, onde não faltou quem recordasse «a força que temos», que já houve «um governo que caiu

porque os transportes rodoviários pararam» (uma alusão clara ao *black out* das camionagens, no Chile, que abriu caminho ao golpe fascista de Pinochet) e preconizasse uma paralisação imediata.

Elucidativamente, os cerca de 400 empresários presentes na reunião de Pombal reconheceram que «há mais de seis ou sete anos» que não se juntavam assim para «debater os seus problemas».



A tragédia da Libéria

Enquanto na Libéria a guerra civil prossegue, com massacres indiscriminados nas ruas, 4.500 liberianos fazem-se ao mar em dois velhos cargueiros procurando refúgio em qualquer país na costa de África. O drama agravou-se perante a recusa de todos os países abordados em receber os fugitivos, argumentando que eles próprios também estão a braços com problemas e temendo que, ao receberem estes tefugiados, abram caminho a um êxodo em

massa de liberianos. Quando as más condições atingiram o insuportável num dos velhos cargueiros - exactamente o que transportava 3.500 pessoas -, com falta de água, de alimentos e das mais elementares condições higiénico-sanitárias, grassando já várias epidemias a bordo, o Ghana deu autorização para o desembarque, mediante as promessas da ONU e de vários países vizinhos de auxílio para fazer face ao problema.

FRASES

«Um homem esfarrapa-se todo, deposita no pelourinho a sua privacidade, atola-se na audácia de uma política para a qual não há dinheiro e só é notícia quando se descobre que, em rapaz, derramava à sorrelha na carpete o óleo de fígado de bacalhau com que os estremecidos pais lhe queriam antecipar a maturidade.»

(Nuno Brederode dos Santos, «Alguém e Ninguém» - «Expresso-Revista», 11.05.96)

«A um órgão de comunicação não é possível, nunca foi possível, nunca será possível sobreviver sem ter uma permanente percepção daquilo que os públicos querem, daquilo que os públicos gostam, mais, daquilo que os públicos são.»

(Emídio Rangel - «Record», 12.05.96)

«A intolerância política dos próceres açorianos pode influenciar instituições subsidio-dependentes, mas não verga a razão nem as convicções nem a postura institucional a quem tem respeito pela dignidade dos imigrantes e pelas regras da postura democrática.»

(José Lello, Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas - «Público», 13.05.96)

«Em Portugal, este medo político da regionalização é injustificado, porque o país é muito homogéneo, ao contrário da Espanha, um país que tem uma maior diversidade cultural, económica e linguística.»

(Jordi Pujol, presidente do Governo Autónomo da Catalunha - «Público», 12.05.96)

«Quem anda a dizer que não estou interessado (em continuar a fazer parte da Comissão Permanente do PS), pode ter nisso interesse próprio. Convém não confundir desejos com realidades.»

(António Vitorino, citado em «Semanário», 11.05.96)

«Não tenho ambições partidárias nem políticas. Não sei mesmo se quero seguir uma carreira política.»

(Manuela Moura Guedes - «Expresso», 11.05.96)

«Haverá empregos para todos»

(Boris Ieltsin, em campanha eleitoral, citado em «Público», 12.05.96)

«Barómetro com créditos da realidade portuguesa, sem filosofia própria mas resistente carisma, Cavaco Silva decidiu mostrar-se de novo e olhar o que se passa.»

(Victor Cunha Rego - «Semanário», 11.05.96)

«Marcelo Rebelo de Sousa teme que Cavaco Silva seja para o PSD o que Mário Soares tem sido para o Partido Socialista.»

(«uma fonte» da direcção social-democrata, citada em «O Diabo», 14.05.96)

«São as distritais que controlam as eleições dos delegados ao congresso (do PSD). Se Marcelo quisesse mudar, de facto, alguma coisa, fazia um referendo interno e não um congresso.»

(«um conselheiro nacional» do PSD, citado em «O Diabo», 14.05.96)

«Marcelo impôs-se em 30 dias.»

(Rui Rio, Secretário-Geral do PSD - «Expresso», 12.05.96)

«A situação actual coloca o país perante dois caminhos possíveis - ou a continuação das grandes linhas de orientação da política dos últimos vinte anos, ou uma real viragem de rumo que tenha em conta que não há democracia social, nem cultural, nem, ao fim e ao cabo, política, se não houver democracia económica.»

(Álvaro Cunhal nas «Conferências de Matosinhos» - «Público», 11.05.96)

TRABALHADORES

Manuel Carvalho da Silva ao «Avante!» reafirma condenação da flexibilidade e da polivalência

Esta proposta não pode ser lei

Em entrevista ao «Avante!», o coordenador da CGTP alerta para os perigos contidos na proposta de lei sobre polivalência de funções profissionais e flexibilidade de horários de trabalho, dando nota da «apreensão muito grande» gerada na sociedade portuguesa por esta iniciativa do Governo, na sequência do acordo de concertação social de curto prazo.

Carvalho da Silva denuncia a falta de uma intenção séria por parte de quem lançou a discussão sobre flexibilidade e polivalência, sublinha o repúdio generalizado que a proposta de lei merece no mundo do trabalho e acusa António Guterres de dar assim seguimento a prováveis compromissos que assumiu perante os representantes do capital, ainda antes das eleições legislativas, mas que não foram revelados aos eleitores. Para Carvalho da Silva, «se o eng^o Guterres tem dito que ia avançar com uma proposta deste tipo, de certeza que tinha a revolta dos trabalhadores portugueses antes de 1 de Outubro; e antes tivesse dito, porque talvez tivesse recebido um chamamento de atenção de tal ordem, que não chegasse a levar o seu compromisso até às eleições, sob pena de não as ganhar».

Não se trata das 40 horas

«Avante!»: Os defensores do acordo de curto prazo e da proposta de lei que se lhe seguiu argumentam que, finalmente, a semana de trabalho vai ser reduzida para 40 horas. Por que recusa a CGTP trocar estas 40 horas pela polivalência e a flexibilidade?

Manuel Carvalho da Silva: Esta proposta, como contributo para a redução efectiva do horário de trabalho, pode tornar-se rapidamente, para a grande parte dos trabalhadores portugueses, na maior fraude que lhes foi apresentada nesta matéria.

A primeira questão a esclarecer é que não se trata de um cenário que possibilite aquela troca. A proposta de lei para a redução do horário de trabalho apenas serviu de transportador para um objectivo estratégico e essencial do patronato, que é impor por lei geral a polivalência de funções e a flexibilidade dos horários de trabalho. E, por dar boleia a este objectivo extremamente violento contra os trabalhadores, esta proposta anula-se como proposta de redução do horário de trabalho.

Os mecanismos que são apresentados para a lei geral da polivalência e da flexibilidade vêm trazer uma nova concepção de período normal de trabalho, ao visar a eliminação de pequenas pausas, produzindo assim uma redução administrativa, sem benefício algum para os trabalhadores. Quer por esses efeitos directos, que

constituem uma falsa redução do horário de trabalho, quer pelos efeitos de retracção que provoca nos trabalhadores (a violência desta proposta leva os trabalhadores, em muitos casos, a defenderem sobretudo os direitos ameaçados, sem darem qualquer importância à falada redução do horário), a iniciativa do Governo produz uma paragem numa dinâmica de redução do horário de trabalho.

O que a proposta tem de efectivo é um conteúdo violento no que concerne à polivalência e à flexibilidade, porque é uma imposição, por lei geral, de um conjunto de mecanismos vitais para os trabalhadores que passam a ser geridos unilateralmente pelo patronato.

Não estamos perante uma proposta efectiva de redução do horário de trabalho, estamos sim perante uma proposta de imposição por lei geral, de forma violenta, dos conceitos da polivalência de funções e da flexibilidade de horário de trabalho.

Estes conceitos são inaceitáveis pela forma como são impostos, ou por uma questão de princípio?

São inaceitáveis por serem impostos desta forma e por serem impostos na base de princípios que o movimento sindical não pode aceitar.

Não podemos estar alheios à discussão da evolução das profissões. Só que, se se pretende fazer uma discussão séria do que são hoje as funções dos trabalhadores, não há que tratar a polivalência das funções antigas, das chamadas profissões velhas. Há que, tomando como referência o enquadramento profissional do passado, fazer

uma discussão séria sobre as funções que hoje devem ser consideradas no enquadramento profissional concreto.

O que é proposto é violento porque é uma lei geral imperativa, que visa colocar a definição das funções totalmente nas mãos dos patrões. Mas há aqui uma fraude visível: se houvesse uma intenção séria de discutir o que são as novas funções nas diversas actividades

hoje estão definidas nos contratos. Isto é a deturpação absoluta do processo.

Por outro lado, a flexibilidade dos horários de trabalho é apenas uma parte da necessidade de flexibilização da estrutura, da organização e da vida das empresas. Mas quer-se encaminhar tudo para que sejam os trabalhadores a pagar os custos daquilo a que as empresas não são capazes de responder. Isso não podemos aceitar.

Somos contra a forma — jamais podemos permitir que sejam os patrões a decidir quando muito bem entendem quais são os horários e as profissões que atribuem aos trabalhadores. Mas somos também contra alguns princípios que estão deturpados no tratamento destas duas questões vitais.

Mas poderiam ser objecto de discussão?

Estas questões não se discutem assim. Não há preocupação dos patrões em ver se a profissão de soldador ou de serralheiro de moldes, por exemplo, está ou deixa de estar actualizada. O

é ter na mão a possibilidade de gerir como bem entender. Não há uma preocupação de evolução, de inovação na determinação do conteúdo das profissões.

Também no que toca à flexibilidade, impera a unilateralidade, o objectivo de o patrão gerir como bem entender o tempo dos trabalhadores, com um conjunto de medidas extremamente violentas e que põem mesmo em causa o direito de organização da vida dos trabalhadores e suas famílias: a possibilidade de alterações consecutivas dos horários, a contabilização do horário médio em quatro meses, o aumento do período contínuo de trabalho...

Esta lei geral não é o caminho, estes problemas têm de ser discutidos muito no concreto. Uma lei sobre estas matérias não pode ser mais que uma lei indicadora e o caminho da discussão sobre questões tão delicadas é a negociação colectiva.

O direito à organização da vida dos trabalhadores, o direito a definir uma profissão e um horário de trabalho

União Europeia onde se chegue a esta violência.

Os trabalhadores rejeitam claramente

Desde que estes projectos surgem na Concertação, a CGTP tem sido o único dos parceiros a contrariar tais intenções. Está hoje mais acompanhada?

Há que ter presente quem são os parceiros sociais e quem representam os que apoiaram tais projectos.

No período de discussão pública, chegaram à Assembleia da República mais de 1600 posições de colectivos de trabalhadores que condenam esta proposta de lei; entretanto, não conhecemos posições favoráveis. Depois de se ouvir este pronunciamento das organizações dos trabalhadores, o que se tem de concluir é que a CGTP é a organização — em grande escala, a única — que assume a representação da vontade efectiva dos trabalhadores portugueses, sobre esta matéria.

Tanto quanto eu saiba, ainda não há a representação por silêncio e isso é claramente recusado em democracia. Quando alguém se arvora em representativo porque as pessoas não se pronunciaram ou protestam pouco, é bom lembrar que conhecemos essas posições noutros regimes e, em Portugal, no fascismo. Espero que os defensores das maiorias silenciosas ou dos pronunciamentos silenciosos já tenham desaparecido do País e não caibam na democracia do 25 de Abril.

Infelizmente, temos de concluir que a realidade é esta: há uma falsa representação e a representação efectiva dos trabalhadores é aquela que se exprime e diz não a esta proposta de lei.

A CGTP, deste ponto de vista, está muito bem acompanhada, porque está acompanhada pelos trabalhadores — mesmo por milhares e milhares de trabalhadores que não estão filiados nos nossos sindicatos — neste sentimento de preocupação e repulsa por esta proposta de lei.

Na véspera da votação na generalidade CGTP protesta hoje frente ao Parlamento

A luta desencadeada pelo movimento sindical contra a desregulação dos horários e das profissões tem hoje uma nova etapa: a CGTP promove hoje uma jornada de âmbito nacional, com diversas acções nos distritos, empresas e sectores, e com especial incidência em Lisboa. O combate à imposição da flexibilidade e da polivalência teve já momentos altos nas jornadas que a CGTP levou a cabo nos dias 7 de Março e 11 de Abril e nas comemorações do 1º de Maio, tal como nas reuniões e plenários que aprovaram mais de 1600 pareceres condenando a proposta de lei apresentada na AR pelo Governo e que amanhã será debatida e votada na generalidade.

des, não se mantinham as profissões velhas, entregando a gestão destas ao patronato. O patronato não se preocupa se as funções estão ou não estão desactualizadas ou descaracterizadas, quer apenas ter o poder de juntar e gerir, por afinidade ou ligação funcional, as profissões que

patrão quer é ficar com a possibilidade de determinar que funções antigas deve o trabalhador desempenhar.

E quando alguns sindicatos (estou a lembrar-me de um caso na Hotelaria) avançam na necessidade de discussão de funções novas face a novas profissões, o patronato não quer discutir, quer

incluem-se naqueles direitos em que não pode haver apenas informação e consulta por parte do patronato, tem de haver negociação e acordo com os trabalhadores. É isso o que se passa em qualquer país da Europa. Já desafiámos o Governo a que nos dê um exemplo, único que seja, de países da



TRABALHADORES

Manuel Carvalho da Silva ao «Avante!»

Esta proposta não pode ser lei

de nas mãos de uns quantos, e que a exploração dos trabalhadores não pesa muito nas consciências.

Mas estamos sinceramente confiantes que seremos acompanhados na sociedade portuguesa por manifestações cada vez mais crescentes de compreensão das nossas posições e solidariedade na acção que formos desenvolvendo.

Maioria parlamentar e compromissos

Poderá alguém alegar que a maioria dos deputados tem um mandato do eleitorado para produzir legislação como a que vai amanhã ser debatida na AR?

Quem disser isso está a mentir. Já ouvi até de dois membros do Governo essa afirmação. Mas é mentira.

Que o primeiro-ministro se tenha comprometido com os patrões a avançar com medidas deste tipo, eu acredito, por aquilo que hoje é visível. Agora, que se tenha comprometido com os portugueses e, em particular, com os trabalhadores... Desafio quem quer que seja a mostrar alguma posição do eng^o Guterres, candidato a primeiro-ministro, ou alguma posição do Partido Socialista onde figure o avanço de uma proposta de lei de polivalência e de flexibilidade nos termos em que está presente.

Quem andar a invocar isso anda a mentir conscientemente. É muito grave o que está a aconte-



Os trabalhadores têm mostrado que condenam a desregulação das relações laborais que a proposta de lei do Governo pretende impor

trabalhadores. Continuamos a dizer que o caminho desta proposta de lei deve ser a sua recusa. Pensamos que este é o caminho justo, e continuaremos a demonstrá-lo.

Veremos até onde vão as posições, até onde vai a teimosia... O que se passar amanhã será também um indicador de até onde vai a tal dimensão do compromisso do eng^o Guterres com os representantes do capital.

Depois da votação na generalidade, vamos dizer aos trabalhadores o que nos parecer que é a

objectivos políticos, e que haja ainda a dose de bom senso necessária para ouvir os trabalhadores em matéria tão delicada.

A Concertação envenenada

O que significa a afirmação da CGTP de que o processo da negociação para o acordo de concertação estratégica está envenenado?

Significa isso mesmo. A flexibilidade e a polivalência são matérias do mais estratégico que existe e, se são impostas numa lei geral, nos moldes em que o capital pretende, contra a vontade dos trabalhadores, contra o direito à organização da vida dos trabalhadores e suas famílias, é evidente que qualquer processo de negociação estratégica está envenenado: matérias do mais importante que havia para discutir, do ponto de vista estratégico, são dadas ao patronato de bandeja e sem qualquer controlo.

É introduzida uma dose de imposição, de imperatividade, de autoritarismo sobre os trabalhadores que exige destes medidas de defesa, que têm que ser definidas com clareza e que não podem dar credibilidade a processos que não têm de facto uma intenção de conteúdo estratégico para todas as partes.

O envenenamento significa que está a ser anunciada uma intenção de discussão estratégica para todos, quando se trata de uma discussão apenas para alguns, porque o interesse de outros já foi satisfeito por antecipação e sem respeitar a posição da outra parte. Há um condicionalismo violento. Quem são os trabalhadores que podem acreditar que há aqui uma intenção séria de negociação com essa dimensão estratégica que o Governo propõe?

Para além desse envenenamento à partida, como aprecia a

CGTP o conteúdo da proposta de acordo estratégico apresentada pelo Governo aos parceiros sociais?

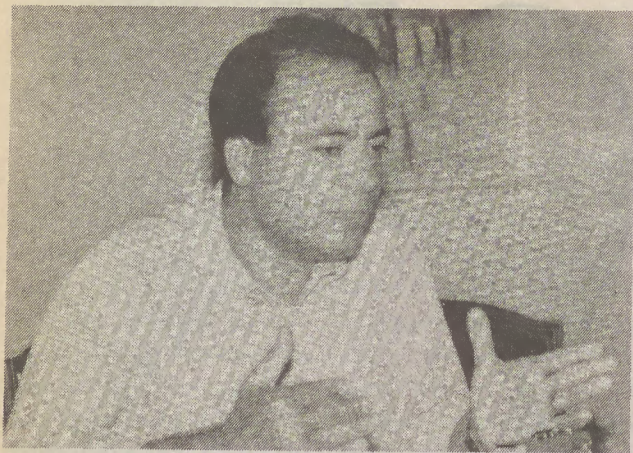
Estamos a analisar o documento, que inclui muito conteúdo preocupante. O que posso dizer é que vamos estar atentos ao processo e vamos procurar agir da melhor forma possível.

Sabemos que há movimentos exteriores à CGTP (é fácil detectar, por exemplo, quais são as fontes de algumas notícias que têm surgido na comunicação social), tentando criar factos consumados, tentando jogar com a CGTP. Não vão influenciar as nossas decisões. Nós agiremos de acordo com o que for mais vantajoso para os trabalhadores.

Sobre todas as matérias que dizem respeito ao mundo do trabalho temos posições. Temos perante o Governo *dossiers* muito importantes para serem debatidos. Mas temos também o nosso congresso, dentro de duas semanas, e esse será um momento de importância extraordinária para reafirmarmos os nossos conteúdos reivindicativos e para dizer ao Governo o que é preciso discutir e como é preciso discutir.

Não faremos o jogo de quem quer que seja. Faremos o jogo correspondente à melhor forma de intervir na sociedade portuguesa para defender os interesses dos trabalhadores.

A verdade é que estamos perante um cenário com bases falaciosas, que o processo foi ostensivamente envenenado - ostensivamente, repito - e que se visa diminuir a influência da CGTP na sociedade portuguesa e criar almofadas que permitam ao Governo fazer um jogo, que começa a ser visível, com certos sectores do capital visando objectivos estratégicos. Portanto, é preciso que quem o faz fique perante a sociedade portuguesa claramente identificado.



Como é hoje avaliado o esclarecimento levado a cabo pelo movimento sindical junto dos trabalhadores a propósito destas matérias?

É altamente positivo. Quando partimos para este combate, o Governo dizia nas primeiras declarações que a CGTP tinha uma posição *maximalista* e o problema era querer impor as 40 horas já, não tínhamos em conta o gradualismo, etc. Tiveram que alterar o discurso.

Penso que **tornámos claro na sociedade que não se trata do projecto da redução do horário de trabalho, mas sim do projecto da polivalência e da flexibilidade**. Isto só foi possível porque a CGTP agiu. Se a CGTP não tivesse protestado, o que estaria agora em discussão seria ficticiamente a metodologia da redução do horário de trabalho; hoje o País inteiro conhece esta proposta como aquilo que ela é, a proposta da polivalência e da flexibilidade.

Conseguimos pôr a sociedade portuguesa a reflectir sobre isto - talvez ainda não com a dimensão que se impõe, porque estes são temas de grande sensibilidade e grande influência em todo o futuro das relações laborais. Entretanto, fomos ganhando muitas posições a nosso favor. De debates

que é preciso chamar a atenção para a violência deste projecto.

Também a nível das universidades se verificam inúmeros contactos, referências, observações, pedindo a opinião da CGTP, porque sentem que algo de muito significativo está em discussão e querem ouvir as razões que fundamentam o nosso protesto.

Julgo que estamos bem acompanhados. Estamos, sinceramente, bastante acompanhados na preocupação sobre os impactes desta proposta de lei nas relações laborais, mas também na organização da sociedade.

O percurso feito foi um percurso de grande riqueza. Ganhámos para a percepção do problema centenas de milhares de portugueses que, se não fosse a nossa acção, não seriam despertados para o que se está a passar no País. Desse ponto de vista, a CGTP tem já uma vitória significativa. E vai produzir efeitos. Nós continuamos confiantes que é possível e é preciso derrotar esta proposta.

Essas reacções chegam aos meios políticos?

Poucas vezes terão chegado à AR tantos pareceres de condenação de uma proposta de lei como sucedeu desta vez. Se houver um mínimo de seriedade e de sentido de responsabilidade, por parte dos deputados, estes pareceres



Em causa estão direitos fundamentais dos trabalhadores, como a definição das categorias profissionais e a organização dos horários

técnicos, o que conhecemos é altamente favorável à central.

E quanto à opinião pública, em sentido amplo?

Na sociedade portuguesa, há uma apreensão muito grande, que só não vê quem não quer e que foi sendo assumida em vários sectores. A CGTP tem promovido debates abertos e as pessoas - técnicos, juristas, que trabalham e que não trabalham com o movimento sindical - manifestam-se contra esta proposta.

Nos contactos com instituições muito diversas, temos ouvido vozes, cada vez mais intensas e numerosas, que nos incentivam a protestar e a «desenvolver o clamor» (para usar uma expressão que ouvimos numa audiência com uma instituição prestigiada), por-

não podem ser ignorados, a menos que se queira transformar em letra morta o direito constitucional dos trabalhadores participarem na elaboração da legislação do trabalho. Espero também que não haja deputados a invocar aqui que uma parte significativa da sociedade é silenciosa, o que demonstraria uma extrapolação muito esquisita sobre o funcionamento da democracia.

Nas audiências com os grupos parlamentares, nas conversas com os partidos políticos, muita gente se tem mostrado apreensiva, tem manifestado preocupação.

Vamos ver até onde vai a coragem - nesta sociedade onde parece que tudo vale para salvar o lucro e a competitividade

cer. Não tenhamos dúvidas de que, se o eng^o Guterres tem dito que ia avançar com uma proposta deste tipo, de certeza que tinha a revolta dos trabalhadores portugueses antes de 1 de Outubro; e antes tivesse dito, porque talvez tivesse recebido um chamamento de atenção de tal ordem, que não chegasse a levar o seu compromisso até às eleições, sob pena de não as ganhar. Os trabalhadores queriam uma mudança de política, e ele teria mesmo que mudar de posição.

Depois de conhecer o resultado da votação, qual vai ser a atitude a tomar pela CGTP? Não acaba aqui, este processo?

Ai não acaba, não. Primeiro, esperemos que haja consciência e que o debate exprima o sentir dos

situação em função daquilo que acontecer; mas não fazemos cenários de futuro, para além desta posição justa de dizer que a proposta não pode ser lei.

De todo este processo, há já algumas ilações a tirar para o diálogo futuro com o Governo e as confederações patronais?

Há uma determinação que não compreendemos da parte do primeiro-ministro. Há pouco mais de um mês, disse-nos que o documento era apenas uma proposta, que poderia sofrer ainda alterações. Na última reunião conosco, no entanto, apareceu muito determinado. Esperamos que esta determinação não seja o resultado de peias excessivas construídas por compromissos com o capital, visando outros

TRABALHADORES

REFORÇO
NOS CTT

A lista unitária foi a mais votada nas eleições para a Comissão de Trabalhadores dos CTT e foi também aquela que mais subiu, em número de votos, relativamente ao anterior acto eleitoral. Com 3775 votos, num total de 6628, a lista A manteve os 7 mandatos que detinha.

A lista C, conotada com os TSD, obteve apenas 478 votos e perdeu o membro que conseguira eleger no anterior mandato; este foi para a lista B, identificada com o PS, que registou 1999 votos.

Segundo os números revelados pela comissão eleitoral na passada segunda-feira, houve mais 6 por cento de votantes agora que nas anteriores eleições; a lista unitária subiu 15,7 por cento (mais 513 votos), a lista B aumentou 9,1 por cento (167 votos) e a lista C perdeu 16,6 por cento (95 votos).

Diminuíram significativamente os votos nulos (de 377 para 104). Também no dia 23 de Abril foram eleitas 35 subcomissões de trabalhadores na empresa.

ALEMANHA
DESRESPEITOU
LIVRE CIRCULAÇÃO

A polícia alemã revistou e interrogou em Munique dois sindicalistas portugueses, a quem confiscou rolos de fotografias e material de informação sindical, o que é considerado pela CGTP-IN «uma violação dos princípios da livre circulação de cidadãos na União Europeia, já que esta permite a mobilidade dos cidadãos dos vários países da União sem controlos fronteiriços e sem receios da actuação policial». «Pela forma e pelo estilo», considera a central, num comunicado de imprensa que divulgou na semana passada, «a actuação da polícia alemã neste caso foi de uma arrogância e uma prepotência flagrantes». A *Inter* regista também que os serviços consulares portugueses «foram inoperantes», o que «é, no mínimo, incompreensível».

Manifestando a sua solidariedade aos sindicalistas, a CGTP exige o apuramento de responsabilidades neste caso.

PERSEGUIÇÃO
EM BRAGA

A penalização de um dirigente do STAL, trabalhador dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Braga, foi denunciada pelo sindicato como perseguição, expressa na classificação de serviço daquele sindicalista. «A penalização do dirigente sindical, em sede de classificação de serviço sustentada nas faltas dadas para desempenho das funções sindicais para que foi eleito, configura um claro atentado ao livre exercício da actividade sindical e às mais elementares regras da democracia». Ao tomar público o protesto, a Direcção Nacional do STAL exigiu da administração dos SMAS «a regularização urgente da situação, bem como o fim de atitudes desta natureza».

PROFESSORES
DA ZONA SUL

Decorre hoje e amanhã, em Serpa, o 2º Congresso do Sindicato dos Professores da Zona Sul, que tem por tema «Ensino público de qualidade/Desenvolvimento regional». O congresso conta com a participação de cerca de 400 delegados, representando os docentes de todos os graus e níveis de ensino dos distritos de Faro, Beja, Évora e Portalegre, estando previstas intervenções de, entre outros, Paulo Sucena (secretário-geral da Fenprof) e Maria do Céu Figueiredo (presidente do SPZS).

MELKA MUDOU

O despedimento colectivo de 280 trabalhadores, que a Melka anunciou no início de Abril, foi transformado em propostas de revogação de contratos «por mútuo acordo», oferecendo aos trabalhadores valores acima da indemnização mínima legal, o que deverá ultrapassar os 500 mil contos - revelou anteontem o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, que divulgou um comunicado da CT em que adianta estarem já concretizados acordos com 117 funcionários da empresa no Cacém e 162 em Évora.

O despedimento colectivo foi reduzido... a um trabalhador, dirigente sindical em Évora, como informou segunda-feira a administração. Este procedimento é considerado ilegal pelo sindicato, que vai recorrer aos tribunais.

As estruturas representativas dos trabalhadores responsabilizam o Governo português por ter feito «muito pouco no sentido de evitar a desocupação dos trabalhadores». A Melka, nos últimos cinco anos, obteve em Portugal 3 milhões de contos de lucros, e mantém cerca de 700 trabalhadores ao seu serviço no País.

GOVERNO
MANDA MAIS

Três deputados socialistas que são dirigentes sindicais no sector bancário pretenderam fazer-se eco do sentimento generalizado dos trabalhadores da banca, quanto à justiça na contagem do tempo de serviço militar para efeitos de cálculo da reforma, e fizeram uma proposta de aditamento à Lei do Orçamento do Estado para este ano. Surpreendentemente, esta norma foi retirada por aqueles mesmos deputados, pouco antes da votação. A uma CT bancária que assistiu ao debate justificaram tal atitude de recuo nas ordens recebidas nesse sentido da parte do Governo - denuncia a tendência unitária «Unir, Agir, Mudar», do Sindicato dos Bancários do Norte, num comunicado que fez chegar à nossa Redacção.

Concentração hoje de manhã em Lisboa
Administração Pública exige
que o Governo cumpra o acordo

Dirigentes, delegados e activistas sindicais das estruturas que integram a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública concentram-se hoje, ao fim da manhã, junto da presidência do Conselho de Ministros.

Com esta acção, pretendem exigir do Governo, ali reunido, que «assuma uma postura negociadora que permita ultrapassar a actual situação de impasse e de não cumprimento dos prazos e das medidas objecto de acordo com os sindicatos» em Janeiro.

Em causa, aponta-se numa nota de imprensa divulgada anteontem pela Frente Comum, «está nomeadamente o facto de o Governo, cinco meses após o acordo, ainda não ter elaborado o projecto de diploma que revogará a lei dos disponíveis, proteger a discussão de dezenas de propostas, algumas delas feitas há mais de um mês pela Frente Comum, sobre os mais variados diplomas e a ausência de propostas governamentais sobre a generalidade das matérias que se comprometeu a negociar com os sindicatos, o que indicia o não cumprimento dos prazos negociais acordados».

Apelo do Sul

A acção de hoje foi expressamente apoiada pela assembleia de delegados sindicais da Função Pública do Sul e Açores, que também exortou os trabalhadores a participarem, de tarde, na concentração da CGTP contra a flexibilidade e a polivalência.

Reunidos na semana passada, em Lisboa, os delegados sindicais do STFPSA decidiram ainda «propor que a próxima Cimeira de Sindicatos da Frente Comum, que se reúne a 22 de Maio, faça um aviso sério ao Governo para que este mude de atitude, o qual poderá passar

pela hipótese de denúncia do acordo em vigor desde Janeiro último», o que será debatido



Sindicalistas da Administração Pública vão hoje ao Conselho de Ministros, integrando-se mais tarde na Jornada da CGTP (foto de arquivo)

com os trabalhadores em reuniões nos locais de trabalho.

A moção aprovada pela assembleia critica severamente o facto de continuarem sem concretização as «medidas imediatas» acordadas e tomadas como compromisso pelo Governo. «Das 19 (prometidas e acordadas) "medidas imediatas", só publicou os salários (de efeito quase nulo no poder de compra) e a abolição do selo nos termos de posse. Entretanto, das 13 mesas negociais, só em 2 há propostas apresentadas e, mesmo estas, não andam nem desandam. Enquanto isso, os ministérios vão lavando as mãos dos problemas... Enfim, uma completa nulidade» - afirma a moção dos delegados sindicais.

Depois de referir que o Conselho de Ministros aprovou, no

dia 2, um projecto de decreto-lei sobre trabalho precário «de cuja versão final não foi sequer dado conhecimento aos sindicatos» e o conteúdo da proposta de lei sobre os cargos de director de serviços e de chefe de divisão «só ter sido entregue aos sindicatos depois de oficialmente ter dado entrada na Assembleia da

Saúde

Reunidos na semana passada em Lisboa, dirigentes sindicais da federação da Função Pública, ligados ao sector da Saúde, decidiram manifestar o seu protesto contra o facto de «nem um só dos 20 problemas colocados» ao Governo ter, até

República» - o que é considerado ainda mais grave -, a moção acusa: «O Governo não só não cumpre o acordado com os sindicatos, como está já a violar esse acordo».

«Será que, com o seu tão apregoado diálogo, espera pelos meses de verão para poder impor soluções enquanto os trabalhadores estão de férias?», interrogam os delegados sindicais do STFPSA.

agora, avanços significativos. «Dos dois que tiveram, um deles não respeitou os compromissos assumidos», refere uma nota da coordenação da FNSFP para o sector.

Os dirigentes decidiram entregar uma missiva no Ministério da Saúde, exigindo «o retomar imediato do diálogo e da negociação, por forma a resolver os problemas».

Apelando à participação hoje
Festru marca greve
para dia 28

O facto de o Governo manter o propósito de «iniciar a discussão da sua proposta de lei com o objectivo de a fazer aprovar na generalidade, ignorando a opinião dos trabalhadores e das suas organizações representativas», foi analisado na semana passada pela Comissão Executiva da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos.

Os dirigentes da Festru salientaram que a posição do Governo é mantida «não obstante a demonstração inequívoca de repúdio à sua proposta de lei de flexibilidade de horário de trabalho e polivalência de funções», que se expressou através da luta dos trabalhadores dos transportes no dia 7 de Março e da participação do sector na jornada nacional da CGTP, a 11 de Abril, bem como em «milhares de assinaturas em centenas de abaixo-assinados» e «milhares de postais entregues na Assembleia da República», nos pareceres jurídicos da federação e dos sindicatos, e nas «dezenas de moções e resoluções de repúdio à referida proposta de lei, aprovadas em dezenas de plenários realizados pelos trabalhadores dos transportes».

A executiva da Festru decidiu apelar aos trabalhadores para participarem na acção de protesto convocada para hoje à tarde pela CGTP. Também para hoje, mas de manhã, foi convocado um plenário de membros de organizações representativas dos trabalhadores do sector, «onde mais uma vez se tomará posição sobre a referida matéria».

A federação decidiu marcar uma greve de 24 horas no sector de transportes rodoviários e urbanos para o próximo dia 28, afirmando que, «se o Governo se mantiver inflexível, os trabalhadores prometem continuar a luta até que a referida lei seja liminarmente abandonada».

Segurança Social
é um direito dos cidadãos

«Não se podem negar os direitos dos cidadãos à Segurança Social», pois trata-se de «um direito fundamental, que como tal está consagrado na Constituição e em textos como a Declaração Universal dos Direitos do Homem» - sublinhou anteontem a Comissão Executiva da CGTP, numa conferência de imprensa onde foram comentadas as recentes e múltiplas afirmações de responsáveis do Governo, nomeadamente do ministro Ferro Rodrigues e do secretário de Estado da Segurança Social sobre a situação e as medidas que estarão em preparação.

No documento distribuído aos jornalistas, a Intersindical Nacional nota que o Governo «num dia, apresenta um panorama desastroso, dando a ideia de que todos os contribuintes abusam; noutra, defende que os mais altos rendi-

mentos sejam isentos de contribuições; noutra ainda, pretende que certas prestações sejam liquidadas enquanto direitos».

«Que o sector financeiro defenda tais ideias, compreende-se, mas não se aceita. Que um governo que até criou um Ministério da Solidariedade venha dizer que esta solidariedade só é uma ideia boa para os que ganham pequenos e médios rendimentos, porque a partir daí prevalecem os interesses do sector segurador, não se compreende nem se aceita» - protesta a CGTP, realçando que o secretário de Estado «vai mesmo ao ponto de defender o aumento de impostos, que serviria para compensar a Segurança Social pela perda de receitas que inevitavelmente resultaria, o que mostra que pensa seriamente numa tal medida, não se tratando meramente de uma declaração infeliz».

NACIONAL

JCP

O balanço em vésperas de Congresso

Em vésperas do V Congresso da JCP, que deverá decorrer este fim-de-semana, no Pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, a Direcção Nacional da JCP fez um balanço da dinâmica que marcou os trabalhos preparatórios e tomou posição em relação a algumas questões de actualidade política, com destaque para a regionalização, a proposta de lei sobre flexibilidade e polivalência e questões educativas.

Aqui damos nota desse breve balanço, através de largos extractos do comunicado entretanto divulgado.

V Congresso

A Direcção Nacional da JCP salienta "as mais de três centenas de iniciativas que por todo o país se realizaram, para discussão dos documentos, para a eleição de delegados, ou de convívio, nomeadamente no Torneio Nacional de Futebol, que envolveu várias centenas de jovens de 10 Distritos". Destaca ainda o "impacto que a colocação de 20.000 pendões e todas as iniciativas de promoção do Congresso tiveram, traduzindo-se nomeadamente em mais de

processo de regionalização e as cedências que o PS se prepara para fazer ao PSD", a Direcção Nacional da JCP "exige que os vários partidos assumam os seus compromissos eleitorais, fazendo avançar decididamente o processo de criação de regiões administrativas".

acabando com ela para quem ingressa no mercado de trabalho".

Pacto Educativo

A JCP considera que o Pacto Educativo não passa "por um lado, da enumeração de uma série de generalidades, muitas delas já consagradas na Lei de Bases do Sistema Educativo e, por outro, a consagração de princípios que conduzem à desresponsabilização do Estado em relação ao financiamento do Ensino Secundário e Acção Social Escolar".

Em relação ao regime de acesso ao Ensino Superior, a JCP sublinha que este "privilegia mais uma vez a avaliação contingente em detrimento da avaliação contínua".

A JCP afirma ainda a sua oposição a formas de financiamento do Ensino Superior, que ponham em causa o "carácter progressivamente gratuito de todos os graus de Ensino previsto pela Constituição" e, nomeadamente o "sistema de bolsas-empréstimo como meio principal do sistema de acção social escolar".

Flexibilização e Polivalência

A JCP condena as intenções do governo de consagrar "a flexibilidade do horário de trabalho e a Polivalência de funções como lei".

Manifestando a sua total solidariedade com as aspirações e lutas dos trabalhadores, sublinha que "numa altura em que se deveria caminhar para reduzir o tempo de trabalho semanal máximo para as 40 horas, a flexibilidade e a polivalência mais não serve do que para fazer dos jovens trabalhadores pau para toda a obra, descaracterizando a sua carreira profissional e, no fim,

CONGRESSO JCP

18/19 de Maio • LISBOA

1.000 novas adesões à JCP, desde a Festa do Avante".

Regionalização

Registrando com preocupação "as movimentações em torno do

Lista unitária vence eleições

A lista unitária venceu as eleições para a Associação de Estudantes da Universidade da Beira Interior.

Apresentaram-se três listas a estas eleições. Na segunda volta a Lista T, liderada por Jorge Rafael, membro da DORCB e eleito pela CDU na Assembleia Municipal da Covilhã, ganhou as eleições com 859 votos, enquanto a Lista A, liderada pela JSD, obteve 782 votos.

Sementes de Amizade

No quadro da Campanha Sementes de Amizade, e com a colaboração da Associação dos Amigos do Fogo, decorreu dia 14 de Maio o primeiro envio de materiais didácticos, para a ilha do Fogo em Cabo Verde.

A Campanha Sementes da Amizade, promovida nomeadamente pela Frente Anti-Racista, tem como objectivo a ajuda às crianças dos países africanos de expressão portuguesa, com materiais escolares e didácticos. Em paralelo decorre uma troca de correspondência entre jovens estudantes portugueses e africanos, com idades compreendidas entre os 10 e os 25 anos.

Associaram-se a esta campanha autarquias e sindicatos da Área Metropolitana de Lisboa. Este primeiro envio de materiais é resultado do trabalho já desenvolvido pelos núcleos da Frente Anti-Racista, pelos Pelouros da Educação e Juventude da Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal da Moita e Junta de Freguesia do Laranjeiro.

JML reúne em Mafra

Em reunião agora realizada em Mafra, a Junta Metropolitana de Lisboa (JML) reafirma a sua disponibilidade para cooperar no processo de criação das Regiões Administrativas, de preferência polinucleadas e com serviços descentralizados, e reafirma o seu empenho em que seja instituída a Região Administrativa de Lisboa e Península de Setúbal. Em parecer enviado à Comissão de Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente, da Assembleia da República, a JML apela para que, transcorridos 20 anos, finalmente se cumpra o preceito constitucional sobre esta matéria.

Câmara de Chaves não cumpre

Das 301 actividades previstas no plano de actividades, apenas 153 foram executadas - esta a razão pela qual a CDU de Chaves decidiu votar contra o relatório de Actividades e Contas da Câmara do ano de 95. Numa análise mais detalhada da percentagem de execução das actividades previstas, a CDU refere que só a educação teve uma realização mais satisfatória, ficando-se, por exemplo, a cultura, o desporto e os tempos livres, com percentagens de realização da ordem dos 48 e 38%.

A CDU sublinha ainda a necessidade de canalizar para estas rubricas mais verbas e sobretudo definir políticas de educação, desporto e tempos livres a nível local.

No que respeita ao saneamento e resíduos sólidos, a única actividade prevista, vedação da lixeira municipal, não foi executada.

Beja exige Plano de Emergência

A CDU de Beja apresentou à Assembleia Municipal diferentes moções - nomeadamente sobre regionalização e a necessidade de regresso de serviços e órgãos de decisão para junto das populações do distrito e da cidade - com destaque para a exigência de um verdadeiro Plano de Emergência de combate ao desemprego em todo o Alentejo.

Nesta moção referem-se os "números alarmantes que o desemprego atingiu em Portugal, cerca de 500.000 desempregados, e que as estatísticas apontam mesmo 600.000 até final do ano, podendo crescer até aos 700.000 em 1997". E exige-se, para além da criação de um Plano de Emergência, que o governo socialista leve à prática uma política que sirva o interesse do povo e do país e abandone o projecto de lei da Flexibilidade e Polivalência, "uma proposta de lei que lesa profundamente os direitos dos trabalhadores e das suas famílias".

Setúbal defende Regionalização

A Assembleia Municipal de Setúbal aprovou uma moção apresentada pela CDU, pela concretização do processo de regionalização, em que nomeadamente se defende "um quadro legal que defina com clareza as atribuições, competências, poderes e meios financeiros das regiões administrativas indispensáveis ao pleno desempenho do seu papel e funções".

A Assembleia Municipal de Setúbal propõe-se promover o debate desta matéria e a participação das populações, colectividades, organizações representativas dos trabalhadores, agentes económicos e diversas associações.

Correr com o racismo

É já neste sábado, dia 18 de Maio, a corrida pela tolerância e contra o racismo.

Com meta em Belém, esta manifestação desportiva anti-racista tem como pontos de partida o Cais do Sodré, Viaduto Alcântara e FIL. São admitidas inscrições até 30 minutos antes do início da corrida.

Esta iniciativa é organizada pela Interjovem CGTP, Frente Anti-Racista, Corpo Nacional Escutas, Associação Cultural Luso-Africana Morna, Associação Juvenil AMIFESTA, Associação Kabojovem e Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio.

pela tolerância

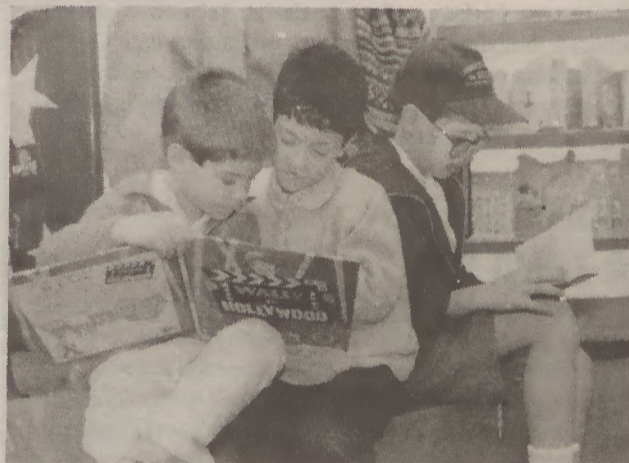
Correr com o racismo

...estamos nessa!

partidos
Cais do Sodré, Viaduto Alcântara e FIL

meta Belém Maio '96 10.30h

Com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio



2ª Feira do Livro da Criança

Uma iniciativa dos Pioneiros

A 2ª Feira do Livro da Criança - uma iniciativa da Associação "Pioneiros de Portugal", com o apoio do Pelouro da Educação e Juventude da Câmara Municipal de Lisboa - decorreu a semana passada, entre 7 e 12 deste mês, no espaço da Alameda Cidade Universitária, em Lisboa.

Uma Feira do Livro que não se limitou à - importante - exposição e venda de livros (estiveram presentes 20 editoras), mas abarcou ainda um intensivo programa de animação cultural.

Ao longo de seis dias, sucederam-se múltiplos encontros com escritores (com a participação de 15 escritores), ateliers de fotografia, leitura expressiva de textos, teatro de marionetas, mímica, uma conversa sobre a banda desenhada, dramatização de textos e um encontro com a música.

Actividades diversas em que se destacaram, como momentos altos, a participação de José Barata Moura, no âmbito do encontro com música, e o teatro de marionetas, pelas Marionetas de Lisboa.

Participaram cerca de 20 escolas do ensino básico, de Lisboa e de alguns concelhos de Setúbal, envolvendo um total de cerca de mil crianças, entre as que vieram através da escola e os que estiveram na feira com as suas famílias.

V Congresso do MDM

«Assegurar a igualdade no respeito pela diferença»

— um desafio no quotidiano



Participação e debate foram notas marcantes do V Congresso do MDM, quer no decurso dos seus trabalhos, no passado fim-de-semana, quer nas múltiplas iniciativas que o antecederam.

Em entrevista com Adelaide Pereira Alves e Odete Braz, membros do Conselho Nacional do MDM, começamos por realçar a importância destas duas fases do Congresso.

Adelaide Pereira Alves - Este nosso V Congresso teve aspectos bastante importantes, não só pelo êxito que foi a discussão, a participação de muitas mulheres, congressistas e convidadas - tivemos 350 congressistas, mas passaram mais de 500 mulheres pelo Congresso -, mas também pela preparação que o antecedeu.

Uma preparação que serviu para activar muitos núcleos (que tinham atravessado períodos de pouca actividade) e permitiu também avançar num caminho que interessa ao MDM - o aprofundar do conhecimento dos problemas que hoje afectam as mulheres.

Poderíamos começar por falar desses debates.

A.A. - Houve variadíssimos debates, que abordaram temas tão diversos como - questões do trabalho, as leis, direitos que não são cumpridos, os desafios que se colocam às mulheres, os mecanismos para a igualdade, a violência no trabalho, na família e na sociedade, a mulher e a família, a prostituição e a exclusão social, o poder local e a cidadania feminina, as mulheres e a comunicação social.

Tentamos assim aprofundar uma série de temas, para termos um maior conhecimento destes problemas.

E como decorreram os debates? Foram muito participados? Surgiram elementos novos?

A.A. - Tiveram participação diversa, mas em geral bastante boa. Consideramos, de qualquer forma, que para além do número, foi muito importante o envolvimento, não apenas das mulheres do MDM, como de outras mulheres e de homens, que participaram activamente nestes debates.

Contámos, por outro lado, com a participação de representantes das autarquias. Por exemplo, no debate que fizemos agora em Loures, sobre a exclusão social, estiveram presentes uma vereadora e o presidente do Conselho Municipal.

Tudo isto pode ajudar a que haja uma maior abertura às propostas do MDM. Pensamos que, com estas acções, para além do aprofundamento dos problemas, podemos contribuir para alterar um pouco as mentalidades, no sentido de uma abertura a novos problemas, a novas respostas, a novas soluções.

Pensas que o Congresso vem nessa linha de abertura?

A.A. - Creio que o Congresso confirmou que há uma grande necessidade de abrir o leque dos temas em debate, que há fenómenos novos que surgem na sociedade, e particularmente em relação às mulheres, que precisam de uma resposta.

Falando de fenómenos novos - seria de referirmos algum exemplo concreto.

A.A. - A evolução da família - por exemplo.

A família - que tem tido alterações diversas através dos tempos - assume hoje várias expressões. Não podemos ter o conceito antigo da família tradicional. Porque, a par dessa família tradicional, surgem outros tipos de famílias, baseadas nas uniões de facto, famílias monoparentais, e outras, onde o homem, ou a mulher, ou melhor - o indivíduo, a pessoa humana - se realiza e desenvolve.

Isto parece-nos importante - a família pode ser muito diversificada e tem que haver abertura para isso. E o Estado e a sociedade deverão apoiar de igual forma esses diferentes tipos de família.

Reaparecem agora ideias muito retrógradas, ainda que sob uma forma mais sofisticada - da importância da mulher no lar, de que se há problemas de marginalidade ou de toxicoddependência, é porque a mulher está no mundo do trabalho, é porque a mulher passa menos tempo em casa...

Por tudo isto consideramos que é necessário reafirmar que a fami-

lia é um espaço onde o indivíduo nasce, cresce e se desenvolve. E deve ser sobretudo um espaço de afectividade, de comunicação, de igualdade e de respeito por todos os seus membros.

Para nós são essas as questões fundamentais, independentemente de quem compõe a família.

Outras questões?

A.A. - Outra questão que também surge - que já não é nova, mas hoje particularmente sentida - é o desemprego e o aumento da exclusão social, e o consequente agravamento da pobreza entre as mulheres.

De facto as mulheres pobres sempre existiram. Muitas vezes a sua pobreza era camuflada pela pobreza da família. Hoje fala-se mais da pobreza no feminino, porque há mais mulheres sozinhas, ou porque são elas o suporte de famílias monoparentais, ou porque são elas que estão no desemprego, e também porque há uma maior longevidade das mulheres.

E é de notar que as mulheres - fruto de terem menos tempo de trabalho, e de serem sujeitas mais frequentemente a formas de trabalho precário (à peça, sem contrato, a *recibo verde*), numa situação de clandestinidade face à Segurança Social - perdem direitos essenciais no que respeita à protecção social. Estão assim muito mais desprotegidas e são mais vulneráveis a situações de pobreza e de exclusão social.

Pensamos que é um fenómeno que deve ser considerado e tratado na perspectiva do cumprimento das leis. Pensamos que o direito a um emprego e ao salário continua a ser uma condição fundamental para a emancipação da mulher. Que é o grande objectivo da nossa luta.

Que naturalmente também passa pela luta no plano político.

A.A. - Claro. E cabe aqui falar de uma outra questão - que é a da

paridade. Ou melhor - da presença das mulheres nos órgãos de decisão.

Hoje fala-se muito - a comunicação social pergunta muito - se somos pela paridade.

De facto, o MDM considera que devem ser criadas condições para que haja paridade nos órgãos de decisão. Mas não somos a favor das quotas, porque nos parece uma forma artificial de tentar resolver este problema.

O que pensamos é que é essencial trabalhar para que haja paridade. Porque é um elemento absolutamente fundamental para o desenvolvimento da democracia participada.



Trabalhar, como?

A.A. - Pelo nosso lado, sensibilizando os partidos políticos, sensibilizando as organizações sociais e sindicais, todas as estruturas da sociedade. Aliás, um dos nossos painéis versava exactamente a cidadania feminina.

Pensamos que é um desafio, para nós, pressionar todos os órgãos de poder, todas as estruturas, as diversas organizações, o movimento associativo - porque também aí, entendemos que as mulheres devem ter uma forte presença.

Pensamos que esse papel cabe igualmente ao poder local e central, como factor importante na promoção da cidadania feminina.

Odete Braz - Ainda em relação a esta questão das quotas e da participação feminina ao nível dos órgãos de decisão. A questão das quotas é artificial - e é artificial também porque, quando os partidos políticos vão procurar mulheres para as suas listas, regra geral a escolha cai sempre em mulheres que, à partida, já estão num determinado nível político e económico. E porquê? Nós pensamos que, para participarem politicamente, as mulheres têm que ter outras condições - tempo disponível para participar. O que exige haver uma maior partilha de responsabilidades, haver infra-estruturas de apoio à família. Só

próximo de Vilar Formoso, até ao Algarve. Temos a satisfação de poder dizer que o MDM vai poder intervir, melhor, ao nível nacional.

Como foi a participação internacional no Congresso?

O.B. - Em relação às delegações internacionais e à sua intervenção no Congresso, aquilo que mais se destacou foi o papel que as organizações têm, não só na ajuda à resolução dos problemas concretos e específicos das mulheres, como a sua contribuição para a transformação das próprias sociedades.

Foi uma nota que apareceu em todas as intervenções das nossas convidadas - não se limitaram a falar dos problemas das mulheres isoladamente. Sempre entrelaçaram e procuraram realçar a dinâmica que leva a que a emancipação da mulher passe também, ou fundamentalmente, pela transformação da sociedade.

Por exemplo, a nossa convidada do Brasil, que nos falou de uma experiência muito interessante das mulheres brasileiras, que é a construção das suas casas, pelas suas próprias mãos, para fugir à monstruosidade que é a vida nas favelas. Ou a representante palestina, que nos falou, por um lado, da sua luta pela libertação das mulheres que continuam presas nas cadeias de Israel, por outro, das dificuldades que estão a encontrar na construção da nação palestina.

Estas convidadas reforçaram-nos também uma ideia - que sempre esteve presente no MDM - que é a importância da solidariedade internacionalista. E a importância da solidariedade entre as organizações das mulheres. Não só a nível nacional, como internacional.

Neste quadro de solidariedade internacionalista, queríamos destacar algumas campanhas em que o MDM está envolvido - a campanha de solidariedade com as crianças angolanas e a iniciativa "Correr com o racismo".

Que balanço se poderá fazer deste Congresso?

A.A. - O MDM saiu reforçado deste Congresso. Pensamos que a nossa acção vai ser mais firme e combativa, pela defesa dos nossos direitos, pela eliminação de todas as discriminações políticas, sociais, económicas e culturais que atingem as mulheres. Saímos mais reforçadas na nossa principal razão de existir, que é no fundo a luta pela emancipação das mulheres, a luta por uma sociedade em que haja justiça social e onde os valores da igualdade, da liberdade e da solidariedade façam parte da nossa vida colectiva.

O lema do nosso Congresso era - "Assegurar a igualdade no respeito da diferença" - e esse é um desafio que se colocou a todas as congressistas - transmitir este valor, no seu dia-a-dia.

Congresso aprova Declaração

A realização de uma manifestação de mulheres, em 8 de Março de 1997 e uma Declaração às Mulheres Portuguesas, contendo os principais objectivos de acção até ao ano 2000 - são duas iniciativas fundamentais, no âmbito do V Congresso do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), que decorreu o passado fim-de-semana, no ISCTE, em Lisboa.

O congresso reuniu 350 congressistas de 13 distritos e da região autónoma da Madeira, e contou com a presença de Lígia Amâncio, em representação do Primeiro Ministro. Estiveram igualmente representadas diversas organizações internacionais: a Federação Democrática das Mulheres - FDM, a Federação das Mulheres Palestinianas, a Federação das Mulheres Cubanas, a Confederação das Mulheres Brasileiras e a Federação das Mulheres de S. Paulo, a Liga Nacional das Mulheres da Roménia e a Associação de Mulheres de Esquerda da Suécia.

Na Declaração às Mulheres Portuguesas, aprovada no Congresso, destacam-se como medidas prioritárias, a serem consideradas pelo poder político: fiscalização do cumprimento das leis e da Constituição; alteração da idade da reforma das mulheres para 62 anos; dispensa de trabalho nocturno na indústria para as mulheres; igual tratamento no acesso ao trabalho, na progressão profissional, no salário igual para trabalho igual; promoção do direito à educação e à cultura; alargamento da rede pública de educação pré-escolar; alteração da lei que permite a interrupção voluntária da gravidez, alargando prazos e motivações; redução do horário semanal de trabalho para 40 horas; cumprimento da lei de protecção à maternidade-paternidade; regulamentação da lei que garante protecção das mulheres vítimas de violência.



A figura de cidadania democrática e de homem de cultura homenageada em Lisboa

Universidade de Lisboa presta homenagem a Urbano Tavares Rodrigues

O salão nobre da reitoria encheu-se na passada sexta-feira para homenagear Urbano Tavares Rodrigues. Entre os presentes destacavam-se muitos escritores, várias figuras da cultura e alguns destacados membros da direcção do PCP.

Depois da actuação do Quarteto de Flautas da Academia de Amadores de Música, Maria do Céu Guerra leu alguns textos de Urbano Tavares Rodrigues, cuja homenagem José Saramago saudou num telegrama lido na ocasião.

Seguiu-se uma conferência denominada «Urbano Tavares Rodrigues, uma escrita, uma vida», em que intervieram Manuel Gusmão, Helena Buesco - que leu uma saudação e um texto crítico de José Manuel Mendes, ausente por motivos de saúde - e Maria de Lurdes Cância Martins.

Manuel Alegre, em representação da Assembleia da República, associou-se à homenagem e agradeceu a Urbano o seu contributo para a restauração da democracia no nosso país, tanto pela obra de escritor, como pela sua acção de cidadão.

Antes, a alta figura de cidadania democrática e de homem da cultura de Urbano Tavares Rodrigues tinha sido assinalada por Manuel Gusmão nestes termos:

«O Urbano, que só após o 25 de Abril de 1974 pôde regressar à docência na Faculdade de Letras, que só se pôde doutorar já com mais de 60 anos, que cumpriu os restantes passos da sua carreira académica já perto do limite de idade, o Urbano vítima da violência que atrás referi, poderá ter guardado amargura, mas todos que o conhecem sabem que não a deixou fechar-se em ressentimento».

Na mesma sala, a Universidade de Lisboa prestara, na véspera, idêntica homenagem ao professor, poeta e ficcionista David Mourão Ferreira, que se encontra gravemente doente. Além de uma manifestação de reconhecimento pelo grande mérito da sua obra, o acto constituiu um veemente voto colectivo pelo seu restabelecimento a que o «Avante!» também se associa.

Alentejo leva Embaixada a Estrasburgo

Por iniciativa do deputado comunista ao Parlamento Europeu, Joaquim Miranda, e organizada pela Região de Turismo do Alentejo, desloca-se a Estrasburgo, entre 20 e 24 de Maio, uma «Embaixada do Alentejo».

Integrando alguns dos seus agentes políticos, económicos e culturais mais importantes, esta embaixada, que leva consigo «as riquezas e as potencialidades» que animam o Alentejo, não vai esconder «as fragilidades e carências que o debilitam». É seu objectivo, tão-somente, dar a conhecer o Alentejo à União Europeia e chamar a atenção para alguns dos graves problemas que esta região enfrenta.

Para além das entidades que a apoiam - CCRA, CIEA, entre outras -, esta iniciativa conta já com a participação do Conselho da Região do Alentejo, das Associações de Municípios dos distritos de Évora, de Beja, do Litoral Alentejano e do Nordeste Alentejano e, ainda, das seguintes entidades: ATEVA/CVRA, APTACA, EDIA, Universidade de Évora, IDEIA/Alentejo e Organismo Inter-Regional.

O programa começa, na segunda-feira, dia 20 de Maio, com um jantar. No dia 21 à tarde verificar-se-á a abertura de uma exposição com obras de conhecidos artistas plásticos alentejanos, seguida de uma mostra gastronómica às 20.30 horas. Na quarta-feira, às 15.30 horas, realizar-se-á um debate subordinado ao tema «O Alentejo na Europa» que contará com a participação do comissário João de Deus Pinheiro, dos presidentes das Comissões de Agricultura e Regional do PE, de um membro do Gabinete da Comissária dos Fundos Comunitários e de um membro do Gabinete do Comissário da Agricultura. Uma sessão cultural encerrará este dia de trabalho.

No âmbito desta deslocação, a Embaixada do Alentejo terá encontros ainda com os presidentes do Parlamento Europeu e da Comissão Regional do PE.

«Os comunistas e a arte do séc. XX»

DORL promove colóquio

Com o Espaço Cultural Vitória completamente cheio, realizou-se na passada sexta-feira mais uma «Conversa com quem fez e faz a História do PCP», desta vez subordinada ao tema «Os comunistas e a arte do séc. XX», que abriu com a passagem de um belo diaporama - «O oiro e o trigo» - realizado por José Caldeira, com música, texto e desenhos de Carlos Paredes e em sua homenagem.

O debate, que contou com a participação de Helena Seródio, Manuel Gusmão, Manuel Machado da Luz e Mário Carvalho, foi moderado por Rui Pereira. Rogério Ribeiro, não podendo estar presente por razões de ordem pessoal, enviou uma mensagem.

Manuel Gusmão, o primeiro orador a intervir, começou por observar que o tema em discussão não podia ser tratado com certezas absolutas. E falando sobre que tipo de pensamento sobre a arte encontramos ao longo do séc. XX enquanto marxistas, perguntava: «Como é que os comunistas ligaram a sua acção com os fenómenos de criação artística?» Manuel Gusmão lançou depois alguns tópicos de reflexão e citou os parágrafos finais da intervenção do camarada Álvaro Cunhal na 1ª Assembleia de Organização de Artes e Letras, em Lisboa, onde nomeadamente, em relação ao

PCP, diz que um partido que luta para libertar o homem tem de ser também um partido que luta para libertar o artista. Contestando, depois, a ideia generalizada de que os artistas comunistas estiveram ligados aos movimentos realistas, Manuel Gusmão afirmou que só em parte é assim, pois muitos comunistas estiveram ligados a diferentes opções estéticas e formulações artísticas.

Manuel Machado da Luz, representando o cinema e os audiovisuais, considerou que, no campo artístico, as actuações mais relevantes dos comunistas foram noutros campos que não no cinema, a quem chamou «o parente pobre». E explicitou: «parente pobre, não porque fosse desprezado mas porque o cinema é uma arte extremamente cara e vulnerável em termos de controlo dos poderes instituídos e difícil de difundir». Recordando que este ano o cine-

ma português faz 100 anos, Machado da Luz refere que durante este período, apesar da importância desta forma de arte, apenas se lembra de três filmes com «qualquer coisa» a ver com o que os comunistas pensam: «Os saltimbancos», em 1952, de Manuel Guimarães, «O dinheiro dos pobres», em 1956, de Artur Semedo, e agora, naturalmente, «Cinco Dias e Cinco Noites», de Fonseca e Costa. Recordou, no entanto, a acção prática e sistemática dos comunistas no movimento cineclubista, nos anos 50, 60 e mesmo 70, embora aqui já em refluxo, na divulgação de cinema de qualidade e a sua utilização em tempos políticos. Helena Seródio, que falou de uma outra expressão da arte - o teatro, «testemunho de um certo tipo de sofrimento» que acompanha a história do homem - fez questão na sua intervenção de sublinhar a necessidade de «questionar consensos» e de nos «desembaraçarmos das certezas que temos».

Mário Carvalho «debicou aqui e além», conforme a sua expressão. Mas, fundamentalmente, falou da sua experiência, desde 1965, enquanto jovem militante comunista, afirmando que nunca o PCP havia tomado posição oficial sobre arte e esté-

tica «apesar dos apelos dramáticos que às vezes lhe eram dirigidos». Hoje reconhece «a sensatez e sabedoria» desta posição, lembrando que, mais tarde, já depois do 25 de Abril, na célula dos Artistas Plásticos, «cabiam todos».

Com estas intervenções estava lançado um debate que, suscitando perguntas e respostas, foi atentamente seguido por todos e se prolongou pela noite dentro.

«Nós, Carlos Paredes», foi ainda o tema de uma «conversa» realizada na passada terça-feira. A passagem de um diaporama e a música de Luísa Amaro (guitarra) e de Maria do Rosário (viola) animaram este debate/homenagem a Carlos Paredes que, moderado por Alfredo Flores, contou com a participação de António Vitorino de Almeida, José Cardoso Pires, José Casanova, José Lopes de Almeida, Manuel Jorge Veloso e Paulo Rocha.

Também na próxima sexta-feira, com a participação de Abílio Fernandes, António Gervásio, José Soeiro, Raimundo Cabral e Urbano Tavares Rodrigues, acontecerá «conversa» no Espaço Cultural Vitória, desta vez sobre «Reforma Agrária: Horizonte de Luta, Processo e Projecto».

PCP divulga calendário pré-eleitoral

Carlos Carvalhas visita Açores

O secretário-geral do PCP desloca-se à Região Autónoma dos Açores, onde visitará as ilhas Terceira, Faial, Pico e S. Miguel, entre terça-feira e sexta-feira da próxima semana.

Carlos Carvalhas irá participar em sessões públicas integradas na iniciativa «Em diálogo com os Açorianos», no Plenário da CDU da Ilha de S. Miguel, cumprindo ainda um vasto programa de contactos com instituições regionais, órgãos representativos da sociedade e organismos culturais e sociais.

No próximo mês de Julho, Carvalhas voltará à Região, desta vez para visitar as ilhas do grupo ocidental, Flores e Corvo.

Em conferência de imprensa realizada na passada semana, José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores, anunciou outras iniciativas programadas para os próximos dois meses e meio, que se inserem no trabalho preparatório das eleições regionais marcadas para Outubro.

Entre aquelas destaca-se uma sessão dedicada à Autonomia e Revisão Constitucional, envolvendo deputados do PCP na Assembleia da República, e uma outra referente aos problemas específicos da integração europeia que contará com deputados do Grupo da Esquerda do Parlamento Europeu.

Entretanto prosseguem as iniciativas sob a denominação comum «Em Diálogo com os

esforço de esclarecimento e crescimento eleitoral que a CDU/Açores está a fazer».

Depois de recordar a intensa actividade do PCP e da CDU no âmbito institucional, social e laboral, José Decq Mota chamou a atenção para o actual quadro político regional concluindo que «à esquerda do PP, do PSD e do PS existe uma vasta área social e política, que inclui a CDU, outras forças e independentes e que defende novas soluções que visam o aprofundamento da democracia e a afirmação da justiça social».

Neste sentido, combateu a «redução da actividade política à escolha entre os líderes dos dois partidos que têm sido maiores», considerando que tal «significa o esvaziamento da política». Como mais adiante explicou, «a diferença (...) reside na

possibilidade de nem o PSD nem o PS terem maioria absoluta e na clara possibilidade da esquerda poder alargar a sua expressão eleitoral e a sua presença institucional».

Lembrando a proposta da CDU de serem realizados debates na RTP/A e na RDP/A entre os líderes dos quatro partidos com representação na ALR, o PCP/Açores lamenta que até ao momento nenhum dos líderes tenha dado sinal de disponibilidade para debater os problemas da regionais e lança um aviso ao actual Presidente do Governo Regional para que não se repita a campanha eleitoralista de 1991 e 1992 na qual foram desbaratados «milhões de contos e na qual foram empregues os mais diversos meios de chantagem destinados a garantir a vitória do PSD».



A CDU/Açores quer «uma política melhor para os que estão pior»



LISBOA

PCP recebe parlamentares curdos

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, recebeu na passada semana, na sede da Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, uma delegação constituída por Zubeiy Aydar e Ali Yigit, respectivamente Presidente do Conselho e Vice-Presidente Executivo do parlamento curdo no exílio. Durante o encontro foram trocadas opiniões sobre a situação em Portugal e no Curdistão. Carlos Carvalhas, que se encontrava acompanhado por Domingos Lopes, do CC, manifestou a solidariedade do PCP com a luta do povo curdo pelos seus direitos nacionais.

SETÚBAL

Capitalismo e história

Mais de 80 pessoas participaram no debate subordinado ao tema «Será o capitalismo o fim da história?», promovido na passada sexta-feira pela Comissão Concelhia de Setúbal, no âmbito das comemorações do 75º aniversário do PCP. Na sessão usou da palavra Manuel Gusmão, professor universitário e membro do Comité Central do PCP, a que se seguiram numerosas intervenções dos presentes que prolongaram a discussão até perto da 1 hora da manhã. Manuel Gusmão caracterizou a situação internacional pelo agravamento dos conflitos regionais com origem numa estratégia global de domínio dos grandes monopólios, de que o imperialismo norte-americano e a sua política de agressão é o suporte maior. Foram igualmente abordadas as transformações das relações laborais, nomeadamente o posicionamento crescentes dos quadros técnicos e intelectuais no aparelho produtivo. Valdemar Santos, membro da DORS, interveio para lembrar que naquele dia se celebrava o 51º aniversário da derrota do nazi-fascismo e que uma número apreciável de trabalhadores portugueses estava em viagem para o Grande Comício de Paris, contra Maastricht e o desemprego, entre os quais trabalhadores da Lisnave/Mitrena, Renault, Mague e Torralta. Como explicou, «apenas a difícil situação da Valfrio não permitiu que trabalhadores desta empresa se pudessem deslocar a Paris. Mas aos presentes nesta sessão apelamos à que se mantenha viva a solidariedade activa que todos devemos aos trabalhadores da Valfrio».

OEIRAS

Quem lucra com o drive-in?

A Comissão de Freguesia da Oeiras do PCP estranha o recente negócio entre a Câmara e a McDonalds para a abertura de um Drive-In no actual restaurante Périgula. É que, segundo o PCP, a autarquia vai receber apenas 300 contos de renda, praticamente o mesmo que custaria o aluguer de um apartamento na zona. Assim sendo, pergunta: «Então quem é vai lucrar com este negócio?» Recorde-se que o projecto foi aprovado com os votos favoráveis do PSD e PS, tendo os vereadores da CDU votado contra.

TORRES VEDRAS

Casa Hipólito intimida

Na sequência dos processos disciplinares instaurados pela Casa Hipólito a cinco trabalhadores do sector vinícola, a Comissão do PCP para a Acção junto dos Trabalhadores acusa a administração de estar a criar um clima de intimidação e divisão na empresa. Os comunistas afirmam que não é com tais atitudes que a viabilização da empresa prosseguirá e solidarizam-se com os trabalhadores vítimas dos processos disciplinares, apelando aos restantes que unam esforços em torno das suas estruturas para solucionar rapidamente o conflito.

MASSAMÁ

Célula em formação

A Comissão de Freguesia de Queluz está a desenvolver esforços para que em Massamá passe a funcionar uma célula do Partido, considerando que o número de camaradas que vivem nesta zona o justifica e o exige. Por outro lado, observa que a dimensão de Massamá - hoje uma autêntica cidade - conduzirá a uma futura divisão administrativa da Freguesia, aspecto que deve ser discutido localmente.

Para a formação da célula, realizam-se inicialmente reuniões mensais, nas instalações da Delegação da Junta de Freguesia, situada no Parque Salgueiro Maia, em Massamá, a última das quais teve lugar na passada terça-feira, 14.

Álvaro Cunhal em Matosinhos

«As vertentes fundamentais da democracia»

Integrada num ciclo de Conferências que a Câmara Municipal de Matosinhos vem promovendo através do Pelouro da Cultura, teve lugar no passado dia 9, no Salão Nobre, uma Conferência com o camarada Álvaro Cunhal, subordinada ao tema «As vertentes fundamentais da democracia».

Sala cheia, cerca de 500 pessoas, vários órgãos de comunicação social, para ouvir atentamente Álvaro Cunhal, figura que «não necessitava de apresentação» no dizer do presidente da Câmara Municipal, Narciso Miranda, que dirigiu a mesa da sessão, onde se encontravam ainda o presidente da Assembleia Municipal e o vereador da Cultura.

Durante cerca de 45 minutos, Álvaro Cunhal expôs à luz da existência ou não dessas vertentes da democracia a caracterização do regime fascista, da Revolução de Abril e os últimos 20 anos de regime democrático, de forte ofensiva contra as conquistas revolucionárias.

Dos oito objectivos da Revolução Democrática e Nacional traçados pelo PCP para o derrubamento do fascismo, aprovados no VI Congresso de 1965 e realizados no período revolucionário, evoluíram as concepções que hoje, respondendo aos problemas actuais, enformam o Programa do PCP e conceptualizam, no ideal e projecto dos comunistas, as vertentes inseparáveis da democracia - política, económica, social, cultural e também nacional.

No segundo momento da sessão, as perguntas colocadas pela

salazarista apoiou, fomentou o desenvolvimento capitalista, de como os ataques às liberdades e direitos democráticos acompanharam a reconstrução dos grandes grupos económicos.

O alerta para as diversas for-

desemprego ou a destruição do tecido produtivo (com exemplos bem vivos também para a população de Matosinhos) - derivados em grande parte da política de submissão e subserviência aos ditames da União Europeia. Tam-



Álvaro Cunhal fala, em Matosinhos, para uma sala cheia e atenta

assistência deram ainda azo a discorrer sobre um conjunto muito diversificado de questões.

Salientando o interesse pessoal de ouvir e confrontar opiniões diferentes e de, face à gravidade dos problemas do País, ser indispensável reflectir sobre as várias propostas possíveis para resolver esses problemas, Álvaro Cunhal congratulou-se com as possibilidades de diálogo, de tolerância de opiniões, que encontros como aquele proporcionam.

Teve ainda oportunidade de fundamentar várias das teses apresentadas sobre o fascismo, como «ditadura terrorista dos monopólios», como o regime



mas de que se têm revestido as tentativas de branqueamento do fascismo - desde as pensões vitalícias a torcionários da PIDE, às adulterações feitas por «historiadores», etc., foi saudado por fortes aplausos dos presentes.

Foram tratados factos e acontecimentos da revolução e da contra-revolução até ao presente e aos problemas de hoje - como o

bém as ameaças que pendem sobre o regime democrático na figura de alteração às regras de representação proporcional, no caso das autarquias na conformação de executivos municipais unicolores, que PS e PSD defendem nas suas propostas de revisão constitucional, foi uma questão que Álvaro Cunhal tratou entre muitas outras.

«O Porto em debate»

Falta uma estratégia clara de desenvolvimento

Urbanismo e Reabilitação Urbana foi o primeiro debate de um ciclo que, sob o lema «O Porto em debate», a Organização da Cidade do Porto realizou, na sexta-feira passada, no Hotel Tuela, lançando pistas e convidando a uma reflexão sobre a cidade, de forma a encontrar soluções ou corrigir acções praticadas pela actual autarquia.

Participaram no debate, para além da vereadora Ilda Figueiredo e do deputado municipal Rui Sá, os arquitectos Annie Gunther, António Madureira, Domingos Tavares e Luís Viegas

Referindo-se a um problema que está na ordem do dia - a aplicação do PDM -, Ilda Figueiredo disse: «O Plano Director Municipal está em vigor desde 2/2/93. No entanto, durante este período já foram várias as polémicas que estalaram na cidade devido ao seu não cumprimento ou, pelo menos, a interpretações que muitos consideraram abusivas, incluindo eu própria».

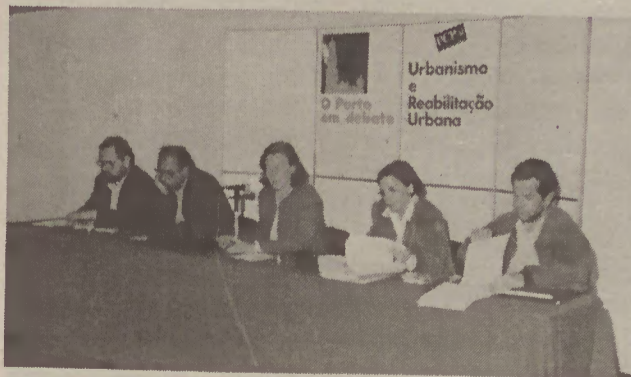
António Madureira, abordando o mesmo tema, diria: «com dois pontos que se contradizem no

regulamento - o 2º que define o coeficiente da ocupação do solo (COS) e que não permite, em geral, mais de 4 andares e o 5º que obriga a respeitar a cêrcea previamente estabelecida, para defender a imagem urbana - não há renovação na cidade».

Domingos Tavares, na sua intervenção, abordou a falta de uma estratégia de crescimento,

dos espaços da cidade - o investimento do município devia ser o motor de crescimento da cidade mas parece andar à deriva, além de ser muito escasso. Multiplicam-se estudos, anunciam-se processos, mas falta uma linha condutora, uma estratégia clara de desenvolvimento».

Rui Sá, por seu lado, destacou a necessidade de desenvolvimen-



No Porto, os comunistas procuram soluções para melhorar a cidade

desenvolvimento e expansão como a que, por exemplo, existiu a seguir ao 25 de Abril, quando se interveio no miolo do Barredo-Ribeira. «Não existe investimento municipal na requalificação

to do Porto na base de um planeamento participado, em que tenham voz os moradores e as suas organizações mais próximas, de rua, de bairro; em que as colectividades e organizações econó-

micas e sociais sejam entidades a quem vale a pena ouvir; onde se reconheça um estatuto especial de intervenção às Juntas de Freguesia, dotando-as dos meios e competências a que aspiram.

Annie Gunther, lembrando algumas transformações recentes muito radicais, como as auto-estradas que atravessam toda a cidade e que, respeitando pouco o que já existe, criam situações caóticas e desagradáveis, apelou aos técnicos para uma «leitura real da cidade» que vá além do que é desenhado nos gabinetes.

Isto, depois de Ilda Figueiredo ter falado na existência de cerca de vinte estudos prévios e projectos, incluindo estudos de urbanização e planos de pormenor. Destes estudos, que não incluem ainda os projectos dos quatro túneis, do metro e das pontes prometidas na campanha eleitoral - disse a vereadora -, com excepção do plano de pormenor do Bom Sucesso (realizado para legitimar a ilegítima situação do Shopping), nenhum está ainda completo e transformado em projecto de construção.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Reprivatizações chumbadas



A Assembleia da República rejeitou, com os votos contra do PCP, PSD e PP, faz hoje oito dias, a ratificação do diploma do Governo que

retirava os limites à participação de empresas da União Europeia nas sociedades a reprivatizar. Este decreto-lei, que previa "um novo enquadramento legal às participações de entes comunitários no capital de sociedades reprivatizadas, em processos de reprivatização ou a reprivatizar", esteve em debate há duas semanas por proposta do PCP que pedira a recusa da sua ratificação. Aprovados pelos deputados, na semana transacta, foram ainda os diplomas apresentados pelo Governo e pelo PCP relativos ao novo regime jurídico da tutela administrativa a que ficam sujeitas as autarquias locais e entidades equiparadas. O PS, PCP e PEV votaram a favor e o PS e o PP abstiveram-se. Ainda sobre a mesma matéria, a Assembleia da República rejeitou o projecto de lei do PSD sobre o "regime de controlo da legalidade do Poder Local", que mereceu apenas os votos favoráveis do partido proponente, optando o PP pela abstenção, enquanto o PS, PCP e PEV votaram contra.

Transporte de doentes



O Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei que regula a

actividade de transporte de doentes por corpos de bombeiros. Com esta iniciativa legislativa procura-se corrigir uma situação perfeitamente injustificada, que consiste no facto de a legislação em vigor exigir aos bombeiros um alvará para o transporte de doentes, colocando-os em pé de igualdade com quaisquer entidades privadas. A obrigatoriedade deste alvará, sujeito à autorização prévia do Instituto Nacional de Emergência Médica, não tem qualquer justificação, no entender dos corpos de bombeiros, uma vez que se refere ao cumprimento de uma missão que sempre foi a sua. Acresce que os critérios seguidos pelo INEM para a atribuição daquele documento são no mínimo discutíveis, porquanto, como é salientado na nota preambular do projecto do PCP, têm sido atribuídos alvarás a operadores privados em áreas onde se sediam corpos de bombeiros sem alvará definitivo para o transporte de doentes. "Com este procedimento - salienta o texto do projecto de lei - o Governo e o INEM tratam a actividade de transporte de doentes como um mero objecto de negócios privados, com prejuízos dos corpos de bombeiros que têm prestado também nesta área inestimáveis serviços ao País".

Contra a exclusão, pela reinserção social

Rendimento mínimo de subsistência

A Assembleia da República deverá aprovar, hoje, na generalidade, os diplomas do Governo e do PCP que consagram o rendimento mínimo garantido (RMG), após o que transitarão para a Comissão respectiva onde serão objecto de discussão na especialidade. Debatidos na semana transacta, os dois diplomas convergem no reconhecimento de que urge as medidas que minimizem as situações de pobreza, criando condições de apoio aos cidadãos mais desfavorecidos no sentido de diminuir os factores de marginalidade e exclusão, estimulando simultaneamente a sua reinserção social.

Uma opinião que não foi partilhada pela bancada do PSD, que chegou mesmo a classificar a proposta como uma "medida cega e inespecífica", eivada, segundo as palavras de Luís Filipe Menezes, de um "cariz estatizante" que conduzirá a "um aumento de funcionários e burocracia" e a um "desincentivo adicional à busca de emprego para sectores de desempregados com problemas específicos, normalmente cobertos por outro tipo de programas".

Rejeitando frontalmente esta ideia de que o RMG constitui um "desincentivo ao trabalho", a resposta não se fez esperar por parte do Grupo comunista e do ministro da Solidariedade e Segurança Social, tendo este, designadamente - dirigindo-se aos deputados da bancada laranja -, inquirido se consideravam que "alguém abandona uma

remuneração do trabalho para a trocar por uma prestação de 20



O PSD não acha que o Estado deva tomar medidas contra a exclusão social

mil escudos mensais, que lhe exige, adicionalmente, que esteja disponível para o trabalho".

Defendendo a proposta da formação comunista, Lino de Carvalho, por sua vez, lembrou que ela tem "destinatários e objectivos muito precisos", ou seja, "atender ao estado de necessidade de milhares de excluídos que não possuem o mínimo dos mínimos para poder subsistir e, simultaneamente, poder constituir uma alavanca, um instrumento de ajuda à recuperação de um mínimo de capacidades que permita a esses milhares de cidadãos sem voz reiniciar um processo de inserção social".

social no modelo de crescimento económico vigente, assinalando a propósito que a "apropriação e a afectação dos recursos é feita não em função dos homens e das mulheres, com o objectivo de melhorar as suas condições e qualidade de vida, mas em nome exclusivamente do lucro imediato, em nome de um falso sucesso, sempre e sempre à custa e em prejuízo dos direitos sociais".

Daí que, observou, a "maior contradição" do sistema capitalista reside no facto de no final

das maiores exclusões, o tempo de milhões que vivem nas margens da vida, o tempo de um intolerável terceiro mundo interior".

Contestados por Lino de Carvalho foram também os "argumentos economicistas dos custos financeiros do programa", sublinhando a este respeito que "ninguém tem o direito de ignorar que há centenas de milhares de cidadãos que vão sendo atirados para o outro lado da vida sem que o Estado, nem ninguém, lhes dê a mão".

Depois de identificar claramente os objectivos da proposta comunista - "minimizar a situação de pobreza" e "ligar o rendimento mínimo a políticas activas de emprego e reinserção social" -, Lino de Carvalho sublinhou ainda os "muitos pontos de contacto" entre os dois diplomas, destacando, no entanto, que o do Governo é "mais restritivo e nalguns aspectos tem insuficiências e um articulado pouco claro".

Lino de Carvalho sublinhou ainda que "a pobreza e a exclusão social só serão erradicadas quando erradicada for a lógica de um sistema e modelo económico de matriz neoliberal, ele próprio gerador dessa pobreza", pelo que, advertiu, o RMG "não vai terminar, por si só, com a pobreza nem com a exclusão social".

Audição sobre vacas loucas

Actas enviadas à PGR

As actas das audições parlamentares efectuadas ao caso das vacas loucas vão ser enviadas à Procuradoria Geral da República com vista ao desencadeamento de eventual procedimento criminal contra os responsáveis pelas medidas de ocultação e sonegação de informações respeitantes à existência da doença no nosso país no período que medeia entre 1990 e 94. Esta é pelo menos a proposta do deputado comunista Lino de Carvalho, responsável pela elaboração do relatório da audição parlamentar que decorreu entre os dias 11 e 26 do mês passado, no decorrer da qual foram ouvidas 22 entidades.

Nas suas conclusões, o documento confirma que os primeiros casos de BSE (Encefalopatia Espongiforme dos Bovinos) foram diagnosticados a partir de Junho de 1990, tendo a partir de então e até 1994 as várias autoridades responsáveis (incluindo o ministro da Agricultura) optado por uma "estratégia de confidencialidade e ocultação da doença" que dificultou o combate à sua erradicação, prejudicou os agricultores, agravou o clima de desconfiança e contribuiu para acentuar polémicas e gerar um clima de "alarmismo e pânico desproporcionados".

"Parece evidente que tal opção dos responsáveis - sublinha o relatório assinado por Lino de Carvalho - impediu, desde logo, uma informação adequada às estruturas e profissionais de saúde animal, aos produtores e consumidores, e à comunidade científica permitindo que eventualmente algumas das carcaças infectadas ou animais provenientes do Reino Unido tenham sido introduzidos na cadeia alimentar".

Em causa, admite Lino de Carvalho, poderão estar assim os procedimentos do ex-ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, bem como de outros responsáveis da administração pública como é o caso do então director-geral do Instituto de Protecção da Produção Alimentar.

No que se refere à transmissibilidade da BSE aos seres humanos, o relatório reconhece que os actuais conhecimentos científicos não garantem uma resposta conclusiva a esta questão, observando, todavia, que "não se justificam quaisquer medidas que condicionem o consumo" de leite, lacticínios e carne de animais sãos.

O abate imediato e destruição com incineração de todos os animais provenientes do

Reino Unido, constitui, entretanto, uma das medidas preconizadas por Lino de Carvalho, que defende ao mesmo tempo a manutenção da suspensão da entrada no País de quaisquer bovinos vivos, bem como da proibição de incorporação de farinha de carne e

ossos provenientes de mamíferos na alimentação de ruminantes.

O reforço do sistema de fiscalização, vigilância e controlo veterinário sobre todas as unidades de processamento de subprodutos de origem animal, constitui outra das direcções de

trabalho apontadas no documento, no qual se defende, entre outras, medidas efectivas de reforço da fiscalização e controlo sanitário e reforço efectivo das acções de controlo nacional sobre os circuitos de mercado e as importações agro-alimentares.

Em causa apoio social e saídas profissionais

Jovens enfermeiros querem respostas

Os estudantes de enfermagem continuam na sua esmagadora maioria sem receber qualquer apoio social relativo ao ano em curso, à excepção de três ou quatro escolas que já adiantaram as verbas mas que ainda não foram ressarcidas do respectivo montante pelo Ministério. Suscitada pelo deputado comunista Bernardino Soares, faz amanhã oito dias, na habitual sessão de perguntas ao Governo, a questão não obteve uma resposta conclusiva da ministra da Saúde, pese embora o seu reconhecimento quanto à gravidade da situação.

Esta postura evasiva da responsável ministerial foi de resto extensiva a outras matérias abordadas pelo deputado do PCP na sua

intervenção inquiriu também sobre o problema das saídas profissionais dos jovens enfermeiros. Lembrado foi, concretamente, o facto de existirem centenas de jovens enfermeiros sem colocação, quando se sabe que existem cerca de 12.000 vagas nos quadros de pessoal e quando é certo que são manifestas as carências nesta área nas unidades de saúde do País.

Levantada por Bernardino Soares foi igualmente a situação de precariedade que se vive no domínio dos vínculos laborais, sendo recordados a este propósito os cerca de quatro mil enfermeiros, designadamente jovens enfermeiros em início de carreira, que estão a passar recibo verde.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Em protesto contra
instrumentalização do PS e PP**Comunistas abandonam
reunião da CERC**

Os deputados comunistas que integram a Comissão Eventual de Revisão Constitucional (CERC) abandonaram segunda-feira os trabalhos da reunião em protesto contra o que consideraram ser a sua "instrumentalização" por parte do PS e do CDS/PP.

Esta reacção foi tomada logo após a leitura de uma declaração do líder da bancada socialista, Jorge Lacão, em que este anunciava as perguntas a incluir em sede de referendo sobre a regionalização, acordadas entre a sua bancada e os "populares".

Pedindo de imediato a palavra, Luís Sá, em nome do Grupo comunista, demarcou-se claramente da situação, considerando estar-se em presença de "um novo episódio" de uma "telenovela cansativa" protagonizada por aqueles partidos, que nada tem que ver directamente com a revisão constitucional, pelo que "não é da competência da CERC".

"A pergunta acordada entre o PP e o PS para dar corpo a um referendo constitucional envergonhado não integra directamente matéria da Constituição da República Portuguesa nem a sua revisão", sublinhou Luís Sá, observando que, "quanto muito seria matéria de leis ordinárias e

resolução de aplicação da lei de revisão".

Acusando PS e PP de "usarem indevidamente a CERC", Luís Sá chamou a atenção para o facto de não ser aquele o "lugar para uma conferência de imprensa conjunta", entendendo por conseguinte que a partir desse momento deixavam de estar em debate "os trabalhos de revisão", para passar a ser apenas "mais um episódio dessa telenovela", em que os seus actores ("PS e PP, a pensarem no PSD") ensaiam "mais um espectáculo de cedências desprestigiantes e de malabarismos do PS".

"Não damos cobertura a esta mistificação nem a distrações da opinião pública das questões fundamentais com que o País se debate, nem à instrumentalização da CERC", concluiu o parlamentar comunista, assim dando por finda a participação dos deputados do PCP naquela reunião, antes de se retirarem da sala.

Mas já na semana transacta o Grupo comunista tomou uma posição pública em que se demarcava claramente do que apelidou de "baixa política e da política politiqueria" seguida pelo PS e PP relativamente à regionalização, tendo, faz exactamente hoje oito dias, acusado os populares de se transformarem em "pombo-correio" entre socialistas e social-democratas nesta matéria.

A formação comunista, também através de Luís Sá, respondia desta forma à troca de cartas nesse dia verificada entre os líderes das bancadas do PS e PP acerca do teor da pergunta de âmbito nacional que pretendem ver inscrita nos referendos

regionais sobre a regionalização.

Na altura, recorde-se, o PP propôs que se pergunte aos eleitores se concordam com a criação da lei das regiões, enquanto o PS sugeriu que sejam questionados sobre se concordam com o início de aplicação da lei.

Para o PCP, "não faz sentido que o PP seja promovido a pombo-correio entre o PS e o PSD" em matéria de regionalização e de revisão constitucional, tendo a este propósito Luís Sá sublinhado ainda que "ou a declaração do PS de que nada seria negociado fora da comissão de revisão constitucional é uma mera hipocrisia, ou deu o dito por não dito e isso é manifestamente infeliz".

**Amanhã, em debate
Flexibilização
e polivalência**

A proposta de lei que prevê a flexibilização dos horários de trabalho e a polivalência de funções estará amanhã em debate no Parlamento. Alvo de um forte movimento de contestação, este diploma é encarado como uma clara cedência do Governo ao grande patronato, que de há muito persegue o objectivo de dispor como bem entender do tempo dos trabalhadores.

Por essa mesma razão, numa amplitude sem precedentes, tem ganho corpo o protesto dos trabalhadores e suas organizações representativas contra uma proposta que consideram gravemente lesiva dos seus direitos. Disso mesmo foram testemunho os mais de 1600 pareceres que chegaram à Comissão de Trabalho da Assembleia da República, no âmbito da audição pública realizada em Abril, todos eles unânimes no repúdio às medidas preconizadas na proposta de lei.

Entre essas medidas, recorde-se, está o direito conferido às entidades patronais de organizarem o horário e o tempo de trabalho. Por outras palavras, o tempo de duração da jornada de trabalho passa a ser determinado em períodos médios de quatro meses, podendo ir até às 10 horas diárias e 50 horas semanais, sem pagamento de horas extraordinárias.

A polivalência de funções, por outro lado, descaracterizando as categorias e carreiras profissionais, significa que o trabalhador passa a ser "pau para toda a obra", sujeitando-o no plano das tarefas a executar ao arbítrio do patrão.

Nova tutela para as autarquias locais**Mais autonomia,
menos ingerências**

A definição de um novo regime de tutela administrativa para as autarquias locais esteve em foco no Parlamento. No centro do debate, três iniciativas legislativas subscritas pelo Governo, pelo PCP e pelo PSD. Aprovadas, com os votos conjuntos dos seus subscritores e do PEV, viriam a ser a proposta governamental e o projecto de lei comunista.

Contribuir para a dignificação e desgovernamentalização do Poder Local - enunciou-o o ministro João Cravinho -, é o principal objectivo do Executivo. Para o PCP, segundo Luís Sá, trata-se acima de tudo de "fortalecer o poder local", pondo simultaneamente termo às "ingerências abusivas no seu funcionamento". Claramente dissonante, por seu turno - e por isso foi alvo de duras críticas e acabou por ser chumbado com os votos das bancadas socialista e comunista -, esteve o PSD ao preconizar uma solução nas antípodas do que sempre defendera até aqui. Com efeito, depois de ter sido o autor e o mais acérrimo defensor durante anos a fio de uma Lei que serviu para perseguir eleitos e denegrir o poder local, veio agora o PSD propor, estranhamente, na prática, a supressão da tutela, contrariando o que a Constituição consagra.

Esta proposta da bancada laranja de liquidar a intervenção da tutela acabaria, aliás, por ser uma das questões mais controversas do debate, com Luís Sá a não poupar críticas ao que nela releva de irresponsabilidade. É que, tal como o PCP entende, explicou, a tutela deve

materializar-se sobretudo em "apoio técnico", numa "preocupação pedagógica em relação aos serviços das autarquias", em "ajuda solidária por parte das inspecções à gestão autárquica" e na "busca da correcção dos procedimentos administrativos".

Linhas de acção que nada têm a ver, pois, com o que foi num passado recente a prática do PSD, dirigida para alimentar guerrilhas e denegrir o poder local, como assinalou Luís Sá, que exemplificou lembrando o "rigor persecutório no tratamento das autarquias", "as fugas de informação organizadas que levaram a condenações de eleitos antecipadas na televisão" e à devassa de municípios com "múltiplas inspecções, inquéritos e sindicâncias".

Deixada claro na intervenção do deputado comunista foi no entanto a ideia de que o novo regime de tutela por si proposto

não significa uma menor "intransigência face às irregularidades e corrupção", antes encerra, pelo contrário, um propósito de "mais autonomia, com mais responsabilidade", na convicção de que "as regras democráticas e a transparência no regime de tutela são o melhor caminho de prestigiar as instituições".

Nesse sentido vão, de resto, as soluções preconizadas no projecto elaborado pela formação comunista, de onde se exclui expressamente a tutela de mérito e se consagra o princípio do respeito pela autonomia local, tipificam as sanções (conferindo exclusivamente aos tribunais a verificação de ilegalidades graves) e é assegurada a "emissão prévia de parecer de um órgão autárquico antes da aplicação de sanções".

Avaliando a proposta governamental, Luís Sá considerou não terem qualquer sentido as

"auditorias" nela previstas quando já existem as "tradicionais inspecções e inquéritos", do mesmo modo que não faz sentido, disse, "manter a ineliminabilidade em futuras eleições de eleitos cuja perda de mandato tiver sido declarada", face às dúvidas acerca da constitucionalidade dessa sanção.

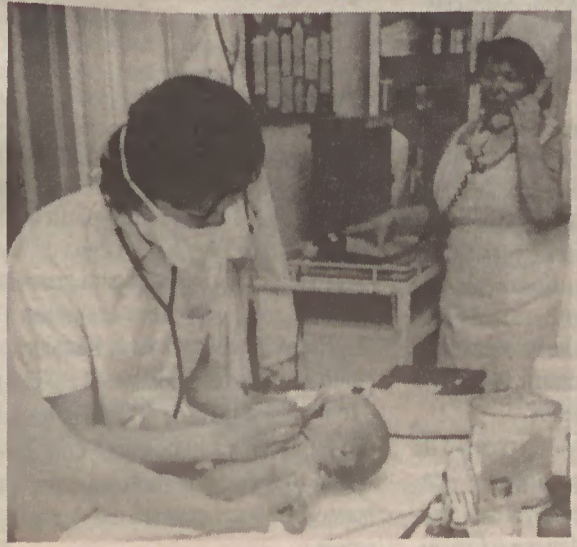
Criticadas na proposta governamental foram ainda as situações de desajuste e excesso na tipificação das causas de dissolução, tendo Luís Sá apontado como exemplos a "cobrança de taxas e mais-valias não previstas na lei", a superação dos limites legais de endividamento ou a "ultrapassagem dos limites aos encargos com pessoal", tanto mais que, observou, citando um parecer da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, "os critérios estabelecidos nesta matéria estão perfeitamente desadequados".

**Registo
de nascimento**

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou na mesa da Assembleia da República um projecto de lei que "adopta para efeitos de registo de nascimento o conceito de natural da localidade de origem familiar", com vista a alterar normas do actual Código de Registo Civil. Trata-se, em síntese, de conferir aos pais a possibilidade, no acto do registo dos filhos, de optarem pela naturalidade da localidade correspondente à residência habitual da mãe.

Com a recente entrada em vigor do novo Código do Registo Civil, com efeito, o local de nascimento passou a contar exclusivamente para efeitos do registo de naturalidade. Deste modo, face ao escasso número de maternidades existentes, confinadas aos principais centros urbanos, o registo de nascimento tem estado praticamente restringido às freguesias e concelhos do País onde há aquele tipo de assistência hospitalar, deixando de haver praticamente recém-nascidos naturais de concelhos onde não existem aquelas unidades de saúde.

É, pois, esta situação absurda que o Grupo comunista pretende corrigir com o presente diploma, assim indo ao encontro não apenas dos anseios de muitos pais, como também dos legítimos protestos de autarquias e cidadãos.



Fortalecer o poder local e acabar com as influências abusivas, preocupação central do projecto do PCP

A chacina do Pará

Sentimentos de indignação, de vergonha e de medo marcaram de maneira por vezes contraditória as reacções ao massacre de camponeses do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no município de Curianópolis no Sudeste do Pará. A emoção dominou o povo; o susto tomou conta das «elites» responsáveis por situações como esta. Espanto não houve porque chacinas de camponeses não são acontecimentos inéditos numa sociedade como a brasileira onde as oligarquias agrárias não hesitam em recorrer ao crime para impedirem quaisquer reformas, mesmo tímidas, no anacrónico mundo rural.

A Polícia Militar do Pará, autora do massacre, não difere, aliás, muito das suas congéneres de outros Estados da Amazônia e do Nordeste. Agiu por conta dos grandes proprietários da Região, muitos deles absentistas. E fê-lo com requintes de barbárie. Dos mortos identificados (talvez nunca seja conhecido o total exacto) 10 foram abatidos por tiros disparados na testa, na nuca e nos olhos a uma distância inferior a 10 centímetros. O líder, Eziel Pereira, um jovem de 17 anos, foi assassinado após tortura, assim como outros companheiros. Alguns foram espartilhados com as próprias foices que carregavam. Por si só, a utilização de metralhadoras contra gente misérrima que se manifestava pacificamente numa estrada clarifica o estilo da acção criminosa.

O Movimento dos Sem Terra, apesar da carência de recursos e da sua debilidade orgânica, começa a tirar o sono à oligarquia agrária e a inquietar o Governo de Fernando Henrique Cardoso. O MST surgiu como obscura organização de massas há 15 anos. Tornou-se conhecido quando procedeu às primeiras ocupações de terras naquele Estado. Hoje mantém 37 573 famílias em 168 acampamentos e o número dos seus militantes excede 5 mil, distribuídos por 22 Estados da União. O MST é filho da fome e da miséria. Segundo a sua direcção, 4,8 milhões de famílias camponesas não possuem terra alguma.

O presidente FHC insiste em elogiar a política agrícola do seu Governo. Mas o seu projecto de reforma agrária não avança. O Instituto da Reforma Agrária afirma ter assentado, em 1995, mais de 42 mil famílias. Seria uma gota de água num oceano de necessidades. O MST, contudo, desmente as estatísticas oficiais e sustenta que somente receberam terras 15 000 famílias. Nos últimos anos, o Movimento assumiu a responsabilidade por 168 ocupações de terras. E promete prosseguir.

Factos e números confirmam não haver país onde a injustiça social no campo seja neste final do milénio mais transparente e cruel.

Dos 371 milhões de hectares de terras correspondentes a 5,8 milhões de propriedades agrícolas, apenas 10 milhões de hectares cabem a pequenos agricultores, ou seja, menos de 2,6 do total. Mais de 43% das terras cultiváveis pertencem a aproximadamente 1% de proprietários. Somente uma percentagem ínfima dos grandes latifúndios é aproveitada pelos proprietários. O próprio conceito brasileiro de latifúndio é de difícil compreensão em Portugal, mesmo no Alentejo.

Significativamente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil acaba de lembrar, num documento divulgado após a chacina de Curianópolis, que o maior latifúndio do país ocupa uma área de 1 822 905 hectares, isto é, mais terra do que a superfície conjunta dos Distritos de Beja e Évora...

O presidente FHC expressou, naturalmente, a sua indignação perante o massacre. Afirmou que o crime não é próprio de um «país decente», e advertiu que o Brasil perderá a sua credibilidade se os responsáveis não forem punidos.

Seria, entretanto, uma ingenuidade crer que a Reforma Agrária, mesmo tímida, irá adiante em futuro próximo. O ministro da Agricultura cessante era um banqueiro.

■ Miguel Urbano Rodrigues

NATO virada a Leste

O alargamento da NATO, pomo de discórdia entre a Rússia e os Estados Unidos, e motivo de crescente preocupação para todos os movimentos que se batem pelo desarmamento e coexistência pacífica, parece cada vez mais próximo de se tornar uma realidade.

A semana passada, o Presidente do Parlamento da Lituânia, Ceslovas Jursenas, defendeu no Parlamento da Estónia a «necessidade» de os estados do Báltico cooperarem uns com os outros, a fim de serem os primeiros novos membros da NATO.

Para Jursenas, «esta necessidade é causada pela situação geopo-

lítica e a especial vulnerabilidade da Letónia, Lituânia e Estónia». Recorda-se que as três antigas repúblicas da ex-URSS mantêm relações tensas com a Rússia, em parte devido a queixas de que discrimina a numerosa etnia russófona que neles vivem.



lítica e a especial vulnerabilidade da Letónia, Lituânia e Estónia».

A Rússia opõe-se fortemente à expansão da Aliança Atlântica a

Paz tenha dado outros frutos do que a consagração da hegemonia norte-americana e a crescente influência da Alemanha nos países do Centro e Leste europeu.

Motivos para preocupação não faltam. De visita à Noruega, a semana passada, o Secretário-Geral da NATO, Javier Solana, garantiu não haver ainda qual-

quer decisão sobre os países a considerar para já, ou quando se processaria o alargamento da Organização, mas foi avisando que todos os possíveis novos membros deveriam estar preparados para cumprir todas as regras da Aliança, mesmo que isso signifique aceitar armas nucleares ou bases cuja presença desagradem à Rússia.

Também o primeiro-ministro canadiano, Jean Chrétien, defende que a NATO permita uma total integração na organização aos países que efectuem «uma transi-

ção para a democracia e a economia de mercado», e declara-se descontente com o ritmo de ampliação da Aliança Atlântica à Europa Central e Oriental, que considera demasiado lento.

«Estou decepcionado, porque (o ritmo de ampliação) é mais lento do que esperava», sublinhou Jean Chrétien, após

uma reunião em Otava com o primeiro-ministro da Eslovénia, Janez Drnovsek, que concluiu na quinta-feira uma visita de dois dias ao Canadá. Jean Chrétien citou o caso da Eslovénia como exemplo e disse que esta antiga república jugoslava «está muito perto da sua integração na NATO, quanto antes melhor».

Entretanto, uma sondagem divulgada pelo jornal «Der Standard» revela que mais de metade dos austríacos aceita a integração do seu país na NATO, contra 44 por cento há um ano.

À pergunta «A segurança da Áustria deverá ser garantida no âmbito de uma defesa comum no seio da NATO, ou poderá ser assegurada sem adesão à NATO?», 56 por cento dos cidadãos consultados respondeu «no âmbito da NATO», e 30 por cento mostrou preferência por «uma defesa nacional à margem da NATO».

Os restantes não quiseram pronunciar-se (10 por cento) ou propuseram «outras soluções» não especificadas pelo jornal.

A sondagem foi efectuada por telefone em 11 e 12 de Abril junto de um universo de um milhão de austríacos.

A Áustria, país estatutariamente neutro, aderiu em Abril de 1995 à Parceria para a Paz, da Aliança Atlântica.

A NATO poderá tomar em Dezembro uma decisão sobre a sua futura ampliação.

Comemorações do 25 de Abril

À Redacção do «Avante!» continuam a chegar informações das diversas iniciativas com que as comunidades portuguesas radicadas no estrangeiro assinalaram mais um aniversário do 25 de Abril. Na impossibilidade de uma cobertura exhaustiva, aqui se dá conta, resumidamente, das comemorações realizadas em Angola, Holanda, Brasil e Canadá.

Canadá

A convite da Associação Democrática Portugal-Canadá, deslocou-se a Toronto o camarada José Ernesto Cartaxo, membro do CC do PCP e da Comissão Executiva da CGTP-IN, para participar nas comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio. Música, poesia e danças tradicionais animaram o convívio dos portugueses, a que não faltou o tradicional jantar do Dia da Liberdade, em que usaram da palavra diversos oradores. Para além da Presidente da Assembleia Geral e da Presidente da Direcção da Assembleia Democrática, respectivamente Maria José e Marília Santos, participaram ainda na iniciativa uma representante da Aliança de Clubes e Associações Portuguesas, Rosa da Sousa; o cubano Raul Mácias, Presidente do Instituto Cubano da Amizade entre os Povos; o Presidente do Congresso Luso Canadiano, Tomás Ferreira; o vereador Mário Silva e o Consul-geral, António Montenegro.

Em Montreal-Quebec esteve o camarada Veiga Trigo, conhecido árbitro internacional de futebol (que acaba de se retirar), a convite do Movimento Democrático dos Portugueses. Para além de um almoço de confraternização que contou com cerca de 350 convivas, realizou-se ainda um espectáculo-comício em que participaram mais de 800 pessoas, animado por uma Tuna Académica do Porto. As intervenções políticas principais estiveram a cargo de Veiga Trigo e de Manuel Rodrigues, coordenador da organização do PCP em Montreal e Presidente da Confederação dos Organismos Portugueses no Quebec.

Brasil

Tal como em anos anteriores, o aniversário da Revolução dos Cravos foi assinalado em São Paulo por iniciativa do Centro Cultural 25 de Abril.

O programa, que incluiu uma apresentação do Coral do Museu Lasar Segal e um recital de música de guitarra e violão, atraiu ao salão nobre da Casa de Portugal cerca de três centenas de portugueses e brasileiros. Na iniciativa participaram ainda representantes do Governador do Estado de São Paulo, do Prefeito da cidade, de numerosas associações culturais e sindicais, do PCP, PS e PSD, e de partidos brasileiros.

A sessão abriu com uma intervenção de Frei Beto, um dos mais prestigiados intelectuais brasileiros, a que se seguiu o camarada Miguel Urbano Rodrigues e o Consul-

geral de Portugal em São Paulo. A iniciativa terminou com um documentário sobre Portugal.

Holanda

Em Roterdão, o Centro Português realizou um debate com a participação do euro-deputado comunista Honório Novo.

As Associações dos Portugueses de Amesterdão, por seu turno, voltaram a organizar a já tradicional prova de atletismo «Correr por Abril», que contou com a presença de atletas de várias idades, bem como um jantar de confraternização em que participou o almirante Rosa Coutinho.

Também o Centro Cultural de Hoofddorf assinalou o 25 de Abril, com um jantar seguido de um espectáculo.

Angola

Em Luanda, o programa das comemorações decorreu de 15 a 27 de Abril, com inúmeras iniciativas muito participadas. Do Torneio de Snooker à Lêgua de Abril, passando por actividades para crianças, a comunidade portuguesa assinalou com alegria o 22º aniversário da Revolução. O ponto alto das festividades - Acto Central - contou com mais de 500 participantes e não esqueceu a solidariedade com Timor-Leste. A música, portuguesa e angolana, marcou presença com artistas de ambos os países.

Índia

À procura de consenso contra o fundamentalismo

A derrota do Partido do Congresso nas recentes eleições na Índia e o facto de nenhum dos restantes partidos ter alcançado maioria suficiente para formar governo, mergulhou o país numa agitação política sem precedentes, na procura de uma solução governativa que evite a chegada ao poder dos fundamentalistas.

Das eleições para a constituição do parlamento indiano, com 545 assentos, não resultou um vencedor claro com todos os partidos e coligações concorrentes a ficarem pelo menos a 80 lugares dos 273 da maioria.

O partido nacionalista hindu Bharatiya Janata Party (BJP) foi o mais votado, conquistando o maior número de lugares no parlamento, 159, mas o seu carácter fundamentalista faz com que seja tratado como um "intocável" pelos principais partidos, o que provavelmente o impedirá de forjar alianças para a constituição de uma maioria.

Melhor colocada está a aliança de formações de centro e de esquerda, conhecida pela sigla NF-LF (National Front-Left Front), com 110 deputados, cujos principais componentes - Partido Janata Dal e os dois partidos comunistas, Partido Comunista da Índia (PCI-M, marxista) e PCI - afastaram qualquer hipótese de coligação com o Partido do Congresso do primeiro-ministro demissionário Narasimha Rao.

A aliança pronunciou-se a favor de um governo que não integre nem o Partido do Congresso nem os nacionalistas hindus do Bharatiya Janata Party (BJP).

Apostado em impedir a chegada dos nacionalistas hindus ao poder está também o Presidente indiano, Shankar Sharma, que deu à aliança NF-LF dois dias para provar que

pode conseguir o apoio dos pequenos partidos (que no total dispõem de cerca de uma centena de deputados) e formar governo. A hora do fecho desta edição desconhecia-se ainda o resultado das diligências naquele sentido.

Recorda-se, no entanto, que o Partido do Congresso, que registou a sua mais pesada derrota eleitoral de sempre, conquistando apenas 136 lugares no Congresso, indicara anteriormente estar pronto a apoiar «do exterior» um governo formado pela NF-LF ou a participar com esta num governo de coligação para evitar a subida do BJP ao poder.

A generalidade dos políticos indianos recebe o fundamentalismo do BJP e vê num governo liderado pelo partido hindu o perigo de uma divisão do país entre hindus e não-hindus.

O BJP tornou-se notório pela defesa de acções fundamentalistas hindus como a destruição de

Saudação do PCP

O Secretariado do Comité Central do PCP enviou ao Partido Comunista da Índia (Marxista) e ao Partido Comunista da Índia, a mensagem de felicitações que a seguir se transcreve:

«Transmitimo-vos as calorosas felicitações dos comunistas portugueses pelos resultados alcançados pela Frente de Esquerda nas eleições para o Lok Sabha e muito particularmente pelas vitórias nas eleições em Kerala e Bengala Ocidental.

«Tais resultados, que são expressão da luta corajosa dos comunistas indianos em defesa dos interesses da classe operária e das grandes massas exploradas e oprimidas da União Indiana, constituem um estímulo para todas as forças progressistas.

«Desejamo-vos, queridos camaradas, os melhores sucessos e enviamos-vos as nossas mais fraternais saudações.»

mesquitas e a restauração de lugares sagrados da mitologia hindu, como a que gerou confrontos sangrentos em 1992 na sequência da destruição da mesquita de Babri, em Ayodhya, no estado de Uttar Pradesh, norte da Índia.

No início da semana, tudo estava ainda em aberto na complexa política indiana. Mas a Frente Nacional-Frente Esquerda acordara já no nome de Jyoti Basu, líder do PCI-M para o cargo de primeiro-ministro, enquanto se sucediam as declarações sobre a necessidade de juntar esforços para «afastar a

ameaça do BJP» e respeitar a vontade maioritária do eleitorado que deu «mais de dois terços (dos votos) a deputados laicos».

Resta saber se a vontade de recusa do fundamentalismo e da xenofobia representados pelo BJP, fruto em grande parte da política de liberalização económica seguida pelo Partido do Congresso, acusado de ter penhorado a soberania nacional e as riquezas da Índia a empresas estrangeiras, terá força bastante para ultrapassar os jogos de poder que se desenrolam em paradas cada vez mais fortes na Índia.



País de profundos contrastes e desigualdades sociais, a Índia vive momentos cruciais para o seu futuro político



Pobreza, droga, repressão, uma constante no quotidiano da Colômbia

Colômbia

Golpe de misericórdia na democracia

O extermínio de comunistas e de dirigentes da União Patriótica continua, com toda a impunidade, na ordem do dia na Colômbia.

Oswaldo Olivo Angulo, membro do Comité Central do Partido Comunista Colombiano (PCC), ex-secretário-geral do sindicato bananeiro Sintrainagro e secretário de organização do Comité Regional do PCC em Urabá, foi assassinado na noite do passado dia 9 na cidade de Medellin.

Marcel Burgos, conselheiro da União Patriótica no município de Colosón, departamento de Sucre, foi assassinado, juntamente com outros quatro militantes da União Patriótica, em 9 de Maio.

Também uma delegada do Ministério Público colombiano, a juíza Lucila Acosta de Rodriguez, foi assassinada na mesma noite por desconhecidos quando caminhava por um bairro do norte de Bogotá, segundo anunciou a polícia local. A juíza foi morta com dois tiros por dois jovens numa motorizada, segundo relatos de testemunhas. Fontes da Procuradoria Geral da Nação, em Bogotá, citados pela Lusa, informaram que Lucila Rodriguez estava ligada a uma unidade de investigação de delitos financeiros mas não tinha actualmente processos delicados nem recebera ameaças de morte.

Um comunicado do Partido Comunista Colombiano, divulgado em Santafé de Bogotá na passada sexta-feira, atribui os crimes ao desenvolvimento macabro do plano «Golpe de Misericórdia dois», inserido no processo mais vasto de paramilitarização do país levado a cabo por políticos de extrema-direita e altos comandos militares.

Segundo o PCC, o Governo do presidente Ernesto Samper

mantém um silêncio comprometido face às denúncias feitas sobre o referido plano, enquanto as chefias militares mandam a tribunal os dirigentes ameaçados, como insolitamente fez o general Harold Bedoya, conhecido a nível nacional e internacional como o principal organizador dos grupos paramilitares, contra Aída Abella, que recentemente saiu ileso de um atentado perpetrado com um poderoso rocket.

Para o PCC, o Governo está a liquidar os últimos vestígios de democracia que restam na Colômbia, perante a passividade da comunidade internacional.

A solidariedade das forças democráticas internacionais é tanto mais necessária e urgente quanto se adensam as suspeitas de Ernesto Samper estar envolvido com o Cartel de Cali.

Com efeito, o Conselho Eleitoral nacional da Colômbia abriu oficialmente na passada quinta-feira um inquérito administrativo contra o presidente, que vai ser investigado por alegada violação da lei de financiamento das campanhas eleitorais e por ter alegadamente mentido às autoridades na apresentação das suas contas de campanha. O Conselho Eleitoral seguiu as conclusões dos magistrados Carlos Sanchez e Alfonso Guzman, que durante dois meses efectuaram um inquérito preliminar sobre o financiamento da campanha presidencial de Samper em 1994. O chefe de Estado colombiano é acusado de ter beneficiado na sua campanha eleitoral de dinheiro de traficantes de droga do poderoso Cartel de Cali. Ernesto Samper, que se afirma inocente, assegura que desconhecia qualquer financiamento ilícito da sua campanha eleitoral.

Convites indecentes e faltas justificadas

■ Sérgio Ribeiro

A Fundação Gulbenkian achou por bem participar na campanha de informação (!) em curso sobre a União Europeia (e a moeda única) e promoveu a iniciativa de um seminário sobre a Europa - entendamo-nos: a União Europeia -, com grande impacto e mobilização de meios (quem pode... pode!).

Chamou-lhe Europa 96, elaborou um programa ambicioso e uma lista de convidados. Perdão... não fez uma lista de convidados mas várias. Houve convites para comissões de honra e executiva, para presidentes de sessão, para conferencistas (ao que parece principesca ou gulbenkianamente pagos!), para comentadores, para moderadores e para assistentes ou receptores.

Entre estes últimos convites, colocamos os que nos merecem o qualificativo de indecentes. Foram os convites às «personalidades», nomeadamente deputados de áreas políticas que não tinham lugar nas outras listas de convidados.

Ou seja, para mais explícito se ser, os deputados comunistas foram convidados para servir de ouvintes de exposições e comentários sobre temas em que têm posições bem diferentes e claras dos expositores e comentadores, sem o estatuto de intervenientes ao mesmo nível dos outros, proporcional que fosse à luz de um

qualquer critério. Um convite assim a modos para servirem de arranjo floral ou de comprovantes (passivos) do pluralismo da iniciativa para comunicação social fazer eco.

Por isso, não fomos lá. Porque não aceitamos que nos queiram presentes mas não nos queiram ouvir. *(Há cá um medo que se torne evidente que o diagnóstico que faz a honra e a glória de alguns é tão-só descoberta serôdia do que previmos e prevenimos oportunamente, ao mesmo tempo que se quer calar não só essa oportuna denúncia como a bem mais importante das causas que provocaram as actuais situações.)*

Também é de sublinhar que, apesar da cuidada selecção dos prelectores e comentadores, escolhidos na faixa dos apologetas desta União Europeia, deste caminho de construção europeia, foram notórios os desacordos e as dissonâncias. É que a realidade tem muita força e não é susceptível de se meter num colete de forças... nem à força.

Mas as diferenças que foram claras e que se procuraram valorizar como manifestações de pluralismo não foram mais do que diversidade na unicidade maastrichtiana. **Porque houve propostas indecentes que obrigaram a faltas justificadas.**

Comício internacional de Paris

As bandeiras vermelhas da Europa

A sala do Arco da Defesa, em Paris, encheu-se do entusiasmo das cinco mil pessoas que participaram no comício dos partidos comunistas e progressistas europeus, que se realizou no sábado passado. Contra o desemprego e por uma Europa de justiça social, chegaram à capital francesa de autocarro, automóvel, comboio ou avião portugueses, italianos, alemães, espanhóis, gregos, irlandeses, dinamarqueses, finlandeses, noruegueses, ingleses, suecos e, claro, franceses.

O calor com que a delegação portuguesa foi recebida na sala do comício impressionou e comoveu. Aos gritos de «PCP! Portugal!» juntaram-se os outros países em coro, demonstrando a importância e o impacto que o Partido tem no estrangeiro. Trocaram-se bandeiras e autocolantes. As palavras de ordem, essas, juntaram-se, pois «o povo unido jamais será vencido».

Porquê uma iniciativa internacional? A essa questão todos os participantes sabiam a resposta: «Se o capital se junta num modelo europeu, nós, os trabalhadores, também nos unimos para lutar pelos nossos direitos e pela melhoria do nível de vida. Temos de ter um papel activo no futuro da União Europeia», sustentou um dos muitos participantes anónimos.

Indo ao encontro da realidade e dos números (20 a 30 milhões de desempregados), esta iniciativa procurou encontrar uma saída política para os movimentos sociais e os resultados eleitorais que nos últimos meses se têm verificado em toda a Europa. A necessidade de uma nova política que permita a concretização de uma mudança real tem vindo a crescer ao longo do tempo. E a alternativa às políticas neoliberais só pode ser incarnada pelas forças de esquerda.

A construção de uma nova Europa - o que se exigiu. O bem-estar e a justiça social - as necessidades dos povos. O fim das políticas de Maastricht e a democratização da União - para o progresso da popula-

ção. A igualdade entre homens e mulheres, a defesa do ambiente, a paz e o desarmamento, o incentivo à cultura - o que o mundo precisa.

Como disse Robert Hue, secretário-geral do Partido Comunista Francês, «a mesma combatividade, a mesma recusa de tolerar o intolerável, a mesma vontade de construir o novo» está presente em todos os que participaram neste comício internacional. «A Europa não deve ser um instrumento para colocar as pessoas umas contra as outras e organizar um campo de batalha da guerra económica mundial, mas um meio de realizar os novos avanços da civilização humana», acrescentou.

«Não permitiremos que as populações dos nossos países respectivos sejam colocados uns contra os outros em nome da concorrência dos "lugares de produção". Mostremos que somos capazes de resolver conjuntamente e de forma solidária os nossos problemas comuns», exclamou o dirigente do Partido do Socialismo Democrático da Alemanha.

Ebba Strange, representante do Partido Socialista Popular da Dinamarca, referindo-se ao desemprego, defendeu que «a razão fundamental dessa calamidade é a estrutura económica na qual o progresso tecnológico é utilizado unicamente como um meio de aumentar um crescimento económico obstinado e de recuperar um máximo de lucro para os proprietários. É por isso que nós exigimos que o progresso tecnológico deve servir o ser humano.»

«Numa perspectiva de esquerda devemos lutar e construir uma alternativa à ordem em vigor. Uma alternativa que ponha em causa e ultrapasse a actual realidade através de proposições económicas, sociais e culturais que, desenvolvendo ao máximo o conceito de democracia, seja capaz de impulsionar o processo de emancipação humana», salientou o coordenador da Esquerda Unida de Espanha, Júlio Anguita.

Para Rauno Merisaari, membro da Aliança de Esquerda da Finlân-



Os portugueses em marcha, a caminho do comício

dia, «a distribuição do trabalho não significa apenas a redistribuição do horário de trabalho. Deverá também trazer uma mais justa distribuição dos frutos do trabalho e assegurar a democratização das relações sociais dentro da empresa». Isto, porque, declarou Rafael Ribo, presidente da Iniciativa pela Catalunha, «nós queremos uma Europa pluriétnica, onde as diversas línguas e raças se conjuguem plenamente com a igualdade de direitos sociais».

Sublinhando o que fora dito pelos oradores anteriores, Kostas Paraskevas, do PC da Grécia, sustentou que «os trabalhadores e os desempregados tomam consciência, através da própria experiência, que o desemprego é o resultado da acção impune do capital, da ofensiva frontal das multinacionais pela partilha dos mercados e a procura de lucros cada vez maiores».

Peter Curran, da Esquerda Democrática da Irlanda, apontou como causa da crise da Europa «os quase vinte anos de deliberada compressão da procura que inexoravelmente acumularam um enorme desperdício de recursos humanos e ao mesmo tempo uma imensa procura não satisfeita».

E porque este comício mostrou que «as forças da esquerda estão vivas, fortes e prontas a combater» (Panos Lafazanis - Coligação da Esquerda e do Progresso da Grécia), «de Paris, pode partir um movimento que indique à Europa uma nova via, a via de uma nova civilização do trabalho» (Fausto Bertinotti, secretário-geral da Refundação Comunista de Itália).

A realidade mostra-nos que «os ricos tomam-se cada vez mais ricos e os novos pobres empobrecem. São os excluídos. O capital torna-se cada vez mais internacional. Por isso devemos responder com solidariedade internacional», como apelou o representante do Partido Socialista de Esquerda da Noruega, Roy Pedresen.

Para o Movimento dos Comunistas Unitários de Itália, «a batalha pelo emprego, pela transformação do trabalho, é a mãe de todas as batalhas. É uma batalha difícil: se tentarmos fazê-la em comum na Europa e em cada um dos nossos países poderemos talvez ganhá-la».

Carlos Carvalhas também tomou da palavra, num intervenção que publicamos na íntegra nestas páginas.

«O desemprego mostra-nos que a sociedade está profundamente doente. Mais de 20 milhões de Europeus nalgumas das mais ricas sociedades do mundo moderno, são privados do direito ao trabalho proclamado em 1948 na declaração universal dos direitos do homem», como referiu o deputado trabalhista do Reino Unido, Ken Coates, presidente da Comissão do Emprego do Parlamento Europeu.

«Um desastre para as pessoas e para as comunidades. A melhor forma de aprofundar a distância entre os ricos e os pobres e reforçar as diferenças entre classes. É isso que o desemprego significa», concluiu Lars Ohly, secretário-geral do Partido de Esquerda Unida da Suécia.

Texto - Isabel Araújo Branco
Fotos - Cláudia Barata / Octávio Espírito Santo

Mais de 100 horas de viagem

Entre rimas e conversas, música e roneos, mais de 200 pessoas viajaram para Paris em cinco autocarros. Aquela foi a sua casa durante os dias da viagem - cinco para quem foi visitar o Parlamento Europeu a Bruxelas a convite dos eurodeputados comunistas, e quatro para os restantes.

O passado - histórias da luta antifascista - e o presente apontado para o futuro, eis a forma como se pode traduzir o discurso daqueles que seguiram viagem. Determinação, coragem e tolerância foram as palavras apontadas como podendo caracterizar um bom comunista. E a sua qualidade certamente estão presentes no dia-a-dia daqueles

que se deslocaram à capital francesa para mais uma jornada de luta, esta de carácter internacionalista, e que demonstrou, mais uma vez, a solidariedade comunista.

A experiência e as memórias dos anos de resistência à ditadura, com a vida clandestina e as prisões, estiveram presentes, de forma a recordar o papel do PCP e as suas conquistas. Mas para não regredirmos com decisões serdidas, como a polivalência e a flexibilidade, ali estavam eles, contando ao microfone, a situação das empresas em que trabalham e as formas de luta adoptadas pelos trabalhadores.

O caminho para a «cidade-luz» recebeu-se de cantigas e boa disposição, apesar das cansativas horas de viagem. Todos cantaram o



A igualdade real entre homens e mulheres - uma das reivindicações dos participantes portugueses

hino de Caxias, o *Avante!*, a Internacional e «o passarinho», intervalados por debates e trocas de ideias. Porque, afinal, os comunistas são abertos e discutem as experiências do quotidiano.

Muitos dos participantes não se conheciam, mas, durante as mais de 100 horas, juntaram os almoços, as tradições e o cansaço e formaram uma família dentro da família comunista. A torre Eiffel, o museu do Louvre, a Notre Dame, os *bateaux mouche*, o Sacré Coeur e o Arco do Triunfo foram visitados ou simplesmente vistos de longe, naquela que, para muitos, foi a primeira visita a Paris.

Também as impressões da viagem e do comício foram partilhadas. Foram recebidas com grande contentamento as palavras dos dirigentes que, em La Défense, reafirmaram a oposição a Maastricht, à política neoliberal, à redução das condições sociais, à acentuação da



Carlos Carvalhas

«Não estamos condenados à regressão social»

Camaradas e amigos:

Queria, em primeiro lugar, saudar-vos e por vosso intermédio saudar calorosamente as trabalhadoras e os trabalhadores europeus e a juventude que nas mais diversas condições lutam pelo emprego com direitos, pela cooperação e solidariedade entre os nossos povos e países contra a lei do mais forte e as relações de dominação.

Estando aqui em Paris, permitam-me também que sublinhe e saude as grandiosas e estimulantes lutas para toda a Europa, recentemente travadas pela classe operária e pelos trabalhadores franceses.

Permitam-me ainda que dirija uma palavra de saudação aos meus compatriotas e a todos os que, vindos de Portugal e de outros países europeus, aqui quiseram solidariamente marcar a sua presença.

Queridos amigos:

Portugal também não foge à regra quanto à ofensiva contra os salários, os direitos dos trabalhadores, as pensões e reformas e a segurança social. Em recentes eleições a direita foi derrotada, mas não a política de direita, pois o Governo PS, nas questões centrais, prossegue a política anterior.

Agora, a pretexto da redução do horário de trabalho para as 40 horas, o Governo PS pretende impor por lei a flexibilidade e a polivalência, liquidando direitos duramente conquistados. Ao mesmo tempo, procura dar a ideia de que não há outra saída senão a do «pensamento único universal», senão as ideias e as medidas da classe dominante. Mas há outros caminhos.

Em Portugal e na Europa, os povos não estão condenados ao primado do capital

financeiro e das actividades especulativas contra o ser humano, não estão condenados ao desemprego, ao trabalho sem direitos, à intensificação da exploração e à regressão social.

Se os avanços científicos e técnicos permitem hoje em muito menos tempo a produção de mais e melhores bens e serviços, o seu corolário lógico seria que se tivesse na sociedade uma melhoria geral do nível de vida e a redução do horário de trabalho, proporcionando mais empregos e tempos livres para a cultura, o turismo, o lazer e a formação profissional, e não o crescimento cada vez maior dos privilégios de uma minoria.

Mas como a experiência do movimento popular também nos mostra, nenhuma conquista, seja a redução do horário de trabalho, seja o direito às férias pagas e à segurança social, que hoje são tão naturais como o ar que se respira, foi obtida sem luta.

As classes possidentes e o grande capital nunca concederam nada. Tudo o que os povos obtiveram foi arrancado através da luta, nomeadamente da luta de massas.

A redução do horário de trabalho sem diminuição de salários a nível de toda a União Europeia, tendo em conta os diversos níveis de desenvolvimento, é uma reivindicação limitada mas é na actualidade uma reivindicação justa, necessária e urgente. É não só um meio de criação de empregos como é também um avanço de civilização. Mas esta nunca será uma dádiva da Comissão Europeia ou dos governos eufeadados aos grandes senhores do dinheiro ou de qualquer «mesa-redonda» ou confederação do grande patronato.

Daí a importância desta iniciativa que é uma importante contribuição à nossa reflexão

comum, face à complexidade dos problemas que temos pela frente e à nossa intervenção comum ou convergente. E bem importante seria que, por esta ou por outras formas, o conteúdo desta realização viesse a ter continuidade. Os factos continuam a mostrar que o capitalismo não resolve os problemas da humanidade e que é necessário continuar a «agir para transformar» o mundo.

Não temos da Europa uma noção abstracta ou idílica. Houve a Europa da Inquisição, do colonialismo, do anti-semitismo, do nazifascismo e hoje a dos nacionalismos, dos racismos e das xenofobias. Há também outra Europa, a das Luzes, da Revolução Francesa e da Revolução de Outubro, das lutas operárias, dos sindicatos e das forças progressistas nas quais nos inserimos.

Pela nossa parte, queremos aqui manifestar a nossa solidariedade e o nosso empenho nas lutas comuns ou convergentes de massas e institucionais, contra as políticas de Maastricht, contra as armadilhas da mundialização e a concepção da competitividade assente somente na redução dos custos do trabalho e encarada como lei da selva, como lógica de guerra, como a necessidade de conquistar o outro antes que ele nos aniquile.

Pela nossa parte, com respeito pelas diferenças e pelas circunstâncias concretas em que cada força intervém em cada país, queremos manifestar aqui a solidariedade e o empenho dos comunistas portugueses na luta por uma Europa humanista, de pleno emprego, de justiça social, paz e cooperação.

A luta continua!

Viva a unidade da classe operária e de todos os trabalhadores!

desigualdade entre homens e mulheres, ao racismo, xenofobia e nacionalismos.

Das paisagens vislumbradas do autocarro resultou alguma tristeza, ao serem notadas as diferenças entre as terras cultivadas de Espanha e França e as nossas, votadas ao abandono.

No Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu está muito longe da realidade portuguesa. Esta foi a principal conclusão a que chegaram os 35 convidados do eurodeputado comunista Honório Novo que visitaram as instalações do PE, em Bruxelas, num conversa que mantiveram com uma funcionária portuguesa do PE e com uma responsável pelo gabinete do PCP.

Perante o crescente desemprego, desertificação, desequilíbrios sociais, regressão nos diversos sectores económicos e o envelhecimento da população, os participantes lançaram uma questão: «A União Europeia foi criada em função de seres humanos ou de factores económicos?»

Os órgãos e as instituições europeias estão muito afastados dos problemas da população, facto bem patente na falta de reconheci-

mento da UE da realidade portuguesa - como foi dito na ocasião, não a compreendem e, conseqüentemente, não a aceitam como verdadeira.

Talvez essas diferenças - naturais, pois todos os povos têm direito à diferença - que nos têm prejudicado no seio da União, estejam a transformar o nosso país numa província turística, praticamente a única actividade que se mantém plenamente em Portugal.

A pouca participação da população europeia e do parco poder do Parlamento Europeu, órgão eleito, sobre a Comissão, não eleita, terá uma influência determinante sobre esta situação.

De um lado, a «venda» de subsídios, e do outro, a subsídio-dependência. Por isso, «é preciso ter a coragem de exigir medidas de excepção para casos como o de Portugal. A destruição dos países pequenos em favor dos grandes não pode prosseguir», declarou uma sindicalista durante o encontro.

Através da propaganda e dos fazedores de opinião, a Europa é vendida como a melhor coisa do mundo. Esta tendência só pode ser contrariada com uma acção permanente de denúncia.

«Está mais que provado que as dúvidas sobre a entrada de Portugal na UE eram válidas. Mas, já que cá estamos, a solidariedade social tem de ser fomentada», concluiu um dos participantes.

Nas margens da regionalização

A regionalização é uma questão controversa. Exige uma abordagem multidisciplinar, ângulos de visão diversos e diversas perspectivas. É uma questão política: articula relações de força, hierarquiza poderes.

É uma questão com vectores (entre outros) económicos, sociais e culturais: a região como espaço, objecto e sujeito das actividades humanas nas suas múltiplas e indissociáveis facetas. O processo para o seu desenvolvimento e concretização é complexo. Admite muitos e diferenciados caminhos. Admite uma reflexão prospectiva com resultados inseguros, condicionados, prováveis face ao conteúdo, à forma, ao processo, aos agentes políticos que o promovem, aos cidadãos que o assumem. O que logicamente pode ocasionar posicionamentos e opiniões diferentes, conforme o observador, sempre sujeito política e intervenientemente interessado (cidadão, partido político, organização económica, etc.), politicamente determinado. Levanta, legitimamente, dúvidas. Suscita as interrogações consequentes a todas as alterações estruturais no exercício do poder, nas linhas da administração pública, na gestão das coisas.

A substituição do velho (o que não quer dizer «caduco») pelo novo (o que não quer dizer «sucesso»), levantará sempre resistências, diria Lapalisse. Tudo o que há de mais normal, de mais pacífico, de mais aceitável e democrático.

No debate a que vimos assistindo, a dominar o momento político e a sobredeterminar o curso de outras políticas, há, no entanto, a par do que é normal, pacífico, aceitável, um evidente terrorismo político, uma acabrunhante ignorância e pesporrência, amnésias galopantes. Tudo acolitado e suportado por uma campanha da generalidade da comunicação social de âmbito nacional (salvo raras e honrosas excepções), contra a regionalização, pelo entorse plebiscitário do referendo, silenciando ou diminuindo a presença das vozes incómodas ou contra a corrente (?). Vale tudo.

É ver o brilhantismo dos argumentos(?) duplicados até à exaustão. Os silogismos carregados daquela lógica arrasadora dos espíritos predestinados a salvar a pátria. Os sofismas cheios de boas intenções para ajudar os parolos a perceberem as coisas horrorosas que a regionalização vai desencadear. A arregimentar consciências que impeçam o criminoso cumprimento da Constituição. É um espectáculo indescritível e indecoroso.

Os partidos dos caciques a clamarem contra os «novos» caciques que a regionalização vai parir! Os partidos dos separatistas madeirenses e açorianos da FLAMA e da FLA a protestarem contra o esquiteamento do País. O professor de Direito a propor a violação da lei fundamental de um Estado de direito, a Constituição da República, e a chantagem como forma legítima de intervenção política (zero em Direito, vinte em conferências de imprensa!).

O promotor e defensor de um golpe constitucional, com assinatura em notarial abaixo-assinado, a gritar aqui d'El

Rei, «olha o golpe constitucional». O PSD, que recusou o referendo sobre Maastricht, a defendê-lo agora para a regionalização, e o seu aliado de então, o PS, a ceder a essa chantagem. Tudo preparado para inviabilizar o necessário referendo sobre o Tratado da União Europeia.

Alguns dos réus e advogados dos mais gravosos atentados à soberania e independência nacionais, agora preocupados com a pátria una e indivisível, velha de séculos! O patriotismo aflautalhes as gargantas, põe-lhes tremeliques nas vozes, humidades lacrimajantes nos olhos, pela «pátria» feita «vaca louca» a caminho do talho!

As teses substantivas contra a regionalização são profundas e rigorosas

Os novos caciques. Regionalização, novos caciques, mais caciques. Caciques, clientelas. Clientelas, dinheiro dos contribuintes, corrupção! Ainda por cima «na versão particularmente virulenta e corrosiva» dos «caciques de província» (J.C.Neves, Expresso, de 13.4.96). Sentidos gritos de alma de ex-governadores civis, acompanhados ou não por ex-ministros, a distribuírem por tudo quanto é clube ou mesa de irmandade as convenientes esmolas pré-eleitorais. Recordar-se com saudade Marques Mendes em Viana e Álvaro



Agostinho Lopes
Membro da Comissão Política

Os partidos dos caciques a clamarem contra os «novos» caciques que a regionalização vai parir!

Amaro na Guarda. Mas tudo na transparência, publicado na II Série do Diário da República. (?)

Admiráveis e justíssimas preocupações, de quem pretende e defende, através da perversão do sistema eleitoral, acrescentar (ou apenas formalizar), de uma penada legislativa, 230 novos caciques, através da eleição dos deputados da Assembleia da República em círculos uninominais! É evidente que estes serão bons caciques, conhecidos e responsáveis perante os eleitores. Além do mais, caciques debaixo do olho vigilante das direcções partidárias e dos comentadores políticos da capital!

Haja decoro!

Os que fazem dos cargos públicos, eleitos ou não, permanentes lugares de ilícitas influências, de cobranças eleitorais, de ilegítimas pressões; os que fazem de indeclináveis direitos dos cidadãos portugueses, dádivas do primeiro cacique do partido, e exploram a ignorância e extremas necessidades de tantas populações, preocupados com os caciques!

Os que fulanizam até ao absurdo e absolutamente os actos eleitorais; os que transformam as eleições legislativas e municipais nas eleições dos primeiros caciques dos respectivos partidos, a protestar contra os caciques! Terão medo da perda do monopólio do caciquismo?!

Os que esvaziam os partidos políticos dos programas, valores e princípios, que fazem deles simples escadas (aparelho político) para o poder, sempre preocupados com a tutela das direcções partidárias e a obediência cega dos eleitos aos respectivos partidos; os que desvalorizam os compromissos eleitorais, a propagandear o bem democrático absoluto das proposituras de candidatos por listas de cidadãos eleitores, sem precaverem nem prevenirem dos riscos do fácil acesso ao poder por essa via, de caciques e de espúrios interesses económicos, o que a força do dinheiro pode garantir, mas sem a responsabilização política que os partidos assumem, deveriam mostrar outra contenção quando acenam com os novos caciques produzidos pela regionalização.

Há o efectivo perigo de novos Jardins! E qual é então a solução? Acabar com as eleições nas Regiões Autónomas? Passar a nomear governador das Ilhas pelo Governo da República, o Alberto João?

A inexistência de «elites políticas». Novos poderes exigem «elites políticas» que não existem, logo, como não pode haver continente sem conteúdo, não deve haver novos poderes, logo, nada de regionalização. Ou então existem, mas são «classes políticas mediocres» (J.A.Saraiva, Expresso, de 13.4.96). Ou então «num país que carece de uma classe política e de técnicos eficientes, competentes e sérios, onde raio pensam descobrir - ou onde vão formar - os futuros governantes regionais?». Porque «a classe política - seja lisboeta ou da província - (o mal está bem distribuído) não está preparada numérica e qualitativamente para responder com seriedade a esse novo patamar de poder» (P.R.Duarte, Visão, de 18.4.96). Ou então «uma classe política incipiente e sequiosa de poderes» (L.Marques, Diário de Notícias, de 9.5.96). Ou então regiões sim, mas extensas, do litoral ao interior, para que haja «massa crítica». Para que haja aquele *stock* de inteligência capaz de governar as regiões tão bem como a «massa crítica» concentrada em Lisboa governa o País! Outras opiniões são menos optimistas, nem com regiões lá vamos. Não há massa crítica, não há inteli-



EM FOCO

■ António Filipe

Asilo em Portugal

A negação
de um direito
fundamental

A velocidade vertiginosa a que se processa a expressão mediática dos acontecimentos políticos faz com que muitas questões que em dado momento têm honras de primeiras páginas sejam a breve prazo preteridas, quando não praticamente votadas ao esquecimento.

Vêm estas observações a propósito do Direito de Asilo. Poucos se lembrarão porventura de que, no Verão de 1993, Cavaco Silva incendiou a política nacional, provocando a convocação extraordinária da Assembleia da República em pleno mês de Agosto, para ultrapassar o veto presidencial à nova lei sobre Direito de Asilo aprovada pela PSD. Tratou-se de uma questão artificialmente dramatizada pelo Primeiro-Ministro de então, para alimentar a guerrilha institucional que movia contra o Presidente da República. Mas é inquestionável que, por detrás, estava o objectivo real do Governo PSD de provocar um enorme retrocesso na legislação portuguesa sobre direito de asilo, fundamentado perante a opinião pública em bases falaciosas, que em nada contribuíram para a compreensão do que verdadeiramente estava em causa.

Quem de der ao trabalho de reler o que foi dito na Assembleia da República durante os debates relativos à lei sobre o Direito de Asilo que presentemente vigora, recordará que os argumentos invocados a seu favor, foram de três ordens: Necessidade de conter uma vaga incontrolável de pedidos de asilo; Necessidade de combater a imigração ilegal; Razões de segurança pública relacionadas com as vagas de asilados e imigrantes. Três grosseiras mistificações.

Três grosseiras mistificações

Em primeiro lugar, porque, ao contrário do que se fez crer a muita gente, não era verdade que Portugal estivesse a ser invadido por qualquer vaga incontrolável de pedidos de asilo. Os números referentes a pedidos de asilo de Portugal eram (e são) muito inferiores aos verificados na maioria dos países europeus e incomparáveis com os que se verificavam em países como a Alemanha ou a França.

Em segundo lugar, porque a associação directa que foi feita entre pedidos de asilo e imigração ilegal não é verdadeira. Basta comparar os números estimados de imigrantes clandestinos, ou em qualquer caso o número de imigrantes que regularizaram a sua situação ao abrigo do processo de regularização extraordinária de 1992, com o número de pedidos de asilo, para verificar que não há qualquer comparação entre ambos. Aliás, basta pensar que a maioria dos pedidos de asilo apresentados a Portugal tem origem em cidadãos de países do leste europeu, maioritariamente romenos, enquanto a esmagadora maioria dos imigrantes clandestinos é originária de países africanos de expressão portuguesa. Em todo o caso, e esta é a questão fundamental, os requerentes de asilo não são imigrantes clandestinos e não podem ser tratados como tal.

A necessidade que foi invocada, de distinguir claramente o direito de asilo da imigração por motivos económicos, é óbvia. O que constitui uma falsidade é apresentar medidas restritivas do direito de asilo como medidas de contenção da imigração ilegal.

Em terceiro lugar, também foram falsos os argumentos de segurança pública invocados a favor da alteração da legislação sobre direito de asilo. Se é verdade que existem em Portugal sérios problemas a resolver ao nível da segurança pública, já não é verdade que esses problemas decorram sobretudo ou maioritariamente da acção de cidadãos estrangeiros e muito menos da acção do número relativamente escasso de requerentes de asilo, ou do número ínfimo de cidadãos que efectivamente o obtiveram.

A Constituição Portuguesa garante o Direito de Asilo aos estrangeiros e apátridas perseguidos ou gravemente ameaçados de perseguição, em consequência da sua actividade em favor da democracia, da libertação social e nacional, da paz entre os povos, da liberdade e dos direitos da pessoa humana. Este direito não é uma benesse atribuída pelo Estado Português a quaisquer cidadãos. É um direito fundamental reco-

nhecido a cidadãos que, sendo injustamente perseguidos nos seus países, são justamente credores de protecção. Ao invés, a lei portuguesa sobre direito de asilo foi alterada num sentido absurdamente restritivo, como se os requerentes de asilo fossem criminosos de quem o Estado Português tivesse de se defender.

Um grande passo atrás

Quer quanto aos fundamentos quer quanto às soluções que foram adoptadas, a Lei do Asilo aprovada em 1993 constitui um grande passo atrás quanto à consagração legal de valores que são uma referência-chave do relacionamento de Portugal com outros povos do mundo.

Desde logo, na restrição do conceito de Direito de Asilo relativamente ao que dispunha a legislação anterior, com a eliminação do asilo por razões humanitárias. De acordo com a lei aprovada em 1980, podia ser concedido asilo em Portugal aos estrangeiros e apátridas que não quisessem voltar ao Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual por motivos de insegurança devida a conflitos armados ou da sistemática violação dos direitos humanos que ali se verificassem. A lei de 1993 retirou esta faculdade de concessão de asilo por razões humanitárias do conceito de direito de asilo, relegando-a para a aplicação facultativa de um regime excepcional de autorização de residência. A multiplicação de conflitos armados que presentemente se verifica e as violações de direitos humanos que não são hoje menos do que as que se verificavam em 1980, conferiam uma actualidade e importância à possibilidade de concessão de asilo por razões humanitárias que torna de facto chocante a sua supressão.

Um outro retrocesso fundamental, e inconstitucional, resultante da lei sobre asilo, diz respeito à criação do processo acelerado de instrução e decisão dos pedidos, que não acautela minimamente direitos fundamentais que devem ser reconhecidos aos requerentes. A decisão de sujeição a procedimento acelerado está na exclusiva discricionariedade do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Funciona com prazos tão absurdamente reduzidos que são impraticáveis para os próprios serviços e que limitam drasticamente as possibilidades reais de recurso dos requerentes. Assenta numa instrução exclusivamente policial e numa decisão exclusivamente administrativa. É um processo que nega flagrantemente o direito de todo o requerente de asilo a ver o seu caso concreto ser devidamente analisado e que nega ainda na prática as possibilidades de um recurso jurisdicional eficaz.

É portanto inquestionável que a legislação em vigor em relação ao direito de asilo em Portugal carece de reformulações substanciais por forma a eliminar as inconstitucionalidades flagrantes de que enferma, bem como a acautelar devidamente direitos fundamentais dos requerentes de asilo.

Assim sendo, importa confrontar o Partido Socialista, presentemente no Governo, com as suas responsabilidades nesta matéria. No passado recente, os Deputados socialistas votaram contra as alterações introduzidas pelo PSD na lei sobre Direito de Asilo, depois de terem aprovado a Ratificação por Portugal de todos os Tratados Internacionais que as pressupunham. Apoiaram as causas e lamentaram as consequências.

A construção da fortaleza xenófoba europeia cujas primeiras pedras foram lançadas nos Acordos de Schengen, no Tratado de Maastricht e na Convenção de Dublin, tiveram em Portugal, tanto no PS como no PSD, obreiros diligentes. Todas as muralhas portuguesas desse edifício têm vindo a ser implacavelmente construídas, calcando os direitos de cidadãos estrangeiros que não sejam de países ricos, espezinhando laços históricos de amizade de Portugal com outros Povos e Estados, golpeando princípios civilizacionais básicos de solidariedade entre seres humanos.

As declarações recentes de membros do Governo PS, admitindo alguns ajustamentos na legislação sobre Direito de Asilo, mas omitindo qualquer beliscadura em questões fundamentais como a recusa do processo acelerado ou a readmissão do asilo por razões humanitárias, vem pôr em evidência que, também nesta matéria, a política do PSD vai prosseguir com o Governo PS.

gência, sensibilidade, patriotas. Há só caciques, burocratas, adeptos da entrega do País aos espanhóis... Por exemplo, a arquitecta Abrunhosa, no «Público», de 23.3.96, é peremptória: «o interior não possui aquele mínimo de densidade crítica para se afirmar por si!» A mesma senhora não «vislumbra, por exemplo, que a Guarda tenha qualquer vantagem em ficar sob a tutela de Castelo Branco, para onde não tem acessos condignos (o tal IP2 adiado) e quando há 10 vezes mais possibilidades de encontrar interlocutores inteligentes na CCRC de Coimbra e 30 vezes mais probabilidades de deparar com burocratas amorfos ou burocratas arrogantes na futura sede regional de Castelo Branco» (sic) (M.J.Abrunhosa, Público, de 23.4.96). Consequências das assimetrias de distribuição da inteligência, do amorfismo e da arrogância! Aliás, ainda segundo a mesma senhora arquitecta Abrunhosa, o interior, «com uma substancial falta de licenciados, quadros técnicos, especialistas, empresários e cultura empresarial, com uma "inteligentzia" reduzida e extremamente minoritária, com uma sociedade civil frágil e pouco exigente, (...) assemelha-se a um solo esquelético, sem espessura, onde não se podem cultivar legumes, nem cereais, nem árvores de fruto, mas apenas espécies rústicas como o pinheiro bravo e a giesta». Mas há quem pense, contraditoriamente, que a única vantagem da regionalização é «responder aos anseios de uma nova classe média, que surgiu a nível sub-regional, com a criação de uma centena de universidades. Formaram-se licenciados que não encontram emprego localmente.» (J.Gaspar, Visão, de 18.4.96) (como é possível que Jorge Gaspar diga isto?). Apesar de tudo, a senhora arquitecta não anda longe disso, «são os já famosos "boys" em busca de "jobs", praga que todos os grandes partidos parecem atrair como uma fatalidade e que vêem na regionalização um verdadeiro abrir de risonhas perspectivas de vida.» (M.J.Abrunhosa, Público, de 28.3.96) (?)

O risco da burocracia é imenso. O número de burocratas pode subir perigosamente, ainda por cima à custa de «menos empresários livres» (J.A.S.). Região plantada, burocracia instalada. Os burocratas que já existem, disseminados por todo o País, e em particular os da capital, não aguentam a concorrência!

Os talhantes do País. Casamento, apartamento. Região, divisão. Este é o crime de lesa-pátria dos que propõem talhar e retalhar, recortar e esquadrear (cálculos a régua e esquadro!), separar o que sempre a história uniu! Os que vão redesenhar o mapa pátrio, erguer muros entre portugueses, estabelecer fronteiras. Há mesmo quem avise: vai ser preciso passaporte para ir do Porto a Ponte da Barca, da Régua a Lamego... Parece haver «af uns dez caciques regionais preparados para convidarem também o primeiro-ministro a sair das suas terras». E isto logo «neste tempo da Europa sem fronteiras» (M.S.Tavares, Público, de 22.3.96). E sem passaportes, acerto eu, basta o bilhete de identidade, com excepção da Alemanha onde a polícia, esquecida do Tratado de Maastricht, de vez em quando se lembra de pedir passaporte!

E há também aquele valoroso e juvenil líder a lembrar as magnas questões do «bairrismo como ideologia, a xenofobia interna como sentimento, o egoísmo territorial como prática». Ou seja, o populista reaccionário e nacionalista, o adepto da xenofobia (externa), preocupado com a «xenofobia interna!» (M.Monteiro, Público, de 3.5.96).

Um drama, esta regionalização! Vai dividir famílias, partidos, clubes de futebol... eu sei lá, talvez algum banco, logo agora que eles estão (ou vão) a caminho da necessária dimensão crítica para a internacionalização.

(Continua)

(1) O caso mais significativo, entre muitos outros, é o completo «esquecimento» nesta «querrela» do Professor Simões Lopes, Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, especialista destacado e pioneiro em Portugal da abordagem dos problemas do desenvolvimento regional.

(2) Ver, por exemplo, o mapa do Governador Civil da Guarda, publicado no nº 82 da II série do Diário da República de 6 de Abril último, onde transparentemente se assinalam as dezenas de cheques (de 40 mil, 49 mil, 100 mil, 200 mil escudos, etc.) distribuídos à Comissão de Festas, Comissão Fabriqueira, à Associação Recreativa, etc., etc., durante os meses de Julho, Agosto e Setembro de 1995!

(3) Vale a pena ler a peça integral da senhora arquitecta no «Público» de 28 de Março, sobre a «mentalidade» reinante na Guarda há uns anos (caixeiros viajantes, coelhos mortos à paulada, inexistência de sacos de lixo, de supermercados, de lojas especializadas e, calcule-se, o Expresso só chegava ao domingo, e às vezes só à segunda-feira, etc., etc.), e de como essa mentalidade foi modificada pela ida para a Guarda de gente de fora (como a senhora arquitecta), empurrada pelo mercado do trabalho e de uma população estudantil das mais diversas paragens!!!

EM FOCO

Regionalização não pode ser cortina de fumo

■ Modesto Navarro

Neste jogo de aparente luz e de sombras espessas que é já o da regionalização, talvez seja a altura de perguntar se não é triste que se jogue com os sentimentos e aspirações de libertação e de desenvolvimento das populações, para tecer uma cortina de fumo na hora que passa, de ocultação, por exemplo, de alterações profundas às leis laborais e da destruição final, e em saldo, do sector empresarial do Estado.

Nem o PSD foi tão longe, neste dois domínios, de tentativa de subjugação dos trabalhadores a situações indignas do chamado terceiro mundo e de venda apressada do que resta, para realizar fundos em saldo de ocasião. Porquê, então, estes rompantes de esquerda, num governo que é, cada vez mais, um protegido temporário do grande patronato, que o há-de abandonar mais tarde, quando se servir dele até onde entender? Para quê, então, avançar propostas e aprová-las, quando já se preparavam e preparam entendimentos com um partido que é de extrema-direita e que, pelo menos, tem essa transparente postura de não querer sequer ouvir falar de regionalização, e que quer, isso sim, destruir na Constituição da República Portuguesa o que nela resta de democrático e de perspectivas de futuro?

É um mundo estranho e louco, o da vida política, hoje em dia em Portugal. Onde estão os rapazes dos velhos tempos, mais revolucionários que os revolucionários que tínhamos de aturar em longas tiradas, por exemplo: «de armas na mão é que se faz a revolução»? Hoje, alguns desses homens e mulheres, no poder, são fiéis guardas do sistema, estão à frente dos principais interessados e beneficiários e irão perder o poder, mais tarde, quando se esgotarem neste esforço insano, sem perceberem que as regras desse jogo são as regras de quem já detém o poder económico e com ele domina, enquadra e na realidade dirige o poder político, seja do PSD, seja do PS.

A direita, brutal ou inteligente, manobra e joga. O PS, a nível do poder central, parece dar cartas e é capaz de ser cada vez mais o parceiro menor condenado à derrota, como já foi em governos e situações anteriores. Por isso, cansa falar de regionalização assim, porque não é disso que na realidade se trata.

Quem viu, anos e anos a fio, um Valente de Oliveira dirigir a CCRN contra o interior norte e contra os próprios municípios, de maioria PSD na altura, só pode dar uma gargalhada quando ele vem dizer que é, e foi, pela regionalização. Naquele tempo, os projectos de 5ª categoria, a estradazinha, a pontezinha, iam, quando iam, lá para o interior. Para a grande área do Porto, fica-

vam os de 1ª e 2ª prioridades. Para o Minho litoral as outras. Por isso, autarcas do PSD nos entregavam documentação para denunciarmos nos jornais o que se passava. Por isso, o PSD perdeu a quase totalidade dos municípios que detinha, que passaram entretanto para o PS. De lembrar também o que foi, e é ainda, a «aplicação» da Lei de Finanças Locais, de prejuízo para o desenvolvimento real dos concelhos e das regiões.

Agora, a situação, para o Partido Socialista, é grave. Se não houver regionalização a sério, o PS irá perder sucessivamente posições autárquicas no interior e também no litoral, e as lutas que entretanto irão decorrer, neste e noutros sectores, se encarregarão de mostrar que não é um partido reformista, nem sequer um partido reformista gradualista ou lá o que é...

Na Assembleia Municipal de Lisboa, no passado dia 9 de Maio, o PSD sofreu uma derrota clara. O Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa foi dar lições, foi buscar lá e viu-se tão toquiado que nem ficou para fazer a intervenção final, depois de uma votação em que foi aprovada uma posição conjunta dos autarcas do PCP, do PS, dos Verdes e da UDP, de apoio à regionalização e à criação da região com base de partida na actual Área Metropolitana.

Aí sim, nas Autarquias, o Partido Socialista é maioritariamente pela regionalização... Vamos então ver como vão desenvolver-se estas trágicas e também tristes e cómicas andanças, de misturas banais e cansativas de PS-PP, de aparentes jogadas do gato e do rato, entre PS e PSD, sendo que o grande rato, a ficar cada vez mais pequeno, será o PS, com os gatos todos (que nesta altura não estarão num saco a arranharem-se a eles próprios, mas será sim a direita unida sempre no essencial) e tomarem posições, a apagarem esta ou aquela postura «tão realista e de Estado» do PS, para depois paparem tudo de novo, a nuvem de fumo em que se desgasta esta ideia da regionalização e depois os muitos poderes locais e, sobretudo, o poder central que ambicionam e de que precisam como de pão para a boca.

Tudo voltará de novo à paz dos anjos e dos anjinhos em que às vezes aquilo que devia ser a esquerda se torna, gente arrependida mais tarde, sempre que devia ser a esquerda se torna, gente arrependida mais tarde, sempre muito tarde, de ter feito o jogo do inimigo principal deste país, os opositores esforçados do seu desenvolvimento e da sua libertação integrada e definitiva, quando já não há volta a dar e quem sofre as consequências brutais são a maioria, as populações e os trabalhadores.

O resto, quanto à regionalização e área metropolitana de Lis-

boa, iremos assistir a algumas declarações do PSD, de apego aparente à regionalização (mas a estudar muito cautelosamente, metendo medo assim e assado às criancinhas...), quando na realidade foi o que foi durante os anos de poder, exactamente com estas Junta e Assembleia Metropolitanas, sem meios financeiros mínimos, sem instalações e com orçamentos ridículos que nem devia ser os de Juntas de Freguesia das aldeias mais pequenas.

Para esse peditório do PSD acho que já demos o suficiente, para nem sequer falarmos da «boa-fé» desse heróico referendo de que usou e abusou, como todos sabemos, enquanto esteve no poder... Por isso, as questões cruciais se centram, agora, no Partido Socialista. Por nós, cá estamos e estaremos a bater-nos pela descentralização administrativa agora, pela regionalização a fazer, ano após ano, quando as próprias populações elegerem, se vierem a eleger, se o PS o PSD e o PP deixarem, os seus legítimos representantes e acompanharem, de corpo inteiro e de viva voz, os processos de aprofundamento do que há-de vir.

Não há regionalização por decreto. Uma pretensa regionalização, esvaziada de poderes e meios, poderá ser terrível para o futuro deste país. Por isso, os dados estão lançados, e caberá às populações e àqueles que estão na vida e na política de corpo inteiro baterem-se taco a taco, frente a frente, por aquilo em que acreditam e que vai muito para além de uma mera luta palavrosa e falsa contra um Terreiro do Paço que, afinal, se transformou já em vários Terreiros do Paço, em Lisboa e nas próprias regiões, para entrar e destruir aquilo que é essencial para o avanço integrado e libertador das populações.

No afã tecnocrático da discussão, da gravata e do fato por medida, o poder central e muita gente na Assembleia da República esquecem-se do que falamos quando falamos de regionalização, ou seja, daqueles que sofrem, que emigram, que ficam isolados, sem emprego e mais pobres, enquanto os contentinhos dos poderes, dos muitos poderes banais e destruidores que por aí andam, se entretêm a jogar aos montinhos, muitas vezes sem perceberem que preparam e ampliam a própria perda de identidade, de projecto e de poder.

O desgosto de viver é já hoje evidente, seja no interior abandonado e condenado, seja no litoral de desemprego, de barracas e de fome. Não brinquem mais com isto, ou então vão brincar para longe destas realidades que não querem cheirar nem ver, mesmo quando se agitam para descansar a consciência ensandecida e a desaparecer, ou para ganhar poderes que depois não honram nem devolvem justamente, em medidas reais, àqueles que os elegem e esperam ética, cumprimento de propostas e promessas e recebe uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma.

Palavras e Cromos



■ Urbano Tavares Rodrigues

Ainda tenho nos olhos as imagens leves, aéreas, dinâmicas dos Palácio do Planalto e do Itamarati, da insólita Catedral, do delicado, tão pouco monumental, Palácio da Alvorada e dos espelhos de água, dos verdes gramados, das nuvens suspensas no céu azul, da atmosfera única de Brasília, cidade feita para a felicidade dos homens, sonho comovente de Oscar Niemeyer e de Lúcio Costa, onde Juscelino Kubitschek quis perpetuar-se. Vê-se como espaço de vontade e de beleza, vê-se também como utopia irrealizada, com o seu plano-piloto, as superquadras residenciais, a área de convivência colectiva, os bosques e jardins inspirados noutras latitudes, o lago Paranoá. A estação rodoviária, que deveria ser também local de arte e cultural, mostra bem como a sua desordem e o seu ruído aterrador, como, em tantos aspectos, o plano falhou. Aliás, as cidades-satélites da grande Brasília são bem o exemplo da expulsão de grande parte dos habitantes menos favorecidos para as periferias quase faveladas.

Em torno da falhada cidade ideal renasce o Brasil real com todas as suas contradições, desequilíbrios, problemas sociais.

Foi precisamente durante os poucos dias em que permaneci na mágica capital que o Brasil foi sacudido emocionalmente pela brutal execução dos chamados sem-terra por soldados da polícia militar do Pará numa

Brasília: o Sonho e a Vida

estrada, que eles ocupavam, em Eldorado de Carajás. É possível que o holocausto destes deserdados venha a acelerar a concessão da reforma agrária pela qual eles lutavam.

O Brasil de hoje, no momento em que o Banco Central divulga a explosão do *déficit* de 3,4 biliões de reais nos primeiros meses de 1996, é sem dúvida preocupante: o nível de vida da classe média desce até quase ao nível da proletarização e a miséria está à vista não apenas nos redutos da pobreza tradicional mas por toda a parte nas ruas das cidades.

Não parece possível que a política de abertura total ao capital estrangeiro, a que está recorrendo Fernando Henrique Cardoso, nem a da acelerada privatização da economia possa levar ao imprescindível desenvolvimento deste país potencialmente tão rico e é certo que os seus custos sociais serão incontáveis.

Entretanto, miraculosamente, o carnaval de todo o ano prossegue, nesta terra onde se dão as mãos todos os excessos, onde a música nasce da viração, do rumor do mar, do bater de uma caixa de fósforos no tampo de uma mesa, onde o sorriso floresce em qualquer rosto e a festa dança na praça. Mas desta vi passar a melancolia, mesmo no meio da multidão mestiça e colorida, entre a economia paralela, a polícia armada e os concertos na praia.

Não, não te deixes entristecer, Brasil. Outros dias não-de vir.

Regressos ■ Glória Marreiros

A visibilidade da memória

25 de Abril em Portimão, com a pintura de Margarida Tengarrinha. A ampla sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal encheu-se de admiradores da obra e do percurso da artista.

As suas «Alfarrobeiras Velhas» antropofornizadas juntam-se «Furnas», nove telas em que a cor se combina com a forma em diálogos de inquietação metaforicamente expressa em fissuras e fracturas através das quais assomam novas formas e cambiantes num conjunto sensual e harmonioso, traduzido, em síntese, pela criadora na apresentação do tema: «O mar esculpe e penetra a rocha na sua violência secular. E as furnas guardam mistérios, medos e venerações desde o fundo dos tempos.»

«Ritmo de Marés» é um naipe de seis óleos sobre platex, estes de beleza serena sobre os quais o olhar repousa enlevado nas tonalidades do azul e do verde e o espírito recupera conscientemente a ideia do tema central: «Regressos», que constituem uma muito bem conseguida visibilidade pictórica da memória.

O sugestivo catálogo da Exposição, editado pela Câmara Municipal de Portimão, abre com um belo texto no qual a pintora presta homenagem a Manuel Teixeira Gomes⁽¹⁾, que, como diz, com os seus «Regressos» foi seu guia nos passeios da juventude.

No dia 25 de Abril de 1996 foi gratificante assistir à abertura da exposição de pintura de Margarida Tengarrinha, artista e lutadora que, tal como muitos outros democratas, só a Revolução dos Cravos permitiu regressar livremente à sua pátria.

Vinte e dois anos depois, não cessam de nos surpreender positivamente «as portas que Abril abriu».

(1) Único (em boa hora) Presidente da República Português, nascido no Algarve. Escritor brilhante, da sua vasta bibliografia consta «Regressos», publicado em 1935.

EM FOCO

POLÍTICA CULTURAL

■ Vítor Serrão

– Um balanço de seis meses de governação PS: *acertos, expectativas, apreensões e críticas*

Dobrados que são seis meses de governação do Partido Socialista, é possível desde já ter-se uma apreciação preliminar sobre o que têm sido as políticas entretanto desenvolvidas, infelizmente pautadas nas suas linhas gerais (apesar de uma postura, reconhecamo-lo, mais dialogante) pelo agravamento de tensões no sector laboral, pelo aumento do desemprego, do trabalho infantil e da exclusão social, pelo incentivo à concentração de riqueza, pela continuidade das privatizações e outras medidas neoliberais que aumentam a vulnerabilidade do tecido produtivo e uma certa resignação face à herança do cavaquismo – ou seja, pela continuidade da mesma nociva política de direita que gerou tanta injustiça e desequilíbrios e que, por isso, conduziu ao justo protesto do povo português e ao seu claríssimo repúdio expresso nas eleições de 1 de Outubro.

Como é evidente, meio ano de governo não pode ser aferido por um diapasão unívoco, ou através de um balanço medido pelas mesmas bitolas, antes impõe cautelosa reserva enquanto algumas das expectativas criadas ainda perduram: há medidas que se configuram como positivas, outras que perderam o fulgor inicial, outras ainda que não passaram das boas promessas eleitorais (ver nota da Comissão Política do PCP, apresentada pelo camarada Agostinho Lopes e saída no *Avante!* de 3.V).

No sector da Cultura – o que ora nos interessa analisar –, deve dizer-se que a sua acção se pautou, no essencial, por uma conduta de abertura, por um esforço salutar do diálogo interinstitucional, por maior transparência no tocante a subsídios, por uma definição de princípios que parece globalmente positiva, e pela vontade de correcção do que de mais negativo se passara no longo consulado cavaquista (feito de produção nula e de demagogia quanto baste, como de todos é bem conhecido).

Entre as acções mediáticas do Ministério da Cultura, que o novo responsável do sector implementou, devem ser referidas as seguintes:

a) criou as estruturas necessárias conducentes à criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa (conforme à reivindicação proposta no Programa Eleitoral do PCP) – facto que se louva, por ser prioridade nacional, e é em si bem positivo, apesar de certa obstaculização a que a equipa dirigida pelo prof. João Zilhão tem sido votada; apesar do adiamento de alternativas viáveis à barragem; e apesar de o próprio processo de classificação do complexo de arte rupestre junto da UNESCO continuar estranhamente adiado;

b) mudou responsáveis de áreas-chave minadas de imobilismo ou incompetência, atento ao estado de degradação a que chegou o Património Cultural (histórico-artístico, arqueológico, etnográfico, memorial, arquivístico), lesado por acção das desacertadas políticas do PSD no sector, e dinamizou, com esclarecidas escolhas (que se saudam, no caso recente do prof. José Mattoso nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, AN/TT, e do dr. Francisco Bettencourt no Instituto Português do Livro e Bibliotecas, IPLB), as estruturas de chefia do IPPAR, do IBNL, do IPACA, dos AN/TT, as do IPM (que se mantiveram), e criou os Institutos de Arte Contemporânea (IAC) e Português das Artes do Espectáculo (IPAE), atento também às suas dimensões multimédias – mesmo que subsistam situações menos claras e que suscitam legítimas apreensões, a respeito da Fundação das Descobertas e, sobretudo, da Fundação de Serralves (com o polémico afastamento, respectivamente, de José Teixeira e Fernando Pernes);

c) no quadro das anunciadas mudanças estruturais, renovou o papel do IPPAR, que estava assaz desacreditado, e dotou-o de meios de intervenção, classificação e salvaguarda (ainda insuficientes mas com perspectivas mais promissoras), já visíveis na salvaguarda dos espaços do Castelo e bairro de Santa Maria de Sintra, na defesa dos «frescos» de S. Francisco de Leiria, na suspensão dos rebentamentos junto ao Mosteiro da Batalha, nas medidas tendentes a salvar o Convento do Carmo ameaçado de ruína por causa das obras do Metropolitano, nos embargos de várias obras lesivas da nossa identidade memorial e na resistência face a interesses especulativos, etc., etc.;

d) suspendeu a controversa lei do Património Subaquático e autonomizou a Arqueologia através de um instituto próprio (o Instituto Nacional de Arqueologia), cuja lei orgânica e definição de carreiras técnicas se aguardam com expectativa – como, de resto, em muitos outros sectores inclusos no novo Organograma do Ministério;

e) criou um Conselho Superior de Cultura, que parece necessário, e lançou as bases para um Pacto Patrimonial entre o poder central, as autarquias e a Igreja (uma medida interessante, e que entendemos dever ser, a médio prazo, alargada também às entidades privadas detentoras de bens histórico-artísticos);

f) enfim, criou instrumentos que visam facilitar o diálogo interinstitucional e uma acção mais transparente, ao afirmar que «a Esquerda é antes de mais uma tradição (ou seja), uma linguagem em

que se entrosa um conjunto de valores partilháveis, como a solidariedade e a igualdade, e se dirige à acção» (entrevista de M. M. Carrilho ao *Expresso* de 12-VIII-1995), parecendo, assim, que os conceitos e prioridades de uma sólida política de cultura deixam de se confundir com demagogia ou fachadismo.

Em suma, verificam-se boas intenções, mas algum imobilismo (por exemplo, nem a Lei-Quadro do Património

Cultural nº 13/85 começou a ser regulamentada, nem o controlo central do Inventário Histórico-Artístico, que fora promessa do responsável, se balbucia para tempos próximos); existe doutrina positiva, mas também hesitações e falta de visibilidade (por exemplo, o Ministério não tem um gabinete de relações públicas e surge excessivamente centralizado). Como é evidente, «continua a haver fogos na Cultura e falta de água para os apagar» (*Público*, de 28-IV).

Entre as esperanças geradas no sector, entre as expectativas e a realidade concreta dos factos, vão distâncias abissais, que justificam a maior atenção dos comunistas portugueses – particularmente sensíveis a esta questão pela sua consciência da inexorável dinâmica transformadora da História, da identidade memorial, do trabalho e da vida colectiva –, tanto mais que os tempos são de integração europeia e urge acautelar as potencialidades culturais do país, o seu património e a criação intrínseca dos nossos produtores, face a leis de concorrência desumana e às exigências apátridas do mercado neoliberal.

Assim, sem intuítos de exaustividade, citem-se, entre outros aspectos, os seguintes:

1) aguarda-se (para se ver e analisar) o que será o Pacto Patrimonial anunciado, que não pode ser encarado senão como um instrumento de intervenção firme (central e autárquica) quanto ao controlo do património que pertence ao povo português (i.e., de novo se retoma o lema necessário de «mais e melhor Estado para a Cultura»);

2) continua inexistente (ou pouco clara) uma articulação eficaz entre os diversos institutos dependentes do Ministério e que constam do seu organograma (criados uns no escandaloso esquema de apadrinhamento dos «jobs for the boys», outros em confusa definição de tutelas, como sucede na área abrangida pelo novo Instituto de Arte Contemporânea), institutos esses que não mais poderão ser geridos como «compartimentos estanques» mas, pelo contrário, interligados na acção, dotados de meios, atribuições e competências bem definidas e não sobrepostas, partindo-se sempre da noção-base de que a Cultura não é terreno partidário;

3) descuidada está, também, a aposta na formação de mais técnicos de restauro e de gestão patrimonial, bem como estímulos à Escola de Conservação e Restauro e a organismos e cursos existentes de Azulejo e Fotografia (e outros necessariamente a criar), com o reconhecimento, regulamentação e divisão das carreiras profissionais face ao Ministério da Educação (com o devido reconhecimento de cursos e de diplomas), com quadros orgânicos específicos e competências, e ainda (factor determinante de sucesso!) com a dignificação estatutária dos serviços técnicos prestados, em resposta à forma humilhante que persiste, com graves situações humanas, trabalhadores em situação mais do que precária, investimento por de mais insuficiente, etc., etc. – veja-se a grave situação dos técnicos do Instituto José de Figueiredo, já de si em número escassíssimo, ou a justa greve anunciada dos músicos do Teatro Nacional de S. Carlos;

4) carências visíveis são, ainda o adiamento *sine die* (?) da aplicação da carta de Inventário Nacional em banco exaustivo de rastreio informatizado central, que estanque a sangria de roubos e destruições (através do apoio concertado do IPM, do IPPAR, do IPA, da Igreja, das Associações de Defesa do Património, da DGEMN, e demais entidades privadas nesse processo);

5) impõe-se um maior estímulo à criação artística e literária; o reforço da investigação científica; a fruição dos bens nacionais; a urgente regulamentação da Lei do Património; maior clareza na salvaguarda integral do espólio do AN/TT (arquivo da ex-PIDE); e a revisão e revitalização da Lei do Mecenato: ou seja, uma política acertada de prioridades na filosofia, nas intervenções de restauro, na subsídioção, e na gestão dos recursos técnicos, financeiros e humanos.

6) questão premente, quando se desenha, dentro do quadro constitucional que a define, a inevitabilidade da Regionalização (entendida, como nós a entendemos, como reforço do poder democrático e da identidade das regiões, e não como multiplicação de estruturas burocratizantes), é a de se acautelar a defesa do Património Nacional – cuja salvaguarda cabe, em primeira instância, e como prioridade política, ao Estado – de modo a denunciar desde já todas as tentações que visem esvaziar o Poder Central de deveres que lhe incumbem e que não podem ser espartilhados ou demagogicamente distribuídos pelas novas regiões;

7) também na área da Arte Contemporânea se desenharam polémicas soluções (que provocam reservas), caso da solução que prevaleceu no caso do Museu de Arte Contemporânea do Porto, e ainda, com a criação do novo IAC, a gravosa hipótese de desmantelamento do Arquivo Nacional de Fotografia (IPM), facto tão preocupante quando ele é a nossa verdadeira «torre do tomo do documento fotográfico» (ver A. Pomar, *Expresso*, de 20-IV), e o único «centro de investigação da fotografia» que o país possui, com chefias técnicas competentes, vasto reconhecimento internacional, e que se

impõe, por isso, seja preservado;

8) urge dinamizar também (um terreno que

parece esquecido...) tudo o que concerne ao Património Incorpóreo (o mundo antropológico e etnográfico, das artes populares e, de modo genérico, o que se entreliga ao campo da oralidade), estranhamente omissos como «parente

pobre» nas orientações que o Organograma ministerial abrange;

9) impõe-se clarificar como se fará a dignificação, no quadro do IPAE (pesem os bons princípios definidos por Rui Vieira Nery, *Público*, de 5-V), do estatuto profissional do criador em área tão carecida como o Teatro – entendido como serviço público com os seus mecanismos de indiscutido «mérito cultural» –, com a definição clara do «estatuto de actor», estímulos à formação e ao acesso, incentivos a novas campanhas e a espaços de actuação, modelos de gestão e apoio à dinamização dos públicos, e carteiras profissionais condizentes com o papel de agente cultural que lhe incumbe;

10) igualmente se impõe clarificar perante a comunidade o que se entende pelos anunciados Centros Regionais de Arte do Espectáculo, criação que se louva, naturalmente, se entendidos num quadro de descentralização efectiva como centros apoiados em companhias residentes e integradas na rede pública, mas que se compreendem mal se tão-só visarem substituir as direcções regionais da SEC, sem alterar o esquema existente, nem as suas conhecidas carências.

Os desafios que as avançadas bases estruturais do MC nos colocam são demasiado importantes para que os comunistas portugueses possam descurar a vigilância sobre o cumprimento das promessas neste sector. A política da (e na) Cultura, que por regra deve transcender quaisquer interesses partidários, é uma prioridade de dinamização democrática; lembrando Gramsci também, não existe verdadeira política de esquerda sem política cultural consequente. Por todas essas razões, vamos aguardar se das promessas se avança para acertadas medidas com futuro.



O desmentido de Frei

Nos últimos anos, governantes da América Latina comprometidos com políticas neoliberais fazem com frequência, e algum despudor, o elogio da obra desenvolvida no terreno da economia por Augusto Pinochet.

O presidente Fernando Henrique Cardoso não foge à tendência. Numa atitude que lhe valeu imediatas críticas, atribuiu ao general chileno méritos pela recuperação económica e pelas elevadas taxas de crescimento do seu país.

Em vésperas da visita oficial ao Brasil, o presidente Eduardo Frei foi entrevistado pelo jornalista Clovis Rossi, da «Folha de S. Paulo», em Santiago, sobre a tese segundo a qual a política dos Chicago Boys (discípulos do americano Milton Friedman), colocados por Pinochet no comando da Economia, produziu um crescimento do PIB muito superior ao que teria podido obter-se sob um regime democrático.

Eduardo Frei, que desconhecia as palavras de Fernando Henrique, foi categórico no desmentido à esdrúxula teoria. Lembrou que a economia da ditadura teve, ao longo de 16 anos, altos e baixos. Durante a crise do começo da década de 80, quando o Estado teve de intervir na banca, após falências em cadeia, o PIB caiu 17% num só ano e a taxa de desemprego ultrapassou os 30%.

Globalmente, o crescimento médio do PIB durante o fascismo chileno foi de 3,5%; nos seis anos posteriores ao fim da ditadura cresceu a uma média de 6,78%, quase o dobro.

O presidente FHC não foi original. Tornou-se quase uma rotina na América Latina, em determinados meios, fazer a apologia da obra do general Pinochet no terreno da Economia. As forças conservadoras do Sul do Continente não fazem, aliás, mais do que funcionar como porta-vozes de um discurso que chega dos EUA. *The Wall Street Journal*, defensor do mal chamado «milagre económico chileno», apresentou com frequência Pinochet como pioneiro no Terceiro Mundo do neoliberalismo. Foi mesmo um pouco mais longe: apontou as suas receitas como modelo a ser seguido pelas repúblicas latino-americanas, nomeadamente as suas reformas sociais.

Que reformas?

Na sua linguagem, de difícil compreensão pelo farisaísmo das metáforas, o diário da alta finança norte-americana qualificava de exemplares as privatizações selvagens que desmantelaram a Educação e também destruíram o antigo Sistema de Saúde e Previdência Social.

É uma pena que os *media*, sempre lesto a difundir elogios à estratégia económica de Pinochet, ocultem da opinião pública que em 1995 as 16 Administradoras de Fundos de Pensão criadas pela ditadura acumularam um prejuízo conjunto de 600 milhões de dólares. Como foi possível?

Envolveram-se na especulação bolsista, jogando com o dinheiro dos trabalhadores.

Hoje, o superintendente dessas administradoras, Júlio Bustamante, mudou o discurso. O anterior não serve. Agora sugere aos trabalhadores que descontam para o seguro privado que adiem o mais possível a reforma ou, na alternativa, que optem por reembolsos de calendário programado, renunciando à pensão vitalícia...

Eduardo Frei, o actual presidente do Chile, nunca foi um político de ímpetus revolucionários. É um tecnocrata de espírito conservador e também acredita na globalização. A sua mundividência faz lembrar a do pai. Mas sabe o que foi a ditadura. Não aceita que a obra de Pinochet seja utilizada como cartaz de propaganda em campanhas cujo objectivo é a imposição selvagem do neoliberalismo em toda a América Latina.

Não é possível apagar a História. No final da Unidade Popular, antes do golpe, o Chile era o país latino-americano (com excepção de Cuba) de menor desigualdade social. Os 40% mais pobres dispunham de quase um quinto do rendimento nacional. Quando a ditadura acabou, cabiam-lhes apenas 12,6%. E a percentagem dos que viviam em absoluta pobreza aumentara muitíssimo.

Foi oportuno que o presidente do Chile tivesse desmentido indirectamente uma afirmação irresponsável do Presidente do Brasil.

■ MUR

Eça de Queirós espectador da primeira cubana

Eça de Queirós não conservou boas recordações da sua iniciação no serviço consular. Não se deu bem com o clima de Havana e não conseguiu nem tentou ambientar-se numa sociedade colonial estranha à sua mundividência. Cumpriu como cônsul a sua difícil tarefa. Havia então em Cuba dezenas de milhares de chineses com direito a passaporte português por haverem sido embarcados em Macau. Esses párias sociais recebiam dos senhores de engenho e das autoridades espanholas tratamento quase igual ao reservado aos escravos. Eça fez o que estava ao seu alcance para que o governo português assumisse com firmeza a defesa da comunidade asiática importada, vendida e utilizada como se fora mercadoria.

O desinteresse do escritor por Cuba foi, porém, uma constante ao longo do período de residência, interrompido por uma licença de mais de cinco meses que o levou aos Estados Unidos e ao Canadá.

Achou belo o cenário, mas sentiu-se distante do povo. Não desenvolveu o menor esforço para compreender aquela exótica sociedade colonial em que quase tudo o chocava e pouquíssimo o atraía.

O jovem escritor não se apercebeu de que durante a sua permanência — desembarcou em Havana em Dezembro de 1872 e regressou a Lisboa na Primavera de 1874 — foi espectador de acontecimentos que viriam a marcar profundamente a história da Ilha e do Continente Americano. Subestimou-lhes a importância e não captou o seu significado.

Eça foi testemunha da fase intermédia da chamada Guerra dos Dez Anos, isto é, da primeira insurreição geral cubana contra o Império Espanhol. Na correspondência oficial enviada ao ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Andrade Corvo, deixa transparecer uma displicente incompreensão da sociedade cubana da época e enfatiado distanciamento dos conflitos que a dividiam.

«Antes de tudo, eu direi a V. Exa. que a insurreição na Ilha de Cuba é um facto sem importância local» — afirmou na carta datada de 18 de Março de 1873. Os patriotas mambises apareceram-lhe como «guerrilhas compostas de negros fugidos, de chinos revoltados e de soldados desertores» (!).

Eça não demonstra simpatia pelos colonos peninsulares, pela administração corrupta e pela oligarquia agrária que, através do *Casino Espanhol*, governava de facto a Ilha. Essa gente arrogante e venal inspirava-lhe repugnância. Mas não entende também as motivações da revolta, não procura descer às suas raízes. Escapava-lhe que a sua missão consular lhe proporcionou a oportunidade de assistir a uma etapa do processo de ruptura revolucionária cujos dirigentes eram homens de cultura, humanistas com um ideário romântico, inseparável de uma concepção ética da história. O escritor, tal como o cônsul, não teve a percepção do nível intelectual e

moral de Céspedes — o presidente fundador da República rebelde — e de Agramonte, e da grandeza épica de Antonio Maceo.

Não foi tocado pela desambição revolucionária dos combatentes anónimos engajados há anos na rebelião que se propunha a destruir as estruturas políticas, sociais e económicas de uma sociedade anacrónica.

O alheamento da realidade confere por isso ao esboço do quadro geral, ao relato de situações e ao inventário dos factos uma textura quase burocrática, nos antípodas do estilo do futuro criador de *Fradique*.

Eça procura ser cauteloso. Mas não oculta a convicção de que a insurreição nas províncias orientais da Ilha não é mais do que um incidente irrelevante. Acredita na *pacificação*: «pelo menos não vejo, sublinha, o que possa dar força *por ora* à insurreição: os elementos que ela tem são os mesmos que tinha em 1868, fracos, usados, gastos e arruinados».

Essa visão simplista da primeira guerra de libertação cubana aparece plasmada na opinião transmitida a Andrade Corvo de que a Espanha, «em 15 dias, com uma campanha sabiamente organizada» poderia dominar a insurreição.

Eça estava consciente do «grande interesse que têm para o Governo Português os sucessos políticos da Espanha — e da influência que tem em toda a política espanhola a questão cubana» e, por isso, julgava «dever» levar ao conhecimento do ministro «um exame circunscrito mas nítido da situação política da Ilha de Cuba».

O «exame» não está à sua altura. Em Cuba, Eça passou ao lado da História. Contemplou um grande espectáculo, registou o movimento das personagens num cenário fascinante, mas não



insurreição

■ Miguel Urbano Rodrigues

lhes entendeu as opções e os actos. Aquele não era o seu mundo.

Não é surpreendente que, fechado à compreensão da epopeia libertadora da Guerra dos Dez Anos, tenha pressentido, com antecipação e lucidez, o papel que os EUA viriam a desempenhar na Ilha, empurrados pela sua ambição imperial.

«Os Estados Unidos — salientou na carta acima citada — não têm (extinta a escravatura) um pretexto legítimo para intervenção nem creio que no seu egoísmo de nação rica e céptica procurem uma perturbação armada. Existe, é verdade, nos Estados Unidos, um forte partido que advoga a intervenção: é o partido de especuladores da alta administração — que, depois de ter devorado as riquezas do Sul — esperam que uma intervenção em Cuba tivesse por consequência uma anexação da Ilha à União — e houvesse ocasião de se estabelecer sobre o rico território de Cuba um largo sistema de exploração administrativa: é um partido, que como os antigos Prefeitos em Roma, precisa ter sempre uma província a devorar — e como já esgotaram a Luisiana e o Mississippi e outras províncias do Sul, voltam os olhos para as opulências de Cuba».

O diagnóstico e a previsão, lidos hoje, assumem contornos quase proféticos. Eça estava preparado para assimilar os valores e a dinâmica da sociedade norte-americana saída da Guerra da Secessão, por maior que fosse a distância que o separava do rude e impetuoso prolongamento da Europa que identificava na grande República. Em Cuba os seus instrumentos de análise não funcionavam da mesma maneira. Flutuava num mundo de homens para ele incompreensíveis, embora não tivesse consciência nítida dessa evidência.

As opiniões do cônsul Eça de Queirós sobre a situação dos negros em Cuba — e o paternalismo piedoso que envolve a sua solidariedade com os *culis* chineses — são, aliás, definidores da atitude assumida pela maioria dos intelectuais europeus progressistas da sua geração perante os povos atrasados da África e da Ásia.

Na mesma carta em que qualifica a insurreição cubana de «facto sem importância local», o cônsul informa que a Emancipação é olhada como inevitável «e apenas se diverge sobre a maneira de a regulamentar». O seu olhar sobre a condição dos escravos não é, entretanto, o que podem imaginar muitos dos actuais leitores do novelista cuja obra viria a ser influenciada pelo socialismo proudhoniano.

Eça escreveu em 1873: «o negro aqui não é o escravo oprimido, vergastado, brutalizado — como era na Luisiana e em todos os Estados do Sul. O negro aqui é uma parte da família: quando a benevolência por ele não provenha dum bom sentimento provém dum mau egoísmo: o negro é um capital de 1200 ou 1500 pesos que é necessário vigiar: é bem nutrido, bem tratado nas enfermidades, poupado nas fadigas. Eles mesmo ganham afeição profunda à casa, e se de repente fosse decretada a emancipação profunda sem condições, a maior parte não quereria trocar a vida farta dos engenhos pela miséria aventureira de Havana».

A transição facilita um melhor entendimento da incompreensão queirosiana da prolongada Guerra dos Dez Anos, prólogo sangrento da insurreição martiana de 1895.

Eça era, naturalmente, um adversário da escravatura. Reagiria com indignação se o apontassem como racista. A sua postura, numa análise desapaixonada, deve ser enquadrada na mentalidade da sua época e da sua classe. Darwin, que revolucionou a ciência do seu tempo, com a formulação da teoria da evolução das espécies

A choldra sobreviveu

O governo cubano começou recentemente a recuperar edifícios no centro histórico da *Habana vieja*, declarado pela Unesco património da humanidade.

No âmbito dessa política, tem sido solicitada a cooperação de Estados interessados em instalar centros culturais em palácios da época colonial, alguns deles jóias da arquitectura setecentista.

Ao visitar a Casa de Benito Juarez e a Casa de Bolívar em 1993, restauradas com a ajuda financeira do México e da Venezuela, fiquei impressionado com a beleza de ambos e o papel que desempenham no mundo cultural cubano. Em conversa com o embaixador de Portugal em Havana, levantei então a ideia da abertura naquela capital de uma Casa de Eça de Queirós.

Quem sabe, aventei, se a antiga residência do escritor ou o casarão do consulado não resistiram ao tempo, podendo eventualmente servir ao objectivo? Sugeriu ao cônsul que indagasse.

O diplomata mostrou-se perturbado ao imaginar a tarefa de descobrir, nas vielas da velha cidade dos *capitanes generales*, a trajectória íntima do autor de «A Relíquia». Percebi logo pelo seu enleio que dali não sairia o esquecido endereço cubano do escritor-cônsul.

Eu era ao tempo deputado. E, já em Lisboa, através do Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, foi enviada carta breve ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, expressando o meu interesse em conhecer o lugar onde Eça residira em Havana ou o da sede da representação consular que ele chefiara.

A resposta chegou em ofício redigido no mais clássico estilo da burocracia oitocentista das Necessidades. O Ministério informou que nos seus arquivos nada constava a respeito das moradas, a oficial e a privada, que em Havana tinham sido utilizadas pelo sr. José Maria Eça de Queirós — cito de memória por não ter à mão o

ofício —, cônsul de segunda classe de tantos de tal a tantos de tal, na referida cidade.

Persistente, recorri, então, à Embaixada de Cuba em Lisboa.

De Havana esclareceram que o Ministério das Relações Exteriores se dirigira por duas vezes às Necessidades perguntando se o Governo português estava interessado em cooperar, num quadro de intercâmbio cultural, na recuperação de um belo edifício onde funcionara o consulado português na época colonial.

Segundo me foi transmitido, das Necessidades não veio resposta.

O casarão onde Eça representou Portugal em Havana foi posteriormente restaurado com a ajuda financeira da Venezuela. Ali funciona hoje a Casa de Simon Bolívar. Assim me foi contado o desfecho desta estória chinfrim.

A choldra atravessou incólume a I República, atravessou o fascismo de boa saúde. Sobreviveu ao 25 de Abril. Continua viva e actuante.

es — obra que recebeu os maiores elogios de Marx e Engels — foi também desde a juventude um defensor da abolição da escravatura. Combateu-a sempre, mas por motivos humanitários. Essa posição nunca afectou a sua convicção, repetidamente manifestada, de

que os povos negros da África e os ameríndios em geral são irremediavelmente inferiores aos habitantes da civilizada Europa. As notas que redigiu sobre os fueguinos, da Terra do Fogo, durante a sua viagem no *Beagle*, iluminam bem esse racismo não consciencializado, que coexistia, paradoxalmente, com o seu humanismo de cientista revolucionário, satanizado pela Igreja como criatura diabólica.

*

Somente a paixão, o desconhecimento da condição humana e da própria história pode ter levado alguns críticos a tentar extrair da correspondência consular de Eça conclusões que, segundo eles, põem em causa o ideário do escritor.

Obviamente, o olhar sobre o mundo do autor de «Os Maias» não era o mesmo do jovem cônsul colocado em Havana aos 27 anos. Mas não houve rupturas no caminhar do cidadão Eça de Queirós. Temos de situar o escritor no seu tempo e de o inserir num meio social bem demarcado, tão presente na sua ficção e ensaística. Cuba localizava-se para ele noutro planeta.

O exemplo da tolerância e da compreensão vem de Cuba, país onde a obra de Eça merece respeito e atenção crescentes. Os cubanos não se sentem hoje ofendidos pelo que Eça escreveu sobre a Guerra dos Dez Anos.

Não se justifica, entretanto, a timidez quase envergonhada que continua a envolver a parcela cubana da correspondência consular de Eça e que faz dela um feixe de páginas esquecidas, quase clandestinas. A grandeza do escritor não é afectada pelo conteúdo dessas cartas.

Os homens, quando entram na história, devem ser vistos e evocados sem temor de juízos geracionais, tal como percorreram a estrada da vida, carregando inevitáveis e humanas contradições.



Plantação em Cuba, no século XIX



Vista de Havana e do seu porto

(¹) A correspondência consular de Eça de Queirós está reunida num livro do professor irlandês Alan Feeland, publicado em tradução portuguesa pelas Edições Cosmos, em 1994. Os trechos citados foram extraídos dessa edição.

A época balnear aproxima-se

As debilidades do sistema ficam a nu

Está prestes a abrir a chamada época balnear e, com ela, um vasto conjunto de problemas solta-se, despe-se e convive lado a lado com cada um dos utentes da praia. Calcula-se que cerca de 8 milhões de pessoas passam pela costa portuguesa na época estival.

Cabe ao Instituto de Socorros a Náufragos (ISN), como Subsistema do Sistema de Autoridade Marítima (SAM), o acompanhamento desta matéria.

A legislação que trata da segurança nas praias data de há quase 40 anos.

Longe vai o tempo em que um reduzido número de pessoas frequentava a praia e longe vai o tempo em que os problemas na praia consistiam na apreensão de bolas aos mais irreverentes. Hoje é o windsurf e as motas de água, o bodyboard e os surfistas. As transformações quantitativa e qualitativa dos frequentadores da praia, e portanto dos problemas a ela ligados, são enormes.

Impõe-se uma profunda reflexão que propicie um novo quadro conceptual sobre a matéria e adequada legislação complementar. Impõe-se ainda dotar esta área com novos meios de salvamento.

Compete aos concessionários das praias a contratação de nadadores-salvadores, bem como a aquisição dos meios estipulados para a vigilância e salvamento. Quer isso dizer que a existência ou não de vigilância nas praias está dependente de haver quem esteja interessado na venda de pipis, imperiais e tudo o mais nas praias. É de todo em todo inaceitável que assim aconteça.

Imaginemos o que seria se os concessionários resolvessem levantar arraias...

A segurança nas praias não passa só por ter nadador-salvador. Quantas praias têm torre de vigilância? E meios rádio? E botes aptos a prontamente serem accionados? E que treino ou reciclagem têm os nadadores-salvadores? E que enquadramento legislativo possuem? E as águas interiores - rios e lagoas -, quantas são vigiadas? É que não basta promover o turismo rural. E quantas vezes assistimos a motas de água a operarem perto de locais onde estão banhistas que ficam assim sujeitos a acidente? E quantas praias têm posto de socorros?

Bom, o quadro de problemas é imenso, e por cada ano que se adia o seu tratamento, estes crescem como ervas daninhas.

Como dissemos no início, o Instituto de Socorros a Náufragos (ISN) é um Subsistema do Sistema de Autoridade Marítima (SAM). É pois sobre o SAM que têm, antes de mais, de incidir a análise e a reflexão. Incidir a análise e a reflexão visando definir, nos dias de hoje, que SAM interessa ao País, com que objecto, âmbito, natureza, dependência e meios humanos e materiais.

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou na anterior legislatura uma proposta de audição parlamentar ao SAM, que a maioria PSD travou. Vai-se reapresentá-la e esperamos que não suceda o mesmo.

É que é preciso não esquecer que tem competido à Marinha a administração desta área e as alterações promovidas por 10 anos de PSD no poder, potenciando a vertente armada e ignorando a vertente interesse público, agudizou o quadro de problemas.

Se a orientação do Governo PS for, nesta matéria, idêntica à do PSD - e o MDN António Vitorino em recente entrevista disse que felizmente em matéria de Defesa Nacional e Forças Armadas existe identificação com o caminho que foi seguido -, se continuar as opções pela mediatização e prevalência na participação externa das nossas FAs; se as opções de reequipamento seguirem os critérios da vertente armada, então o Sistema de Autoridade Marítima dirigir-se-á rumo à falência e diga-se que já hoje não anda longe. O orçamento da Marinha atribui este ano menos de 2% a esta área.

É importante, necessário e urgente que sobre esta matéria, como em tantas outras, seja promovido o levantamento da situação, ouçam-se os envolvidos, desperte-se o debate e adoptem-se as medidas necessárias ao potenciamento do SAM, cuja importância para a Defesa Nacional é inquestionável.

É no quadro deste processo que o problema ligado com a vigilância, socorro e salvamento nas praias também surgirá como matéria central a merecer a reflexão e a adopção de medidas.

Sabemos da complexidade desta matéria, mas sabemos da necessidade de a tratar.

Até lá, acautele-se!

Rui Fernandes

Regionalização

Um natural processo da vida nacional

O debate público em torno da Regionalização decorre num ambiente político de inusitada e despropositada dramatização.

A regionalização é, sobretudo, tal como o PCP a entende, um processo normal e natural de democratização da vida política e da administração pública, de democratização dos processos de decisão, de racionalização dos recursos do país, dos investimentos e promoção da qualidade de vida.

A regionalização é um instrumento que favorece a democracia participativa ao possibilitar a aproximação dos serviços públicos às populações e ao estimular a sua participação.

A regionalização pode assumir-se como um factor capaz de promover o desenvolvimento e dinamizar o investimento público, se a ela corresponder no plano nacional uma política orientada em idêntico sentido.

A regionalização é, ainda, condição de uma reforma administrativa, que dê coerência à administração periférica do Estado e permita descentralizar e desburocratizar.

A criação das regiões não é mais do que a conclusão da estrutura do Poder Local tal como a Constituição da República as consagra e define: com natureza de autarquia em sentido próprio.

Assim sendo, é legítimo interrogar sobre as reais razões que têm conduzido ao alimento artificial da argumentação contra o processo das regiões, atribuindo-lhe falsamente objectivos que não prossegue, âmbito e natureza que não tem, perigos e perversidades que não possui.

No arsenal terrorista anti-regional vale tudo. As regiões conduziriam à destruição da identidade e coesão nacional, virariam regiões contra regiões, atentariam contra o municipalismo, aumentariam a burocracia, criariam novas clientelas políticas, balcanizariam o país.

Quem o diz sabe porque o diz, e com que objectivos o diz. Di-lo, não porque não saiba que está descaradamente a mentir. Di-lo, não porque esteja minimamente preocupado com a participação popular, ou com a necessidade de um alargado e sério debate e esclarecimento sobre as potencialidades e fragilidades inerentes a criação das regiões.

Di-lo, e fá-lo, movido por estreitos critérios de interesse partidário, pela necessidade imperiosa de disfarçar visões e concepções centralistas e antidemocráticas. Di-lo, e fá-lo, para procurar desviar atenções de objectivos políticos mais graves e profundos que prossegue.

O que faz correr o PSD não é o receio que a regionalização se faça sem a devida ponderação e no segredo dos gabinetes, pela simples razão porque sabe que não é isso que está previsto. O que faz correr o PSD é o desejo que a Revisão Constitucional, essa sim, seja realizada à pressa e nas costas dos portugueses.

Nesta corrida, sem princípios, a hipocrisia não conhece limites.

Os mesmos que atentaram contra o poder local, que retiraram competências e meios às autarquias, que prosseguiram anos a fio uma deliberada acção de ingerência na sua autonomia e de menorezação do seu estatuto no quadro da organização democrática do Estado, vêm agora, em nome do municipalismo que tanto ofenderam e espezinharam, questionar a regionalização. Como se ignorassem que a criação das regiões constituirá, em si mesmo, um factor de defesa da autonomia municipal face à invasão crescente das suas competências protagonizada pelas CCR's.

Os mesmos que desenvolveram a mais densa teia clientelar e de dependências face a interesses económicos ao nível da administração política, vêm agora, em nome da transparência, questionar a regionalização.

Os mesmos que, durante anos a fios, malbarataram dinheiros públicos, puseram e dispuseram sem qualquer controlo da aplicação de avultadas verbas comunitárias, que subordinaram a rentabilização de investimentos públicos ao cumprimento de calendários políticos e eleitorais, vêm agora atribuir às futuras regiões os pecados inerentes à sua política. Como se desconhecêssem que a regionalização constituirá um factor de democratização do investimento, de ampliação das possibilidades de controlo democrático dos responsáveis pela gestão dos recursos públicos, por parte das populações.

Os mesmos que, anos a fio, impuseram um modelo regional não democrático e comandado pelo poder central, que deliberadamente destruíram a base estatística e de informação assente na unidade distrital, que esvaziaram de serviços e delegações regionais 13 capitais de distrito, para os concentrar em 5 cidades, vêm agora questionar a regionalização em nome da figura do distrito e contra a criação de novos Terreiros do Paço. Como se ignorassem que a

criação das regiões não pudesse vir a contribuir para uma nova fase de descentralização e de devolução de serviços e meios à maioria das actuais capitais de distrito.

Não temos uma visão maniqueísta da vida e do real. Não cremos que a regionalização seja, por si só, remédio para todos os males e problemas que o nosso país e regiões enfrentam. Nada apresenta só virtudes ou defeitos. O que não deixamos de afirmar é que, tal como o poder local veio a provar, a regionalização apresenta virtualidades e potencialidades que é imperativo nacional não desperdiçar.

Sejamos claros. O que verdadeiramente está em causa, e em confronto, são duas concepções distintas e opostas. Uma, a que



defende e compreende a descentralização como um processo de enriquecimento democrático, descentralizador e de estímulo à participação. Outra, a que abomina a descentralização, a participação, o controlo democrático.

O modelo do PSD é conhecido. Criaram-no e desenvolveram-no silenciosamente e disfarçadamente a coberto da acção das CCR's, com o objectivo de assegurar o controlo político das regiões através de uma continuada estratégia de desconcentração dos serviços de Estado, orientada para uma intervenção de pendor regional mas controlada a partir do centro.

É uma hipocrisia ignorar, no actual debate, que a criação das regiões constituirá, sobretudo, um acto de conferir legitimidade e democraticidade a órgãos que em larga medida hoje são usurpados por estruturas desconcentradas da Administração Central.

É uma hipocrisia ignorar, no actual debate, as largas competências que foram progressivamente sendo atribuídas às CCR's desde a sua criação em 1979.

É uma indesmentível realidade que as CCR's passaram, desde a sua criação em 1979, no âmbito das suas competências da «coordenação e compatibilização de acções de apoio técnico e administrativo às autarquias e da execução no âmbito dos planos regionais das medidas de interesse para o desenvolvimento da respectiva região», para novas áreas de intervenção das quais se destacam (e cito o DL 260/89) «o desenvolvimento das acções conducentes a

■ Jorge Cordeiro

de democratização

um correcto ordenamento do território, à protecção e melhoria do ambiente e à gestão racional dos recursos naturais de cada região».

É uma indelével realidade que as CCR's dispõem de serviços operativos designados de direcções regionais nas áreas do planeamento e desenvolvimento, administração autárquica, ordenamento do território, ambiente e recursos naturais, exercendo mais de 70 competências com incidência regional exclusiva.

É uma indelével realidade que as CCR's determinam em larga medida o programa de investimentos da AC para cada região, a aplicação dos fundos comunitários, as acções intersectoriais de interesse para cada região, os planos e programas de desenvolvimento regionais.

Estas regiões, que o anterior governo não se coibia de apresentar como tal incluindo nas instâncias comunitárias, já não eram factor de perturbação para o PSD. Pela simples razão de que se apresentam, tal como para o qual foram criadas: obedi-

Os paladinos do alargado debate e consulta sobre a regionalização são os mesmos que, em 1981, na vigência do governo da AD, organizaram no âmbito do «Livro Branco sobre a Regionalização» um simulacro de debate público traduzido num inquérito aos municípios, na abertura de um período de debate público fixado em 15 dias e na realização de umas reuniões de auscultação que ficaram célebres pelo facto de as opiniões serem registadas por gravador.

Vale a pena recuar uns bons anos e recordar uma proposta de calendário, apresentada no início da década de 80, referente ao processo de regionalização: - 13 a 30 de Abril (debate público); Fins de Maio (conclusão do relatório nacional sobre o resultado das consultas regionais); Até Junho (aprovação da Lei-Quadro); Até Dezembro (proposta de lei sobre divisão regional); 1984 (realização das primeiras eleições regionais). Nem mais nem menos o que leram. A fonte é o já citado livro branco. O ano da cena, 1982. Responsável político, o governo da Aliança Democrática.



entes, domadas e dedicadas ao criador, que nunca levantam dúvidas e raramente questionam quem decide.

Eis, substancialmente, o que está em causa: atribuir estas funções e competências em órgãos legitimados democraticamente e sujeitos a um controlo e fiscalização mais próxima das populações, ou mantê-los atribuídos e subordinados a políticas distanciadas dos interesses, realidades, conhecimentos e potencialidades regionais.

Curiosa, e igualmente pouco séria, é esta súbita e apaixonada rendição aos méritos da auscultação e participação popular que alguns procuram aparentar.

Pouco séria, porque é desenvolvida na base de argumentos reconhecidamente falsos. Não é verdade, e quem o difunde sabe-o, que ao acto de aprovação na AR dos diplomas de criação das regiões corresponda a conclusão do processo da sua criação. Não é verdade, e quem o difunde sabe-o, que o processo previsto na lei-quadro da regionalização não prevê uma regionalização feita de cima para baixo, à margem de um amplo processo de consulta e debate em que as assembleias municipais serão chamadas a intervir e terão uma palavra a dizer sobre a conformação em concreto das áreas de cada região.

O que realmente preocupa e atormenta os opositores à regionalização, é que a aprovação destes diplomas é condição indispensável ao desenvolvimento do processo e à sua eventual concretização.

Em matéria de coerência, lisura de processos, apego a debates alargados e respeito pelos compromissos assumidos, está tudo dito. Desde então aos dias de hoje eis politicamente um trajecto linear: 10 anos decorridos até à aprovação, em 1991, da lei-quadro para eleitor ver, 13 anos depois o anúncio do enterro da regionalização, para logo a seguir a ressuscitar para fins de programa eleitoral e pouco depois tentar de novo comprometê-la.

O PCP procurará continuar, serena e naturalmente, a contribuir para um debate sério sobre a regionalização, conducente a uma alargada participação das assembleias municipais, que concretize um modelo e áreas no respeito pela vontade por elas manifestada, com as competências e os meios adequados a um eficaz desempenho das atribuições que lhe vierem a ser conferidas.

Não daremos campo para que as manobras dilatórias em curso conduzam ao incumprimento dos calendários anunciados publicamente pelo governo e pelo PS e à subordinação do processo da Regionalização à Revisão Constitucional.

Não subestimamos nem sobrevalorizamos a importância que a criação das regiões representa. Participaremos neste debate sem perder de vista que ele não pode nem deve ser utilizado para disfarçar cumplicidades e desviar atenções sobre acontecimentos e decisões que marcarão muito mais decisivamente as condições de vida, os direitos e as garantias dos trabalhadores e dos portugueses.

PP

- receituário e cumplicidades

O CDS/Partido Popular é um caso particular na Europa. Ao contrário de outras forças de "direita radical", como a Frente Nacional de Le Pen em França, os liberais nacionalistas de Haider na Áustria, ou a Aliança Nacional (ex-MSI) de Fini em Itália, não fez um percurso do (neo)fascismo para a "moderação" em busca do crescimento de influência.

O CDS/PP fez um caminho sinuoso em que as suas raízes na União Nacional/Ação Nacional Popular se dissimularam em "centrismo" e "democracia cristã", para recentemente se assumir de direita e, de novo, popular.

Ficam a dever-se à Revolução de Abril estes e outros "vira-casaquismos" da estirpe político-ideológica.

Mas, nem por isso, o húmus de que se procura alimentar o PP difere substancialmente daqueles em que medram os seus não assumidos correligionários europeus.

É das injustiças, disfunções e regressão dos direitos sociais, do desemprego, da queda acentuada da qualidade de vida, da insegurança e desespero de vastos estratos da população, resultantes de Maastricht e da "globalização" neoliberal, que a direita mais "radical" procura retirar vantagens políticas.

Os receituários do respectivo aproveitamento e intervenção político-mediática são conhecidos, só diferem na sofisticação e instrumentação dos utilizados em outras épocas históricas, mas não são por isso menos eficazes.

Ocultação das efectivas responsabilidades nas políticas prosseguidas, como faz a toda a hora o PP, escamoteando as suas posições no Parlamento Europeu - política comum de pescas, organização do mercado de vinhos - ou as conivências na Assembleia da República - Orçamento de Estado, desinvestimento, marcha forçada para a moeda única.

Camuflagem dos aproveitadores de tais políticas - o capital financeiro, brindado com as isenções fiscais e as privatizações a pataco, e os agrários de novo "indemnizados".

Promoção, em conexão com a operação anterior, de bodes expiatórios - os imigrantes e estrangeiros, e de manifestações de racismo e xenofobia, a propósito da criminalidade ou da deslocalização das empresas para o subcontinente indiano, sem referir os respectivos capitais europeus.

Ataques sistemáticos, de recorte antidemocrático, à "classe política", para fazer passar a ideia do "todos iguais", menos eles claro, quando a sua praxis é das mais politiquieiras, como prova o manobristo venal na ópera bufa da revisão/regionalização, ou na burla da "moralização" das várias incompatibilidade das suas hostes.

Nacionalismo palavroso mas de pacotilha, que defende ganhos exclusivos de competitividade à custa dos trabalhadores e das pequenas e médias empresas portuguesas, em benefício dos empórios do dinheiro, todos eles multinacionais.

Demagogia, muita demagogia, "soluções" da treta para produzir e parasitar o apoio dos desinformados.

Um "Chefe" único, mesmo que Monteiro, de dedo em riste, aumento das penas, repressão, autoritarismo recalçado de "líder natural" do sonhado "Partido de Portugal" - tendencialmente único - fundamentalismo contra a cultura e a liberdade de criação, ameaças de opereta de "fazer cair o governo", abandonar o congresso, o partido, o parlamento, a política, o país, talvez o mundo se não girar ao contrário.

Destes cozinhados e da mediatização à Berlusconi das rábulas, ameaças, epístolas e passeios do "chefe" travestido de 1º de Maio, se faz o receituário da almejada "privatização" do poder político, destruição do "Estado burocrático" e todo o poder ao "mercado", isto é, ao capital financeiro.

Tudo pelos mandamentos da "republicana" Heritage Foundation dos States e dos "Chicago boys" de Milton Friedman.

Mas em que são mais que muitas as cumplicidades do PS, que, em busca de sustentação e espaço de manobra para as suas desgraçadas políticas e no engodo míope e vão de manietar contestações, não hesita em mandar pagar a tremenda mediatização e promover a "imagem institucional" deste "projecto" do PP, de direita extrema.

E, mais cedo que tarde, veremos a "factura" destes negócios espúrios e o governo PS/Guterres "apunhalado pelas costas" pelo seu estimado PP.

Carlos Gonçalves

Nem Marrocos nos conhece!

O banco central marroquino, Al Maghrib, está a recusar o câmbio das novas notas portuguesas alegando desconhecimento da sua emissão e data de entrada em vigor. Mas não é apenas o banco emissor marroquino que desconhece a nova moeda portuguesa: vários outros balcões de câmbios do país e a banca privada estão a recusar a aceitação das novas notas portuguesas de 2.000 e 5.000 escudos.

Caso estranho este, tratando-se de um país que mantém com o nosso relações comerciais directas e convénios económicos firmados entre governos, e mais estranho ainda considerando a qualidade portuguesa de

membro da Comunidade Europeia, com quem Marrocos mantém relações económicas e financeiras muito mais profundas que com Portugal. Caramba! Somos assim tão insignificantes para esta gente toda que nem dão pela alteração da nossa moeda?!... A não ser que, por cá, alguém se tenha esquecido de avisar a comunidade internacional desse pequeno pormenor (aliás, empurrado por Bruxelas) de passarmos a usar moeda nova...

As dívidas da Parmalat

Os produtores de leite da freguesia de Serra d'El Rei, no concelho de Peniche, queixam-se de graves dificuldades económicas provocadas pela falta de pagamento por parte

PONTOS CARDEAIS

da empresa multinacional Parmalat - que deve a produção recolhida nos últimos dois meses e meio - e da cooperativa Ribacal que deve, desde 1994, o leite recolhido em Maio e Junho desse ano. A dívida destas empresas aos pequenos produtores já ronda os 10 mil contos.

Aqui está, aberto a quem quiser ver, o «estilo» da multinacional leiteira Parmalat: primeiro monopoliza a produção leiteira nacional, destruindo as empresas locais, depois só paga quando lhe apetece. Estamos em pleno paraíso da «livre iniciativa».

O esbofeteado

O ex-presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachov, foi de novo esbofeteado por um eleitor, desta vez em Volgograd (antiga Estalinegrado), quando ali se deslocou em campanha eleitoral, como candidato à presidência da Rússia. Gorbachov estava compenetradamente junto ao monumento em honra dos heróis de Estalinegrado, exactamente no dia em que a cidade festejava a vitória sobre os nazis, quando uma jovem se aproximou, espalmado-lhe a mão na cara. E, pelo menos, a segunda vez que Gorbachov

vê assim expresso o «apoio eleitoral» do seu povo nesta campanha. Em finais de Abril passado, levou também um estalo de um jovem durante uma reunião eleitoral em Omsk, na Sibéria, facto que Gorbachov considerou, nem mais nem menos, como «uma tentativa de atentado». Afinal de contas, um raciocínio lógico para um golpista com amplas provas dadas.

«Falcões» às cabeçadas

Esta semana, dois helicópteros da marinha americana colidiram em pleno voo quando participavam em manobras militares conjuntas com a Grã-Bretanha, na Carolina do Norte, EUA. O acidente, de que resultaram 16 mortos, ocorreu numa zona

florestal perto da base do Camp Lejeune Marine Corps, onde decorrem estas manobras militares, classificadas como as de maior envergadura desde a II Guerra Mundial. Este ano, os fuzileiros norte-americanos já sofreram nove acidentes aéreos, nos quais perderam seis aviões e cinco pilotos. Se caem e morrem assim apenas em manobras entre amigos, seria bom que reflectissem nas consequências de envolvimento em conflitos armados directos com os chamados «inimigos»...

A «democracia» dos hipermercados

Vários sindicalistas foram agredidos no Carrefour de Lisboa, no Continente do Seixal e no Jumbo de Setúbal quando se encontravam a desenvolver uma acção promovida pela Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEPCES). Os sindicalistas foram impedidos pela segurança destes hipermercados de distribuírem panfletos sobre as condições salariais e as reivindicações dos trabalhadores. A estratégia dos hipermercados clarifica-se: por um lado, querem «flexibilização» para fazerem dos trabalhadores pau para toda a obra, e para isso não hesitam em discursos muito «sociais» garantindo que tais reivindicações são «em prol do emprego»; por outro, atentam contra os direitos fundamentais dos trabalhadores tão brutalmente que até já mandam agredir sindicalistas.

O teórico

Emídio Rangel, que se habituou a resolver os problemas à força de berbequim, considera-se tão perfurante que já teoriza sobre Comunicação Social. E disse ao Record, no seu conhecido tom de lavoura-sentenças: «A um órgão de comunicação não é possível, nunca foi possível, nunca será possível sobreviver sem ter uma permanente percepção daquilo que os públicos querem, daquilo que os públicos gostam, mais, daquilo que os públicos são». Gostávamos de saber onde foi Emídio Rangel buscar a «percepção» que lhe indicou que os públicos gostavam e queriam a enxurrada de obscenidades e atentados à inteligência com que tem entulhado a televisão portuguesa - enxurrada tão infecta que já não há pituitária que não tenha dado por isso. Quanto a achar que os públicos são aquilo que a SIC lhe impinge, Rangel deve estar ao espelho e a ter a percepção que aquilo que vê é tudo público...

PONTOS NATURAIS

Três breves momentos

Deserto à beira-mar

Assim me Deus salve em como não exagero. Foi pela reportagem publicada no «Avante!» que tive conhecimento da festa de homenagem a Carlos Paredes. São capazes os americanos de ter razão: o que não acontece na TV, não acontece. Animal de televisão em sou. A televisão ignorou completamente o acontecimento. E, no entanto, talvez houvesse ali material para um excelente serão de música. Com nomes bons. Com gente grande. A TV ignorou. Nem vai haver o tal serão. Em contrapartida, haverá **Ousadias, Ligações Perigosas** e muitas outras perigosas ligações. Quem avaliasse o nosso país pelo que dele se vê na televisão, haveria de pensar que Portugal não passa de um deserto com vista para o mar.

Maria das Grandes Asas

Maria Judite de Carvalho, o olhar atento para a vida que pasa a galope. A escrita contida de quem sobe ao cimo da montanha e daí trouxe a pureza dos horizontes distantes. A palavra à descoberta de si própria, a palavra na festa de ser palavra. Entrega do prémio da Crítica. Desta vez, Maria Judite vai recebê-lo em pessoa. O caso, de tão insólito, mereceria a atenção dos *media* e dos representantes oficiais da cultura. Alguns jornais, apontamentos breves. De televisão, nicles. Tonta, que assim desperdiça o acontecimento raro de ver em directo um nome grande da literatura portuguesa! Ministro da Cultura? Nem recado nem mandado. O Presidente da

República também brilhou pela ausência. Como é que se perde assim uma tão rara oportunidade de educar um país para o seu futuro? Como é que a política se demite de ser Política?

As azeitonas dos Navarros

- No tempo do teu pai, as pessoas habituaram-se a contar com os Navarros... Foi na «Roseira Brava». Estas palavras dizia-as a tia ao sobrinho Raul, o Raul Navarro, mau como as cobras. Ao que por ali se diz, herdeiro de latifundiários e respectivos latifúndios, o pai do Raul, que a tia tanto gaba, foi autor de várias indecências, como por exemplo, desflorar servas e impedir que seu filho, o dito Raul, reconhecesse a paternidade de Anabela.

Realmente, os latifundiários eram os grandes «benfeitores» da população alentejana. Entregavam-na às mãos da GNR, perseguiam-na com ferros e fomes, semeavam a repressão e o terror. Quem for ao museu de Serpa encontra lá uma garrafão que fornecia de azeitonas os ganhões a refeição maior: cada um deles comia tantas azeitonas quantas pudesse tirar do garrafão de uma só vez, com os dedos. Mandavam cavalos contra quem andasse à bolota caída no montado... Desculpem não acrescentar mais razões para se querer bem aos Navarros, pois eu nem sei de nojo como as diga. «Os autores da **Roseira** não devem saber do que falam», pensei eu como último recurso para lhes perdoar.

Mário Castrim





Regiões Administrativas para Portugal DEBATES COM O PCP

Debate em Faro

Sexta-feira, 17, às 21h30, no CT do PCP

Com Luís Sá, membro da Com. Pol. do CC do PCP, e Joaquim Vairinho, Manuel Marreiros e Horácio Cavaco, presidentes das CM de Loulé e Aljezur e da Região de Turismo do Algarve, respectivamente.

Debate em Vila Real

Sexta-feira, 17, às 21h30, no Centro Cultural

Com Agostinho Lopes, da Com. Pol. do CC do PCP

Debate em Chaves

Sábado, 18, às 21h30, no CT do PCP

Com Agostinho Lopes, da Com. Pol. do CC do PCP, e Jim César, director do «Semanário Transmontano»

Sessão pública no Porto

Quarta-feira, 22, às 22, na Casa D. Hugo (R. D. Hugo, 5)

Com Luís Sá, que faz a apresentação das propostas do PCP

PORTO

Sexta-feira, 17 - 21h30 - Casa de Cultura de Paranhos

Debate público:

O QUE SIGNIFICA SER DE ESQUERDA HOJE?

Com João Arsénio Nunes, Manuel António Pina, António Macedo Varela

RECAREÍ / Paredes

3ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DE FREGUESIA DE RECAREÍ

Domingo, 19, às 10h, na Junta de Freguesia

Com a participação de Serafim Brás

COIMBRA

Sexta-feira, 17 - 21h30 - Casa Municipal de Cultura

Debate público:

OS INTELLECTUAIS NA SOCIEDADE PORTUGUESA

Com António Pedro Pita, Carlos Fraião, Aurélio Santos, João André e Manuela Cruzeiro

LISBOA

Zona Centro - Reunião de quadros do sector de Bairro Alto e Avenida (Sacramento, Encarnação, Mercês, S. José, C. Jesus e Pena): sexta-feira, 17, das 20h30 às 23h, no CT Vitória, com António Abreu.

ALMADA

Sábado, 18 - 10h - CT Concelhio

Debate:

OS COMUNISTAS E A SITUAÇÃO SINDICAL DA BANCA

Com Henrique de Sousa

No final: almoço-convívio

Assembleias preparatórias da VII Assembleia da Org. Concelhia de Almada:

Quinta, 16, no CT: Assembleias da célula da Transtejo (19h) e da SIP Concelhia (21h30);

Sexta, 17, no CT, às 21h30: células da Saúde e T.S.T.; no CT do Laranjeiro, às 21h30: do Organismo de Freguesia.

Sábado, 18, no CT, às 17h: Comissão de Centro Concelhio.

Domingo, 19, Quinta de S. Pedro, 15h: Org. Freguesia da Sobreda; no CT da Costa: Assembleia Plenária da Org. da Freg. de Costa da Caparica.

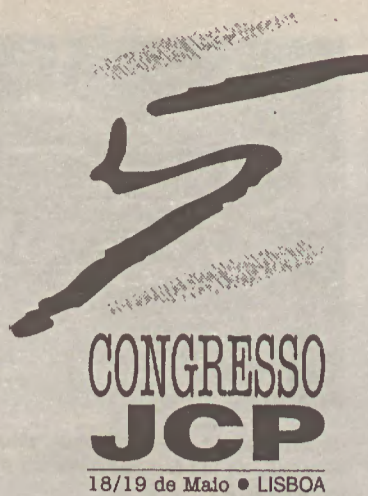
CASCAIS

1ª Jornada de Trabalho e Convívio da Org. Concelhia

na QUINTA DA ATALAIA - FESTA DO AVANTE 96

(passagem da camioneta: 7h45 Cascais, 7h55 Alcabideche, 8h Manique, 8h10 Alto de Tires, 8h15 Rana, 8h20 Parede, 8h30 Sassoeiros)

AGENDA



Lisboa - Pavilhão Carlos Lopes

No Congresso estará presente o Secretário-geral do PCP CARLOS CARVALHAS, que intervirá na sessão de encerramento (domingo, cerca das 17h)

Informações úteis aos Delegados

O acesso ao Pavilhão Carlos Lopes pode fazer-se facilmente por metropolitano - estação Parque. Todos os delegados devem preencher a sua ficha de participação durante a manhã de sábado e entregá-la aos camaradas de apoio ao Congresso. Na mesa de apoio, que se situa perto da tribuna, os delegados têm ao seu dispor fichas adicionais de pedido de uso de palavra e de alteração de documentos.

Refeições

O refeitório funciona na tenda anexa ao Pavilhão onde decorrem os trabalhos. As senhas para as refeições (em número limitado) são vendidas durante as sessões pelos camaradas da mesa de apoio. Preço da refeição - 500 escudos. Inclui: prato, pão, fruta e uma bebida. O refeitório estará em funcionamento até 15 minutos antes do reinício dos trabalhos, nos almoços de sábado e domingo. No jantar de sábado, funciona até às 21 horas.

Bar de apoio

O bar (do Pavilhão) funciona nos intervalos dos trabalhos.

Alojamentos

Os delegados que, na sua organização, fizeram o pedido de alojamento em casas particulares, devem dirigir-se à mesa de apoio, onde lhes serão dadas todas as informações necessárias sobre alojamento e transportes. Todos os delegados que ficam em alojamento colectivo, ficarão instalados na "Voz do Operário", Rua Voz do Operário, nº13, na Graça (Eléctrico - 28). Qualquer esclarecimento pode ser obtido na mesa de apoio.

Telefones

Os delegados têm à sua disposição, no átrio do Pavilhão, cabinas telefónicas de moedas e cartão. Os cartões para os telefones são vendidos na banca da JCP.

Animação de sábado à noite

Para a noite de sábado foram organizadas duas iniciativas, em simultâneo. Na "Voz do Operário", irá decorrer, a partir das 21h30, a fase final do Torneio de Futebol. No Cinema Tivoli (Av. da Liberdade), também pelas 21h30, será projectado o filme de José Fonseca e Costa, "Cinco dias, cinco noites". Os delegados, que o desejem, podem acabar a noite (a partir das 00h30) na Discoteca Rookie - Travessa do Poço da Cidade nº40 (Bairro Alto). Os bilhetes que se encontram nas pastas dão acesso à sessão de cinema.

CARLOS CARVALHAS DE VISITA À REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES DE 21 A 24 DE MAIO

Na visita que efectuará na próxima semana à Região Autónoma dos Açores, o Secretário-geral do PCP cumprirá o seguinte programa:

Dia 21 - 3ª feira - Ilha Terceira - Ao fim da manhã e princípio da tarde visitará as Câmaras Municipais da Praia de Victória (12h00) e Angra do Heroísmo (14h30). Às 16h30 o Sec.-geral do PCP encontra-se com o Ministro da República no Solar da Madre de Deus em Angra do Heroísmo. Às 19h30, participa num jantar-debate sobre «Desenvolvimento Económico e relações de Trabalho», integrado na iniciativa «Em diálogo com os Açorianos», no Restaurante Ladeira, em Angra do Heroísmo.

Dia 22 - 4ª feira - Ilha do Faial - De manhã, o Sec.-geral do PCP estará na Câmara Municipal da Horta (11h30). Durante a tarde visitará a Assembleia Legislativa Regional e a representação parlamentar do PCP. Às 14h45, encontra-se com o Presidente da Assembleia Legislativa Regional e às 15h30 é recebido pelo Presidente do Governo Regional (ambos os encontros têm lugar no edifício da Assembleia Legislativa Regional). O Sec.-geral do PCP encontra-se ainda com a Câmara do Comércio e Indústria da Horta (17h30) e a União de Sindicatos da Horta. Às 19h00, participa no jantar de activistas da CDU no Restaurante «O Capote».

Às 21h00, intervém no debate sobre «Problemas do Desenvolvimento», integrado na iniciativa «Em diálogo com os Açorianos», na Estalagem de Stº Cruz.

Dia 23 - 5ª feira - Ilha do Pico - Durante a manhã, visita a Câmara Municipal da Madalena (9h15), o Lar de Idosos da Madalena (10h30), a Fábrica da COFACO (11h15) e o Museu da Baleia, nas Lages (12h30). Durante a tarde, visita as câmaras municipais das Lages (14h00), de S. Roque (16h45) e o Museu Industrial da Baleia (17h30). Às 21h00 participa numa sessão-convívio, seguida de sessão de fados, na Casa do Povo da Criação Velha.

Dia 24 - 6ª feira - Ilha de S. Miguel - Durante a tarde, o Sec.-geral do PCP visita a Câmara Municipal de Ponta Delgada e a Escola Preparatória dos Arrifes e encontra-se com a CGTP-INAçores e a União de Sindicatos de S. Miguel. Às 21h00, participa num Plenário da CDU da Ilha de S. Miguel, no Auditório da Pousada da Juventude de Ponta Delgada.

Homenagem

a

Catarina Eufémia

Baleizão

Domingo, 19 de Maio

Romagem, às 15h30

Comício com Jerónimo de

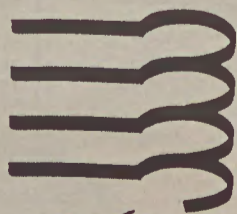
Sousa, às 16h

Ciclo de conversas com quem fez e faz a história do PCP

Março/Maio 1996

ESPAÇO CULTURAL VITÓRIA

Av. da Liberdade - LISBOA



VITÓRIA
ESPAÇO CULTURAL

**17
MAIO
6.ª FEIRA
21.30 H**

A Reforma Agrária: horizonte de luta, processo e projecto

A tradição de luta do proletariado agrícola. A luta pelas 8 horas. O Partido e as massas em movimento no processo da Reforma Agrária. O presente e o futuro. O Alentejo na Literatura Portuguesa contemporânea.
Raimundo Cabral / Abílio Fernandes / António Gervásio / José Soeiro / Urbano Tavares Rodrigues
Moderador: Isabel Garcez

TELEVISÃO

Quinta, 16

RTP 1

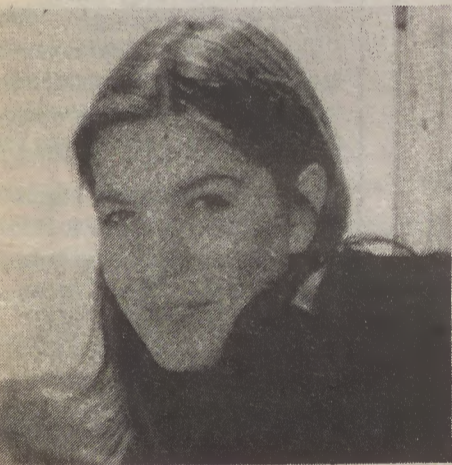
09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.45 Rosto de Mulher
10.45 Praça da Alegria
12.25 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
13.55 Clássicos da RTP - Sabadabadú
14.50 Uma Promessa de Amor
15.30 Malha de Intrigas
16.20 Infantil / Juvenil
17.20 Vizinhos
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.45 Roseira Brava
21.50 Herman Total
22.45 Maria Elisa
23.55 24 Horas
00.30 RTP/Financial Times
00.40 Monty Python - Os Malucos do Circo

RTP 2

17.05 Notícias
17.10 Rua Sésamo
17.40 Um, Dó, Lí, Tá
18.40 Caderno Diário
19.00 Magazine «Ver Artes»
19.20 Remate
19.40 TV Nostalgia: «Colditz»
20.35 A Última Fronteira
21.05 Alma Russa
22.05 Acontece
22.20 RTP/Financial Times
22.30 Jornal 2
23.25 Acontece
23.10 O Arco do Triunfo (de Lewis Milestone, EUA-1948, com Charles Boyer, Ingrid Bergman, Charles Laughton. Ver Destaque)
01.15 Planeta Música

SIC

11.00 Dias Felizes
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imortais
15.00 Sonhar Acordado
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buéréré
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Os Trapalhões
21.15 Explode Coração
22.05 Marina, Dona Revista
23.05 Grande Reportagem
00.10 Último Jornal
00.25 Verdes Anos
01.25 Sonhar Acordado
01.55 Vibrações



O Festival Eurovisão da Canção com a jovem portuguesa Lúcia Moniz

TVI

10.10 Clube da Manhã
10.55 Jornal do Mundo
11.25 Portugal Português
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 Á Fúria do Destino
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Jovens Universitários
18.35 MacGyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Rio Selvagem
21.45 Fora de Jogo
22.00 Malcom X (1ª parte) (de Spike Lee, EUA-1992, com Denzel Washington. Ver Destaque)
23.50 TVI Jornal
01.00 Rua Jump, 21

Sexta, 17

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.35 Rosto de Mulher
10.30 Praça da Alegria
12.25 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
13.55 Clássicos da RTP - «Os Andrades»
14.30 Uma Promessa de Amor
15.15 Malha de Intrigas
16.20 Infantil / Juvenil
17.20 Vizinhos
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.45 Roseira Brava
21.50 A Mulher do Sr. Ministro
22.30 Rapto em Teerão (de Brian Gilbert, EUA-1990, com Sally Field, Alfredo Molina. Drama)
00.25 24 Horas
01.00 RTP/Financial Times
00.10 Monty Python - Os Malucos do Circo
01.40 Os Loucos Invasores do Espaço (de Stanley Sheff, EUA-1989, com Tony Curtis. Comédia)

RTP 2

17.00 Notícias
17.10 Rua Sésamo
17.40 Um, Dó, Lí, Tá
18.40 Caderno Diário
18.50 Máquinas
19.15 Notícias
19.40 TV Nostalgia - «5ª Dimensão»
20.45 A Par e Passo
21.20 Dançar na Rua - História do Rock'n'Roll
22.00 Acontece
22.15 RTP/Financial Times
22.30 Jornal 2
23.10 Ressurreição (de Rouben Mamoulian, EUA-1934, com Anna Sten, Fredric March. Ver Destaque)
00.40 Planeta Música

SIC

10.30 Verdes Anos
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Imortais
15.00 Sonhar Acordado
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buéréré
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Os Malucos do Riso



O Festival Eurovisão da Canção com a jovem portuguesa Lúcia Moniz

21.15 Explode Coração
22.05 Pensão Estrela
22.55 A Noite da Má Língua
00.15 Os Donos da Bola
01.55 Último Jornal
02.30 Playboy
03.30 Vibrações

TVI

10.10 Clube da Manhã
11.00 Sinais e Leis
11.30 Luzes da Ribalta
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 Á Fúria do Destino
16.30 Encontro
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Jovens Universitários
18.35 MacGyver
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 Rio Selvagem
21.45 Fora de Jogo
22.00 Malcom X (2ª parte) (de Spike Lee, EUA-1992. Ver Destaque)
23.55 Grande Plano
00.40 TVI Jornal
01.20 Rua Jump, 21



«Sensibilidade e Bom Senso», uma série britânica adaptada de um famoso romance de Jane Austen, a terça na RTP1

Sábado, 18

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
10.30 Clube Disney
11.30 Cybermaster
12.00 Fórmula Um - GP de Mônaco
13.00 Jornal da Tarde
13.20 Top +
14.25 86-60-86
15.05 Beverly Hills 90210
16.00 Sporting-Benfica (Final da Taça de Portugal)
18.30 Clube dos Totalistas
19.30 Telejornal
20.00 41º Festival Eurovisão da Canção
23.00 Parábens
00.35 24 Horas
01.55 Alto Mar em Chamas (Gr.Br.Malta-1993. «Thriller»)-
03.25 A Noite Gótica (EUA-1987. Suspense)-
05.00 Um Assassino entre Amigos (EUA. Melodrama)-
06.35 A Escalada do K2 (EUA-1991. Aventuras)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Forum Musical
13.00 Parlamento
14.00 Euronews
15.00 Taça de Portugal (Antevisão)
15.45 A Família Robinson (de Ken Annakin, Gr.Br.-1960. Ver Destaque)
17.50 Para Além do Ano 2000
18.30 Jogo Falado
19.05 7º Oeste
19.40 A Verdadeira História dos Homens e das Mulheres (de R. von Ackeren, Alem.-1992. Comédia)
21.10 Semana ao Sábado
22.00 Notícias 2
22.05 Um Homem em Casa
22.35 Figuras de Estilo
23.35 Teatro: «A Metamorfose»

SIC

09.00 Buéréré
11.30 Portugal Radical
12.00 O Mundo dos Animais
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Tostões e Milhões
14.00 Malhação
15.00 Justiça Negra
16.00 Danielle Steel - E Tudo Acabou
18.00 O Juiz Decide
19.00 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
21.45 Big Show Sic
00.30 Último Jornal
00.45 O Laço da Meia-Noite (de David Miller, EUA-1960, com Doris Day, Rex Harrison. Ver Destaque)

TVI

09.40 Animação
12.00 Quem Sai aos Seus...
12.30 Novos ventos
13.00 Jornal da Uma
13.25 Contra-Ataque
15.00 Tênis
17.25 Dos Fracos Não Reza a História (de Joshua Logan, EUA-1964, com Robert Walker, Burl Ives. Guerra/Comédia)
19.30 Campeonato Espanhol de Futebol
21.20 Telejornal
22.00 Duelo no Rio do Diabo (de Frank McDonald, EUA-1963, com Audie Murphy. «Western»)
23.50 Últimas Notícias
00.10 O Navio (de Frederico Fellini, It.-1983. Ver Destaque)

Domingo, 19

RTP 1

08.00 Sempre a Abrir
11.15 NBA
12.00 Sem Limites
12.30 Jornal da Tarde
13.10 Fórmula 1 - GP de Mônaco
15.30 Made in Portugal
16.35 Alta Voltagem
17.05 100% Natural
18.00 Marco Paulo com Música no Coração
19.10 Casa Cheia
20.00 Telejornal
20.35 Domingo em Cheio
23.00 Domingo Desportivo
00.30 24 Horas
00.50 Euro 96
01.25 Terrorista Democrático (de Per Berglund, Suéc./Alem.-1992. Espionagem)

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.30 O Homem e a Cidade
12.00 Rampa da Falperra
13.00 Euronews
14.00 O Inimigo do Espaço (de Val Guest, Gr.Br.-1957, com Brian Donlevy. Ver Destaque)
15.25 NBA
16.25 Europeus de Ginástica
16.30 Jornada Desportiva
19.30 Bombordo
20.00 Aqui d' El Rei (2ª Parte) (de António Pedro Vasconcelos, Port. Ver Destaque)
22.00 Artes e Letras - «Artaud, Le Momo» (Parte I)
23.10 O Filme da Minha Vida
01.00 Planeta Música - «Gulda: sobretudo Mozart»

SIC

09.00 Buéréré
12.00 Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Internacional Sic
14.00 Malhação
14.55 Rebeldes
15.55 O Guarda-Costas
16.55 Walker, o Ranger do Texas
18.00 Caminho de Fogo (de J. Lee Thompson, EUA-1986, com Chuck Norris. Acção)
19.25 Clube Vip
20.00 Jornal da Noite
20.45 História de Amor
21.35 Sim ou Não
22.35 The Doors - O Mito de uma Geração (de Oliver Stone, EUA-1991, com Val Kilmer, Meg Ryan. Ver Destaque)
02.05 Último Jornal

TVI

09.40 Clube da Manhã
12.00 Missa
13.30 Tênis
15.40 Jornal do País
16.10 Portugal Português
17.30 Christy
18.30 Caída do Céu
19.30 Telejornal
20.20 Menina Prodígio
20.50 O Pai da Chefe
21.10 O Raio Azul
22.00 Os Sobreviventes (de Michael Ritchie, EUA-1983, com Wlatter Mathau, Robin Williams. Ver Destaque)
00.15 Hunter

Segunda, 20

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.45 Rosto de Mulher
10.45 Praça da Alegria
12.25 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
14.45 Uma Promessa de Amor
15.15 Malha de Intrigas
16.10 Infantil / Juvenil
17.05 Vizinhos
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.45 Roseira Brava
21.30 Todos ao Palco
22.45 Nova Oportunidade
24.00 24 Horas
00.25 Os Malucos do Circo - Monty Pythons

RTP 2

17.05 Notícias
17.15 Rua Sésamo
17.45 Um, Dó, Lí, Tá
18.55 Os Mais Belos Contos da Europa
19.10 Universidade Aberta
19.55 TV Nostalgia - «A Jóia da Coroa»
20.40 Foyer
21.40 Dinheiro não Dorme
22.05 Acontece
22.30 Jornal 2
23.10 O Apache Branco (de Charles Marquis Warren, EUA-1953, com Charlton Heston, Jack Palance. «Western»)
00.50 Planeta Música - Árias da Ópera «Tosca», de Puccini

SIC

10.30 Jogar em Casa + O Papá É Major
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Os Donos da Bola
15.00 Sonhar Acordado
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buéréré
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.35 Ponto de Encontro
22.05 Assassinos Natos (de Oliver Stone, EUA-1994. Ver Destaque)
00.25 Último Jornal
00.40 Flash Back
01.40 Vibrações

TVI

10.10 Clube da Manhã
11.10 Novos Ventos
11.45 Rumores
12.15 Alf
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 Á Fúria do Destino
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Jovens Universitários
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
22.35 O Céu Como Horizonte
21.45 Fora de Jogo
22.00 Dúvida Fatal (de Brian Grant, EUA-1992. Drama)
23.55 TVI Jornal + Primeira Fila
01.00 Rua Jump, 21

Terça, 21

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.45 Rosto de Mulher
10.45 Praça da Alegria
12.25 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
14.45 Uma Promessa de Amor
15.15 Malha de Intrigas
16.10 Infantil / Juvenil
17.05 Vizinhos
17.45 Canal Aberto
19.00 Pedra sobre Pedra
20.00 Telejornal
20.45 Roseira Brava
21.50 Ligações Perigosas
22.50 Sensibilidade e Bom Senso
24.00 24 Horas
00.30 Os Malucos do Circo - Monty Pythons

RTP 2

17.05 Notícias
17.15 Rua Sésamo
17.45 Um, Dó, Lí, Tá
18.40 Rotações



Na História do Rock desta semana (sexta na RTP2), a contribuição da Folk e das suas grandes intérpretes, como Joan Baez e Judy Collins

19.20 Remate
19.40 TV Nostalgia - Os Vingadores
20.40 A Última Fronteira
21.40 Rumo à Lua
22.05 Acontece
22.30 Jornal 2
23.10 Ramrod (de Andre De Toth, EUA-1947, com Veronica Lake, Joel McCrea. «Western»)
01.10 Planeta Música - Jazz

SIC

10.30 Jogar em Casa + O Papá É Major
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Flash Back
15.00 Sonhar Acordado
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buéréré
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Explode Coração
21.35 Ai, os Homens!
23.15 Cross Fire
00.25 Último Jornal
00.40 Escrita em Dia
01.40 O Cérebro de Aço (de Joseph Sargent, EUA-1970. Ficção Científica)
03.00 Vibrações

TVI

10.10 Clube da Manhã
10.40 O 8º Dia
11.10 Momentos de Glória
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 Á Fúria do Destino
16.40 A Hora do Recreio
17.30 Informação
17.50 Jovens Universitários
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.50 O Céu Como Horizonte
21.45 Fora de Jogo
22.15 A Paixão de Amy Fisher (de Andy Tennant, EUA-1993. Telefilme / Drama)
23.55 TVI Jornal
00.35 Jornal de Negócios
01.10 Rua Jump, 21

Quarta, 22

RTP 1

09.00 Notícias
09.10 Rua Sésamo
09.45 Rosto de Mulher
10.40 Praça da Alegria
12.15 Cinzas
13.00 Jornal da Tarde
13.30 País Real
14.00 Clássicos da RTP
14.45 Uma Promessa de Amor
15.15 Malha de Intrigas
16.10 Infantil / Juvenil
17.05 Canal Aberto
18.10 Pedra sobre Pedra
19.35 Vamos Jogar Totobola
19.50 Futebol - Final da Liga dos Campeões
21.30 Telejornal
22.00 Roseira Brava
22.30 Boa Sorte, Seleção
22.15 Quem É o Quê?
24.00 24 Horas
00.30 Os Malucos do Circo - Monty Pythons

RTP 2

17.05 Notícias
17.15 Rua Sésamo



17.45 Um, Dó, Lí, Tá
18.45 Olho Clínico
19.25 Remate
19.40 TV Nostalgia - «Eu, Cláudio»
20.40 Lendas e Narrativas
21.15 Sinais do Tempo
22.05 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 «Four Faces West» (de Alfred E. Green, EUA-1948, com Joel McCrea, Frances Dee. «Western»)
00.40 Planeta Música

SIC

10.30 Jogar em Casa + O Papá É Major
11.40 As Receitas do Dia
12.10 A Guerra dos Sexos
13.00 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.00 Flash Back
15.00 Sonhar Acordado
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buéréré
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Escrita em Dia
15.00 Sonhar Acordado
15.30 Os Donos do Jogo
16.00 Buéréré
18.00 Notícias
18.15 Renascer
19.10 Quem É Você?
20.00 Jornal da Noite
20.45 Escrita em Dia
22.00 Ousadias
23.00 Casos de Polícia
00.20 Último Jornal
00.40 Toda a Verdade - As Amantes (II)
01.40 O Papá É Major
02.10 Vibrações

TVI

10.10 Clube da Manhã
10.30 Jornal de Negócios
11.00 O Turno da Noite
12.50 Dez Prá Uma
13.30 Jornal da Uma
14.20 Primeira Mão
14.35 Um Anjo na Terra
15.30 Á Fúria do Destino
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Informação
17.50 Jovens Universitários
18.35 Marés Vivas
19.30 Novo Jornal
20.30 Negócios em Dia
20.50 O Céu Como Horizonte
21.35 Fora de Jogo
22.00 Os Novos Intocáveis
23.50 TVI Jornal
00.35 Jornal do Mundo
01.00 Rua Jump, 21

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Malcolm X (Quinta e Sexta, 22.00, TVI)

Baseado na biografia do célebre líder negro - e tendo a sua estreia sido antecedida de uma das maiores controvérsias jamais desenroladas no mundo do espectáculo - este filme de Spike Lee transformou-se, sem dúvida, numa das mais conseguidas biografias levadas ao cinema até aos nossos dias e foi realizado num tom épico que adequadamente corresponde ao retratado e contribui para a reposição do seu verdadeiro papel na luta pelos direitos cívicos do povo afro-americano. A interpretação de Denzel Washington, sem jamais tentar tirar partido dos efeitos de representação, é brilhante e de grande fôlego dramático e compõe com grande sentido do pormenor e naturalidade a personagem de Malcolm X até ao seu assassinato em 1965, tornando mais explícitas as várias fases da sua trágica e polémica trajectória cívica, política e religiosa, desde os primeiros tempos de jovem igual a tantos outros até à derradeira etapa do grande dirigente e orador nas ruas, nas igrejas, nas universidades.

Arco do Triunfo (Quinta, 23.10, RTP2)

Situado durante a II Guerra Mundial e com argumento baseado no romance de Erich Maria Remarque, o filme conta-nos a trajectória de um célebre cirurgião que se refugia em Paris após ter sido duramente torturado pela Gestapo e se apaixona por uma bela mulher que o salva do suicídio, com o desenrolar dos dramas e desencontros que tornam dramática esta ligação. Um melodrama poderoso, excelentemente interpretado por Charles Boyer e Ingrid Bergman e realizado com grande eficácia por Lewis Milestone.

Ressureição (Sexta, 23.10, RTP2)

Esta versão datada de 1934 foi a terceira adaptação ao cinema de *Ressureição*, o célebre romance de Tolstói e segue-se a uma primeira versão ainda realizada na época do mudo, interpretada por Dolores Del Rio e Rod LaRocque, e a uma segunda datada já dos começos do sonoro, com Lupe Velez e John Boles - ambas consideradas bastante mediocres. Mas também esta não teve muito melhor sorte e, apesar de realizada por Robert Mamoulian e interpretada por Anna Sten e Fredric Marsh, o filme tão-pouco consegue ultrapassar uma confrangedora e como que inexplicável mediania.

A Família Robinson

(Sábado, 15.45, RTP2)

Filme de família por excelência, esta é uma das várias versões para o cinema e televisão do romance de Johann Wiss, em que a família Robinson é vítima de um naufrágio e encontra refúgio numa ilha onde tem de enfrentar perigosos piratas e acaba por estabelecer um verdadeiro paraíso. Filmado bem ao estilo dos estúdios Disney, este é um divertido entretenimento, embora a grandeza da «largura» do *Panavision* possa ser fortemente prejudicada quando convertida para o formato televisivo.

Navio

(Sábado, 00.10, TVI)

Segundo o seu realizador, o filme trata verdadeiramente de «uma viagem por mar a fim de cumprir um ritual que testemunha uma profunda nostalgia por algo que deixou de existir». Na realidade, assistimos ao embarque num navio de um numeroso grupo de passageiros - na maior parte, artistas e personalidades do mundo das artes e da cultura - que vai tomar parte numa estranha viagem durante a qual se pro-

cederá, em pleno oceano, à imersão das cinzas de uma célebre cantora de ópera, adorada em vida e idolatrada após a morte. Uma viagem nostálgica que se desenrola nas vésperas da I Guerra Mundial (de que se ouvem já as primeiras explosões) e cujo patético esplendor teatral, associado à grande música de Verdi, é admiravelmente dominado e posto em cena pelo cineasta sem dúvida mais capacitado para o fazer - Federico Fellini.

O Laço da Meia-Noite

(Sábado, 00.45, SIC)

O tom do argumento é simples: uma mulher recebe frequentes chamadas telefónicas em que é avisada de que está em perigo de vida. As referências recordam-nos que estamos perante um *suspense* por vezes algo forçado, fruto de um argumento que não brilha pela consistência. Mas o filme, entretanto, vê-se com «agrado», dado que os seus principais protagonistas (Doris Day, Rex Harrison, John Gavin e Myrna Loy) para tal contribuem com um bom par de interpretações. Mas não mais do que isso.

Inimigo do Espaço (Domingo, 14.00, RTP2)

Quatermass descobre, por puro acaso, uma misteriosa fábrica em plena província inglesa e, depois dos primeiros e estranhos acontecimentos à volta desta fábrica, acaba por ali encontrar uma «entidade viscosa» que se nutre do sangue humano para adquirir as suas formas... Trata-se do segundo episódio de uma trilogia subordinada ao título



Tommy Kirk, Kevin Corcoran, John Mills, Dorothy McGuire e James MacArthur, intérpretes principais de «A Família Robinson», um filme de Ken Annakin

genérico *Quatermass* realizada pelos Estúdios da Hammer para a televisão britânica (o primeiro intitulava-se *O Monstro* e o terceiro que se lhe seguiria viria a intitular-se *Os Monstros do Espaço*) e que se revelou um dos mais interessantes exemplos da ficção científica cinematográfica em meados dos anos 50.

Aqui D'El Rei (Domingo, 20.00, RTP2)

É hoje transmitida a segunda parte da série televisiva que, sob o mesmo título, António Pedro Vasconcelos realizou a partir do seu



Delroy Lindo e Denzel Washington, numa cena de «Malcolm X», um filme de Spike Lee

filme homónimo. A acção desenrola-se em finais do sec. XIX em Portugal, quando *Gungunhana* foi capturado e transportado para Lisboa, onde o regime monárquico estava cada vez mais isolado e o eclodir da revolução republicana se avizinhava. À volta deste episódio da História, o realizador encena a história da paixão de um jovem tenente pela mulher de um ministro do rei, um caso que abalou a sociedade da capital nessa época.

Os Sobreviventes

(Domingo, 22.00, TVI)

A história deste filme gira à volta de dois homens cujos destinos se cruzam quando ambos se encontram num restaurante tentando abafar as suas mágoas respectivas: um deles tinha visto o seu negócio ir por água abaixo após a bomba de gasolina de que era proprietário ter sido destruída por um incêndio provocado por um cigarro; o outro, próspero executivo de uma firma de material dentário, acabara de ser despedido. Ao convergirem na tentativa de impedir o assalto ao restaurante onde se encontravam, ambos ficam sob a ameaça de ser liquidados. O filme de Michael Ritchie - uma mescla de *comédia negra* e de *sátira social* - acompanha os dois «heróis» nas suas estratégias para recuperar da ameaça que sobre eles impende.

The Doors - O Mito de Uma Geração

(Domingo, 22.35, SIC)

Reconstituição, encenada por Oliver Stone em forma de documentário ficcionado, da carreira de Jim Morrison e seus companheiros, membros dos *Doors*, um dos mais emblemáticos grupos de rock dos anos 60.

Pijama para Dois

(Domingo, 01.25, SIC)

Sem dúvida, um grande êxito dos anos 50. Uma comédia divertida em que Doris Day e Rock Hudson estão «na maior» na pele de dois executivos publicitários que esta história surpreende por entre as entrelinhas do assédio sexual... Tony Randall também ajuda!

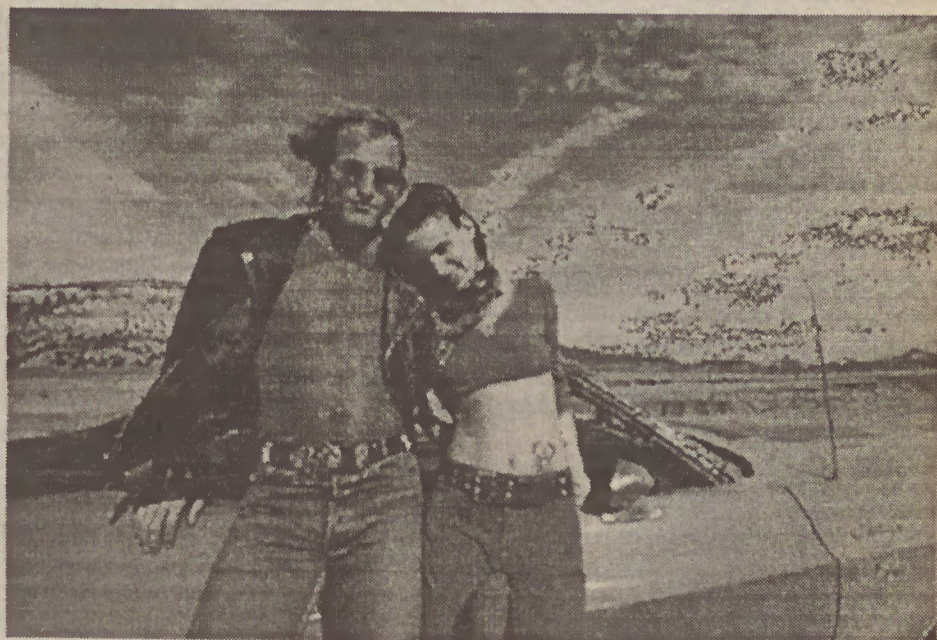
Assassinos Natos

(Segunda, 22.05, SIC)

As referências recordam-nos as polémicas que rodearam este filme de Oliver Stone, agora pela primeira vez exibido na televisão portuguesa, que se debruça sobre a trajectória de um casal de jovens delinquentes que espalha o terror à sua volta numa série de crimes rodeados da maior crueldade. O filme foi objecto das críticas mais ferozes e radicais por, segundo alguns, apenas se comprazer em dar a ver a mais hedionda das violências, como se de um *reality show* se tratasse. A confirmar ou não a razão destas reservas.



Robin Williams e Walter Mathau, numa cena de «Os Sobreviventes», de Michael Ritchie



Woody Hareslson e Juliette Lewis, o casal delinvente de «Assassinos Natos», uma estreia de Oliver Stone na TV portuguesa

ESCAPARATE

MUSICA

Giuseppe Verdi
(1813/1910)

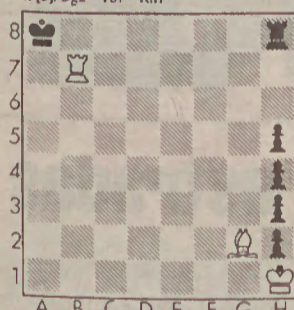
Uma obra-prima de Verdi

É já no próximo Sábado, 18, pelas 21.30 horas, que se realizará no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, um concerto aguardado com enorme expectativa e em que será executada uma das obras maiores do compositor italiano Giuseppe Verdi. Referimo-nos à *Missa de Requiem* que estará a cargo de um elenco de primeiríssima água: Mara Zampieri (soprano), Elena Obraztsova (meio-soprano), Vincenzo Bello (tenor) e Carsten Stabell (baixo). O Coro do Teatro Nacional de S. Carlos, cujo maestro titular é João Paulo Santos, e a Orquestra Sinfónica Portuguesa serão dirigidos pelo maestro Álvaro Cassuto.

Encontros da Primavera

A Associação Cultural e Recreativa «Convívio» promove, até dia 1 de Junho, em Guimarães, vários concertos incluídos nos VII Encontros da Primavera. O pianista Miguel Borges Coelho dará um concerto amanhã no Paço dos Duques de Bragança e a Orquestra Artave actua segunda-feira no Auditório da Universidade do Minho. O Quarteto Suggia vai apresentar-se, a 23 de Maio, no Paço dos Duques de Bragança, e a Orquestra do Norte com o Coro da «Convívio» actua, a 30, na Igreja de São Francisco.

XADREZ

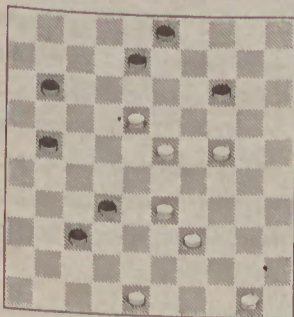
DLX - 16 DE MAIO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996X021
Por: W von HOLZHAUSEN
Sdeutsche Schachblätter, 1935Pr.: [6]: Ps. h2, h3, h4, h5 - Th8 - Ra8
Br.: [3]: Bg2 - Tb7 - Rh1

Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLX
Nº 1996X021 [W. von H.]: 1. Bd5!, Tc8; 2. R:h2, Tc2+; 3. R:h3, Tc3+; 4. R:h4, Tc4+; 5. Rg5, Td4; 6. Bh1, Tg4+; 7. Rf5, Th4; 8. Bf3, Th3; 9. Bd5, Td3; 10. Bc4 e.g.

A. de M. M.

DAMAS

DLX - 16 DE MAIO DE 1996
PROPOSIÇÃO Nº 1996D021
Por: S. JAS - NL, 1938Pr.: [7]: 3-8-11-14-21-32-37
Br.: [7]: 18-23-24-33-39-48-50

Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº DLX
Nº 1996D021 [S. J.]: 1. 48-42!, (37x48=D); 2. 18-13!, (48x28); 3. 13-2=D+

A. de M. M.



Um Mal melhor

Prosseguindo com a reposição de alguns dos mais famosos filmes da História do Cinema, o Cine Ávila, em Lisboa, volta a estrear *A Sede do Mal*, um magnífico filme de Orson Welles - esperando-se que se trate da cópia da autêntica versão, tal como foi montada pelo próprio Welles. Parecendo à superfície um filme policial de série B, é o talento do grande cineasta que o transforma numa obra-prima do género. Encomendado por Charlton Heston num fase em que Welles se encontrava há uma década (!) sem trabalho, o filme debruça-se sobre uma intrigante história de crime passada na fronteira entre os EUA e o México, com um polícia da

brigada de narcóticos (Charlton Heston) e um polícia corrupto (Orson Welles) a tentarem descobrir o verdadeiro culpado. Sem esquecer a súbita reviravolta no final do filme, a chamada de atenção vai para o fabuloso e interminável plano-sequência inicial - a mais brilhante explicação em celulóide do lugar onde de uma acção - e ainda para o intenso barroco dos cenários, a laboriosa movimentação da câmara e o excepcional naipe de actores e actrizes, de que se destacam, em papéis mais ou menos importantes, nomes como os do próprio Welles (numa espantosa caracterização), Marlene Dietrich, Joseph Cotten ou Akim Tamiroff.

EXPOSIÇÕES

Gravura e Pintura no Porto

A Cooperativa Árvore expõe, no Porto, quadros de Jochen Maria Bustorff e gravuras de David de Almeida. A exposição de gravura está integrada numa série de exposições a realizar por todo o país durante a 5ª Bienal de Gravura da Amadora. A exposição de pintura foi denominada *Paris, África* pelo seu autor, que elaborou com a participação de camponeses do Alentejo um grande quadro documental: catorze metros quadrados sobre cenas do seu quotidiano.

DEBATES

Poesia em Lisboa

Organizado pela Casa Fernando Pessoa e pelo Pen Club Português, com a colaboração do Instituto Franco-Português, realiza-se a partir de terça-feira, 22, até 25 de Maio, um Encontro Internacional de Poesia em Lisboa. Este encontro reúne poetas de doze países (Áustria, Bélgica, Cabo Verde, Espanha, Finlândia e Suécia, entre outros) e, ainda, poetas portugueses de várias gerações. Seamus Heany, Prémio Nobel da Literatura de 1995, será um dos convidados de honra deste encontro.



TEATRO

Uma opereta em Almada

Com Angélica Neto (soprano), Vítor Paiva (tenor) e João Miranda (baixo), e ainda a direcção musical de João Pedro Santos com a colaboração do pianista Fernando Fontes, volta de novo à cena no Teatro de Almada a opereta *Bastien e Bastienne*, escrita por Wolfgang Amadeus Mozart apenas com doze anos de idade. Produzida pela Companhia de Teatro de Almada, esta opereta é um dos primeiros exemplos da arte genial de Mozart, não já no campo da ópera mas ainda no domínio do *singspiel* - um género teatral em geral caracterizado pela comicidade do argumento e pela inclusão de canções populares ou inspiradas na música popular. A tradução do libreto foi realizada pela escritora Yvette K. Centeno.

Mês do teatro em Borba

A Câmara Municipal de Borba promove este ano, pela primeira vez, uma iniciativa designada *Maio, Mês do Teatro* que inclui a apresentação de espectáculos nas várias localidades do concelho. Até ao final deste mês, a população pode apreciar textos e peças de vários autores, designadamente de Gil Vicente e de Bernardo Santareno. Durante a *Feira do Livro Infantil*, a realizar até 2 de Junho na Oficina da Criança, os mais pequenos poderão assistir a espectáculos apresentados pelo Grupo de Teatro PIM.

DISCOS

Simpatias

«Desafinados» pelo Grupo TetVocal (João Rodrigues, Carlos Pedro Santos, Paulo Lourenço e Pedro Gonçalves). Edição: 1996. EMI-VC.

É simpática esta ideia de cantar temas imortalizados por António Carlos Jobim. Simpático é seleccionar 17 temas, que não esquecem imortais canções como *Samba de Uma Nota Só*, *Garota de Ipanema*, *Águas de Março*, *Desafinado* ou *Piano na Mangueira*. Reabilitar aos ouvidos portugueses alguma da melhor música brasileira - cujo lado mediocre hoje impera no mercado português - é, igualmente, simpático. Somar às quatro vezes do TetVocal as de Jorge Palma ou Paulo de Carvalho e pedir a participação de músicos como Bernardo Sasseti ou Edgar Caramelo é outra simpatia. Os arranjos vocais são muito simpáticos.

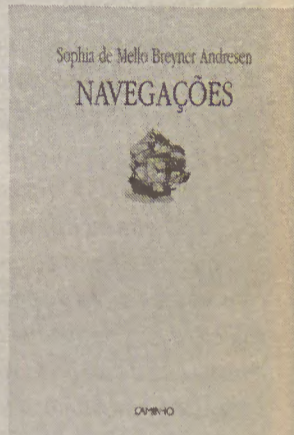
LIVROS

Navegações

Belo livro, este, em 2ª edição, da Editorial Caminho. Prémio do Centro Português da Associação Portuguesa de Críticos Literários, de 1983, *Navegações*, de Sophia de Mello Breyner Andresen, traz de novo ao leitor estes poemas escritos entre 1977 e 1982, acompanhados do texto do discurso proferido pela autora na entrega do Prémio. Um livro, diríamos, de poesia visual, a começar em Lisboa que se desvenda ao atravessar do rio e a fazer uma viagem visionária a lugares onde outros portugueses navegaram e também viram.

Da Nascente à Voz

Toda a gente parece ter opinião formada sobre o fenómeno social da leitura (sobretudo quando se fala de que se lê pouco ou de já não se ler ou do milagre que acontece quando



alguém, de repente, adquire o gosto pela leitura). Nada melhor, portanto, do que comparar a opinião empírica com a dos profissionais que se ocupam do fenómeno. José António Gomes, professor na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na «sua actividade crítica, tem privilegiado a abordagem de livros para crianças e jovens». Os textos que compõem a presente obra, editada pela Caminho, com o subtítulo de *Contributos para Uma Pedagogia da Leitura*, resultam de «um trabalho desenvolvido no âmbito da formação de professores e educadores de infância» e pretendem «despertar igualmente o interesse de pais, professores-bibliotecários e, de uma forma geral, de todos aqueles que se interessam pela problemática da leitura».

TetVocal Desafinados



O único pequeno problema deste disco é o risco de tanta simpatia acabar por ser excessiva...

ATALHE DE FOICE

Atentados

Ao que consta, o Governo anda preocupado com os repetidos cortes de estrada que se registam pelo País sempre que as populações pretendem chamar a atenção da opinião pública e das autoridades competentes para problemas que as afectam. O motivo da preocupação é simples: o corte de estradas, diz, é um atentado à livre circulação de pessoas e bens, um direito de «qualquer moderno Estado democrático».

É tocante tamanho deslevo governativo pela livre circulação, sobretudo quando circular é frequentemente um inferno, não tanto pelos boicotes populares mas pelo desordenamento territorial que há muito por cá ganhou raízes, com a prestimosa ajuda deste e doutros (des)governos.

Mas é suposto que os Estados modernos, e ainda por cima democráticos, consagrem outros direitos, que isto de circular às vezes também cansa. Seria por isso legítimo esperar que, apontadas as baterias aos cortes de estradas, o executivo desse à luz legislação adequada que facilitasse a concretização, por exemplo, do direito das populações a serem consultadas sobre questões de impacto na vida colectiva, seja a instalação de uma lixeira, a construção de uma via rápida, a implantação de uma indústria, o desvio de um curso de água.

Ao contrário do que parece supor o Governo, o recurso ao corte de estradas só entrou em moda desde que se percebeu que a medida era considerada mediática e susceptível de criar o compasso de espera necessário à procura de alternativas. Não consta que alguma vez uma qualquer conferência de imprensa - à excepção das de Marcelo Rebelo de Sousa, naturalmente - ou um qualquer comunicado - à excepção dos de Manuel Monteiro, evidentemente -, de iniciativa popular, tenha mobilizado os meios de comunicação social e protelado uma tomada de decisão.

Acontece porém que o Governo, ao invés de criar canais que permitam derimir questões e dar voz a protestos as mais das vezes legítimos, decidiu que a legislação em vigor sobre a matéria é insuficiente. Pesadas multas, prisão, recurso ao exército, são algumas das medidas na forja. Até à data, as forças de segurança só podem intervir em caso de «perigo evidente» provocado pelo corte de vias de comunicação. E o exército não pode ser chamado a não ser em regimes de excepção previstos na Constituição, o que implica a declaração de «estado de emergência, estado de sítio ou situação de calamidade pública». Na lógica do PS, há pois que mudar a lei para tornar a intervenção repressiva mais expedita. No campo dos direitos, esta posição faz lembrar tempos antigos em que se costumava dizer que todos tinham a liberdade de pensar o que quisessem, desde que não fossem contra os poderes instituídos.

Em tempos bem mais recentes, no verão quente de 1994, aquando do bloqueio da Ponte 25 de Abril, também não faltou quem dissesse que os protestos não se faziam na rua.

Há escassos seis meses, vale a pena lembrar, o diálogo era a palavra de ordem. Parece que a verve se esgotou no folhetim da regionalização-referendo-revisão constitucional, no diz-que-disse das decisões irreduzíveis em permanente mudança.

O diálogo passou primeiro para os gabinetes, foi fechando portas umas atrás das outras e promete acabar, como nos filmes americanos, com a chegada da cavalaria. O problema é que nesta história os «índios» são os portugueses.

■ AF

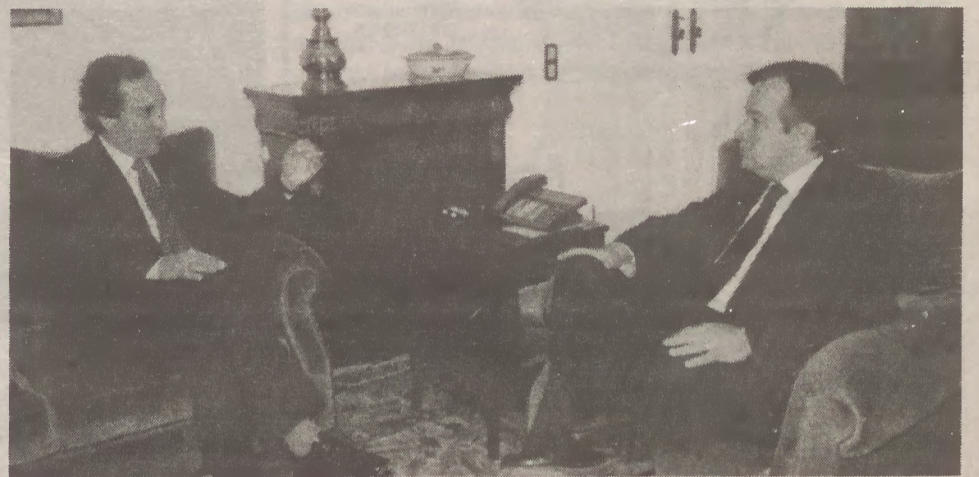
Carvalhas à saída da audiência com Guterres

«Esta proposta de lei é uma ofensa aos trabalhadores»

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, esteve na passada terça-feira em audiência com o primeiro-ministro, António Guterres, ao qual transmitiu as preocupações dos comunistas em relação ao projecto da flexibilidade e polivalência que é amanhã submetido à aprovação da Assembleia da República.

«Vimos dizer ao sr. primeiro-ministro que o PS vai por muito maus caminhos se persistir em levar por diante a aprovação da lei da flexibilidade e da polivalência».

«Se o PS impusesse a flexibilidade e a polivalência vai ficar com um ferrete tão grave como o dos contratos a prazo», disse o



Carlos Carvalhas alerta que a polivalência e da flexibilidade só criarão instabilidade

líder comunista recordando que «não foi para isto que os trabalhadores votaram contra o PSD».

«Muitos cidadãos sentir-se-ão indignados de verem os seus votos usados para a continuação e acentuação de uma política

contra a qual eles sempre lutaram. Esta proposta de lei é uma ofensa aos trabalhadores», afirmou.

Acção de esclarecimento

No seguimento da campanha própria que tem vindo a desenvolver contra a proposta de lei do Governo da flexibilidade e polivalência, que será amanhã discutida na AR, o PCP promoveu na terça-feira uma acção de esclarecimento com particular expressão nos distritos de Lisboa, Setúbal, Porto e Braga.

A iniciativa concentrou-se em locais de mais circulação, criando-se pontos de diálogo com os cidadãos e os trabalhadores, tendo por base a distribuição de um documento.

Como as fotos ilustram, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas participou num desses contactos com a população, realizado na Baixa lisboeta.



Carlos Carvalhas na baixa lisboeta durante a jornada de esclarecimento

PCP repudia multas em cortes de estradas

Comentando a notícia vinda a público na terça-feira de que o Governo estaria a ultimar um diploma visando o agravamento da repressão e a aplicação de multas de centenas de contos aos participantes em cortes de vias de comunicação, Vítor Dias, membro da Comissão

Política do PCP, considerou que a ter confirmação, a medida «não pode deixar de causar legítima preocupação e merecer um vivo protesto».

Na sua declaração, Vítor Dias sublinha:

«A confirmação de tais propósitos governamentais, que já

tiveram o elucidativo aplauso do líder do PSD, só poderia significar:

- que o Governo do PS se dispõe a perfilhar uma concepção estreita, administrativa e repressiva da chamada «autoridade do Estado» onde, segundo as notícias divulgadas, nem

sequer faltariam projectos de envolvimento de militares em operações da chamada «ordem pública»;

- que os governantes do PS se esqueceram rapidamente do tempo em que, na oposição ao Governo do PSD, compartilhavam do respeito pelo «direito à indignação»;

- e que o Governo do PS, presentindo que as suas repetidas tiradas sobre «diálogo» e «concertação» já estão a perder o seu efeito anestésico, procura dotar-se de reforçados instrumentos para se defender do descontentamento e do protesto popular que a sua política tenderá a provocar crescentemente.»



O Governo quer reprimir com pesadas multas o protesto popular (foto de arquivo)

